Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

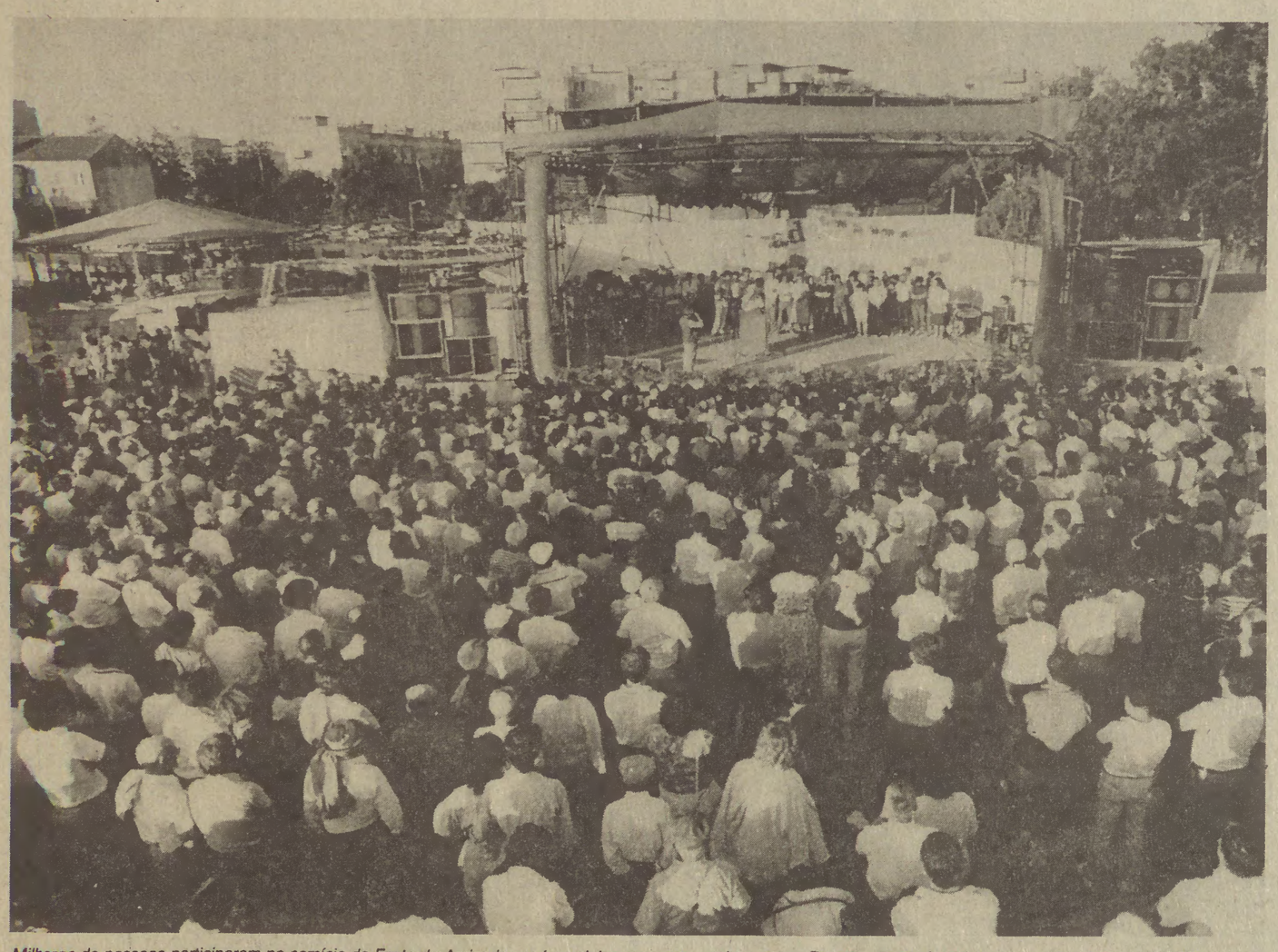
Ano 56 – Série VII – N.º 654
10 de Julho de 1986
Preço: 40$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

Festas do PCP:

De novo no Parque de Exposições, a Festa da Alegria em Braga constituiu uma vigorosa afirmação do fortalecimento do PCP no Minho

Alegria em Braga



Milhares de pessoas participaram no comício da Festa da Amizade, no Laranjeiro, em que — tal como em Braga — usou da palavra o secretário-geral do PCP

Amizade em Almada

Reportagens e extractos das intervenções de Álvaro Cunhal nas págs. 1, 2, 3 e 4/**Semana**

GREVE NA BANCA

Política de degradação dos salários e de desemprego em xeque na Banca. Sindicatos recorrem à greve, a primeira em nove anos a nível nacional – Pág. 8/**Semana**

O camarada W. Jaruzelski, 1.º secretário do CC do POUP, durante os trabalhos do X Congresso do Partido Irmão da Polónia. Na foto, também o camarada M. Gorbachov, secretário-geral do PCUS

X Congresso do POUP

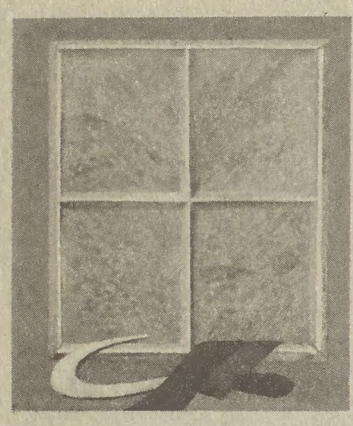
Uma mão cheia de problemas e um povo certo de os vencer

• Reportagem da enviada especial do «Avante!», Anabela Fino – Págs. 1, 2 e 3/**Em Foco**

SONDAGENS

A ditadura dos títulos e a mentira dos números

Págs. 4 e 5/**Em Foco**



10.ª Conferência da Reforma Agrária
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO PORTUGAL DE ABRIL
Évora — 12 e 13 de Julho de 1986

No próximo sábado, em Évora

10.ª Conferência da Reforma Agrária

Pág. 7/**Semana**

Editorial

Avante!

Ano 56 – Série VII
N.º 654
10 de Julho de 1986
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Reforço necessário

Nos dias actuais o povo português entrou visivelmente numa fase nova da sua vida nacional.

Numa situação fortemente conturbada pela política restauracionista de sucessivos governos de partidos ou coligações de direita ao longo de toda uma década — governos que contrariamente à vontade do povo tudo têm feito para desfigurar primeiro e inviabilizar depois o processo e as conquistas fundamentais da Revolução de Abril — surgiram nos horizontes da política nacional factores de natureza diferente susceptíveis de alterar num sentido favorável à democracia o curso dos acontecimentos.

Num mar de dificuldades de monta ainda por vencer emerge pela primeira vez nos últimos dez anos a possibilidade real de um novo rumo na política portuguesa.

Concretizar essa possibilidade está hoje ao alcance das forças democráticas e é manifestamente no momento actual a tarefa primordial do movimento popular e democrático do nosso país.

Reconhecer este facto nos seus aspectos essenciais e tirar dele as necessárias conclusões políticas é uma questão basilar para o reforço e o alargamento da luta do nosso povo.

A Resolução Política do Comité Central do PCP de Junho último, agora levada às mãos e ao conhecimento de muitos milhares de portugueses, representa uma contribuição responsável para a justa compreensão do momento que vivemos e para uma urgente tomada de consciência colectiva daquela primordial tarefa.

Uma condição necessária para a concretização da possibilidade real de novo rumo na política portuguesa deve, contudo, salientar-se da Resolução Política do CC — o reforço do PCP como nervura e elemento essencial de dinamização da luta popular e da convergência e unidade das forças democráticas.

Os acontecimentos políticos dos últimos dias comprovam e realçam a justeza e o carácter decisivo daquela condição.

A nova ofensiva do Governo minoritário Cavaco Silva/PSD visando uma nova escalada do plano contra-revolucionário; os sintomas de agravamento da crise económica e da situação social; a realização e as decisões políticas do Congresso do PS; o esfumar de ilusões da adesão à CEE; o novo fluxo ao movimento popular de massas e os indícios de uma nova arrumação de forças cujo carácter contém indefinições que importa aclarar; o recrudescimento da batalha ideológica, são tudo factores que dão actualidade e força às resoluções do Comité Central.

O reforço necessário do PCP coloca-se no exacto momento em que o papel do nosso Partido se revelou insubstituível para as profundas modificações políticas de carácter positivo ocorridas na situação nacional nos últimos 12 meses.

A interrupção e obstaculização — de momento intransponível — do plano contra-revolucionário em Julho/Outubro de 1985; a verificação de um espaço social politicamente disponível e o seu posterior preenchimento embora parcial nas eleições legislativas do ano passado com a consequente alteração do quadro político-partidário na Assembleia da República; os resultados vitoriosos da APU e do PCP, seu componente principal, na prova de força movida por toda a direita (com o PS) para desalojar a Aliança Povo Unido das suas principais posições no Poder Local democrático; finalmente, a estrondosa derrota política da reacção fascizante nas eleições presidenciais de 1986 são incontestáveis vitórias da democracia que trazem na sua obtenção e nas suas consequências políticas o selo inconfundível e a contribuição decisiva do PCP.

Reforçar, pois, o partido da classe operária, o PCP, não é partir de qualquer fraqueza ou perda de força e influência política — que não se verificam — mas antes de uma obrigação permanente no enfrentar de novas situações, no estar à altura da sua contribuição indispensável para uma alternativa democrática e das múltiplas exigências de um processo movimentado e complexo como tem sido o da Revolução de Abril em Portugal.

O reforço necessário do PCP é no momento presente uma batalha em simultâneo com a intervenção dos comunistas nas grandes batalhas políticas dos tempos que vivemos.

Reforçar a organização do Partido; reforçar a sua ligação com as massas; reforçar a frente ideológica; reforçar a democracia interna do Partido **são frentes de trabalho orgânico, político e ideológico a que a Resolução Política do CC deu particular relevo.**

A rica experiência dos comunistas portugueses ensina que é a aplicação criadora dos superiores princípios que o norteiam à realidade nacional e aos novos tempos e novas realidades de um mundo em movimento — e não o seu abandono — o que reforça a autoridade, a intervenção política e o papel determinante do seu Partido na realização de objectivos concretos e na construção do futuro.

O princípio de que «uma vez discutida a linha política justa é a organização que decide tudo» não é para o PCP uma simples questão teórica.

No decurso de 1985 e nestes seis meses de 1986 um esforço tenaz tem sido realizado para melhorar a composição dos organismos do Partido, para lhes imprimir um funcionamento regular, para lhes dar vida interna e vida política e para os ligar cada vez mais intimamente à luta dos trabalhadores e do povo.

Multiplicam-se as Assembleias das grandes organizações regionais, concelhias, locais, de empresas, de sectores profissionais, de actividade específica.

Milhares de homens, mulheres e jovens participam em reuniões e plenários de organização, debatem vivamente e criticamente as suas falhas, deficiências e insuficiências e as questões candentes da vida do povo, extraem lições criadoras dos êxitos e dos insucessos do seu trabalho.

E no aprofundamento de tudo isso reconhecem que é ainda necessário ir mais longe, aprender com a experiência, alargar a sua acção, aprofundar ainda mais o seu trabalho.

Quando o balanço for feito deste esforço hercúleo e permanente que só os comunistas estão em condições de operar, ver-se-á como o papel insubstituível do PCP na luta do povo e na defesa das conquistas fundamentais de Abril é o produto de uma elevada consciência na acerba luta de classes que se trava em Portugal.

Naturalmente a ligação do Partido às massas implica a cada passo uma aguda sensibilidade política e de classe dos comunistas portugueses.

A política do Governo Cavaco/PSD que sob a capa da demagogia e da mentira procura enganar e corromper os portugueses menos esclarecidos, agrava de facto a situação dos trabalhadores, do povo e do País, exige o esclarecimento contínuo e a consciencialização permanente de que a resistência e a luta são factores determinantes da solução dos graves problemas que afectam as massas.

O flagelo do desemprego alastra. Mesmo as cifras oficiais — sempre, na matéria, pecadoras por defeito — não ocultam o seu aumento real e as perspectivas de agravamento no futuro imediato. Aos números oficiais que elevam para mais de 500 000 os desempregados juntam-se os que de maneira crescente transitam do encerramento e da falência de empresas com salários em atraso. Só em Lisboa os trabalhadores com salários em atraso eram em Junho em número de 24 795 de 256 empresas e 16 sectores de actividade e as falências já em 1986 atingem 72 empresas com um total de 3700 trabalhadores.

De maneira crescente o patronato recorre ao trabalho precário e a prazo, nalguns casos ao «lock-out» que a Constituição proíbe, à exploração desenfreada do trabalho infantil e juvenil, à recusa de actualização da contratação colectiva.

Rompendo o véu da mentira das «melhorias sociais» apregoadas pelos porta-vozes do Governo Cavaco Silva através da vergonhosa manipulação dos meios de comunicação social de massas, cresce por todo o País a resistência dos trabalhadores da cidade e do campo, dos agricultores, dos reformados, dos médicos e de outros sectores sociais para quem a «boa imagem» fabricada pelos propagandistas do Governo para Cavaco e a sua equipa não convence à passividade.

A lista é longa e elucidativa: nos transportes urbanos e rodoviários, nos metalúrgicos, nos bancários, e noutros sectores sociais milhares de trabalhadores recorrem à greve, às marchas, concentrações e vigílias, desmascaram a demagogia do Governo, reclamam a satisfação de sentidas reivindicações.

A aplicação da celerada Lei das Rendas, os projectos sinistros de revisão de leis laborais e de novos agravamentos da carga fiscal sobre os trabalhadores são como chumbo derretido nas manchas de desemprego, miséria e fome que alastram na vida dos portugueses.

Para os comunistas «ligar o Partido às massas» é inserirem-se com toda a sua sensibilidade e responsabilidade de classe na situação e nas aspirações populares mais sentidas, na iniciativa e na adopção das formas adequadas de luta solução dos graves problemas que afectam o povo.

Reforçar a luta ideológica é uma exigência do combate de classe contra os que sob a capa do social-democratismo, da «modernidade» e da «alternância», procuram instilar na classe operária e no povo a conciliação de interesses entre as classes exploradas e os seus exploradores, abrir caminho à ofensiva demolidora que magicam contra as nacionalizações, a Reforma

Agrária, os direitos e liberdades dos trabalhadores, erguendo contra a necessidade e a possibilidade de uma alternativa democrática ao Governo actual e à sua política barreiras artificiais.

A batalha ideológica passa actualmente e necessariamente pela defesa das conquistas fundamentais de Abril que pressupõe e exige como passo necessário a substituição do Governo Cavaco/PSD por outro que represente e tenha a apoiá-lo a maioria democrática da Assembleia da República.

Compreende-se que Cavaco Silva, um tecnocrata da extrema-direita, vocifere contra os comunistas, os pretenda excluir da solução democrática e patriótica dos graves problemas que a direita governante e minoritária tem criado ao nosso Povo e ao nosso país.

É já menos compreensível que em sectores democráticos responsáveis os receios, as hesitações e a miopia política favoreçam voluntária ou involuntariamente a manobra divisionista e contra-revolucionária do Governo Cavaco/PSD e se aceite os impulsos interesseiros de terceiros para um hipotético alargamento da base parlamentar do actual Governo onde ficariam desfeitas as legítimas ambições e oportunidades políticas no quadro da democracia.

É também de registar que o Congresso do PS e os novos dirigentes socialistas nele eleitos reeditem ideias, preconceitos e projectos governativos que no passado ainda recente acarretaram ao PS pesadas derrotas.

A «alternância» no governo que na prática significaria a reedição em novas formas da estafada «bipolarização» de Sá Carneiro, que teria na base como «pólos» exclusivos da «alternância» o PS e o PSD, com a implícita e mesmo explícita diluição das outras forças políticas — incluindo os comunistas — sob a liderança do PS (e naturalmente a liderança do PSD sobre o CDS) é, no que respeita ao PCP, uma concepção irrealista e antidemocrática.

Concepções como a de que os comunistas «tiveram de lá ir» votando contra Freitas do Amaral em Mário Soares, significativas de uma falta de visão política lamentável quando as razões profundas que motivaram as opções de voto dos comunistas nas presidenciais e que foram uma exaltante demonstração da unidade política, coesão ideológica e operosidade do PCP e da sua base de apoio eleitoral e política, é na verdade recair em graves erros de nefastas consequências no passado onde se chocaram pesadas derrotas que foram, além disso, extremamente nefastas para o regime democrático.

A batalha ideológica e o seu reforço preconizados na Resolução Política do CC tem na sua justificação e na sua base na hora actual os importantes êxitos alcançados pelos comunistas nos últimos 12 meses.

O «reforço do PCP» é um reforço necessário do movimento operário, da democracia, das conquistas de Abril, da possibilidade real de remover o mais cedo possível o Governo minoritário de Cavaco Silva/PSD e de impor uma verdadeira alternativa de governo e de política que permita solucionar numa perspectiva democrática os graves problemas nacionais.

Resumo

2
Quarta-feira

A comissão de trabalhadores da Sorefame repudia a entrega ilegal, por parte da administração e com a cumplicidade do IPE, da exploração da divisão daquela empresa na Amora (Seixal) a uma firma sem capitais próprios ■ Greve na RN provoca a paralisação de cerca de 95 por cento da frota ■ Trabalhadores do Serviço de Transportes Colectivos do Porto decidem em plenário geral paralisar o sector nos dias 4, 8, 9, 10 e 11 deste mês ■ Maioria parlamentar constituída por PS, PRD, MDP e PCP defende na AR a garantia do direito de réplica política dos partidos da oposição na televisão ■ Álvaro Cunhal regressa a Lisboa vindo de Varsóvia integrado numa delegação do PCP que participou no X Congresso do POUP ■ A Federação Portuguesa de Futebol expulsa 8 jogadores da selecção nacional ■ Termina em Torres Vedras o II GP Joaquim Agostinho do qual saiu vitorioso o soviético Petr Ugrumov ■ Repressão policial provoca no Chile a morte de várias pessoas no decorrer da greve geral aí iniciada ■ O Congresso dos Sindicalistas Sul-Africanos (COSATU) exige em ultimato ao governo de Pretória a libertação dos dirigentes sindicais presos sem culpa formada.

Saltillo: 8 bodes expiatórios

3
Quinta-feira

Conselho de Estado dá parecer favorável à nomeação do brigadeiro Rocha Vieira para o cargo de ministro da República da Região Autónoma dos Açores ■ PCP apresenta um projecto na AR para defesa da língua portuguesa ■ Por decisão do Parlamento são elevadas a cidade as vilas de Fafe, Seia, Albufeira, Mangualde e Maia ■ O conselho geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI) aprova proposta de greve de cinco dias ■ Segundo dia de greve geral no Chile mantém o país paralisado, não obstante a sangrenta repressão desencadeada pelo regime de Pinochet ■ Tribunal de Justiça da CEE anula o orçamento daquela organização para este ano, aprovado pelo Parlamento Europeu ■ Wojciech Jaruzelski é eleito pelo novo Comité Central do POUP primeiro secretário do Partido ■ As comunidades cristã e muçulmana do Líbano unem-se numa greve geral de protesto contra a guerra e a deterioração da situação económica e financeira naquele país.

4
Sexta-feira

Inicia-se a greve no Serviço de Transportes Colectivos do Porto registando-se uma adesão de 100 por cento do pessoal do movimento ■ Prossegue, entretanto, mais um dia de paralisação da Rodoviária Nacional, mantendo-se a participação ao nível dos restantes dias da semana, acima dos 90 por cento ■ As festas da Alegria e Amizade abrem hoje as suas portas em Braga e em Almada, respectivamente ■ Portaria do Governo obriga novamente ao pagamento da taxa moderadora ■ Regime de Pretória detém cerca de um milhar de membros do Sindicato Sul-Africano dos Trabalhadores Municipais Negros (SABMAWU), próximo de Joanesburgo ■ Começam em Moscovo os Jogos da Boa Vontade onde participam até 20 de Julho cerca de 3 mil desportistas de todo o mundo em 20 modalidades ■ Trinta e três portugueses são condenados em Luanda a penas de prisão maior por tráfico ilícito de diamantes, sabotagem económica e troca ilegal de moeda.

A «Beleza» das Taxas moderadoras

5
Sábado

Começa hoje em Lisboa o II Encontro Nacional do Sector Cooperativo ■ O vice-presidente do Parlamento Europeu, Lucas Pires afirma que se o Conselho Europeu não aprovar ou alterar a proposta orçamental para 1986 poderão cessar os pagamentos da CEE ao nosso país, num momento em que já estão atrasados

■ Greve nas minas de Kimberley, na província sul-africana do Cabo, paralisa os cerca de dois milhares de trabalhadores que exigem a libertação dos dirigentes sindicais presos pelos racistas ■ Milhares de chilenos oriundos dos bairros pobres de Santiago do Chile reúnem-se em cortejo fúnebre que acompanhou até ao cemitério três das sete vítimas da repressão durante a greve geral de 48 horas contra a ditadura.

Chile: mais sete mortos

6
Domingo

O secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, em entrevista a um programa da rádio Renascença, considera que, não obstante o Governo ter feito um «mau aproveitmento da situação económica internacional», é prematuro desenvolver qualquer acção com vista ao derrube do Executivo de Cavaco Silva ■ Segundo revela um estudo do Instituto Nacional de Estatística, só 24 por cento das famílias portuguesas tem recursos financeiros para passar férias fora das suas residências, cifrando-se em 1,14 por cento a percentagem daquelas que gozarão férias no estrangeiro ■ Tentativa de golpe fracassa nas Filipinas após unidades do exército fiéis à presidente Corazon Aquino terem cercado o hotel onde Arturo Tolentino, partidário do ditador Ferdinando Marcos, se proclamou presidente do país em nome do deposto Marcos ■ Eleições japonesas registam grande afluência às urnas e dão vitória ao Partido Liberal Democrático (PLD, conservador) do primeiro-ministro Yasuhiro Nakazone.

Vitória dos conservadores nipónicos

7
Segunda-feira

Sete dirigentes e delegados sindicais são detidos pela PSP enquanto aguardavam audiência com a ministra Leonor Beleza para discutir o caderno reivindicativo do sector ■ A Federação Nacional dos Professores e do Sindicato dos Professores na Europa manifesta-se contra a decisão do MEC de despedir várias dezenas de professores, que embora contratados há mais de dez anos, mantinham um estatuto provisório nos países onde leccionavam ■ Relatório da Comissão Europeia explica a diminuição das despesas do Estado em Portugal exclusivamente através da aplicação do IVA e da baixa do petróleo ■ A CGTP-IN denuncia que no primeiro trimestre do corrente ano, o «Telejornal» atribuiu oito vezes mais tempo ao noticiário sobre os EUA/Ronald Reagan que a notícias sobre a Central Sindical ■ Greve de mineiros sul-africanos estende-se a outras empresas do sector, abrangendo mais de 15 mil trabalhadores ■ O presidente francês François Mitterrand inicia uma visita oficial de três dias à União Soviética ■

8
Terça-feira

PSP detém mais dezasseis dirigentes e delegados sindicais do Sindicato da Função Pública da Zona Sul e da Zona Norte enquanto aguardavam frente ao Ministério da Saúde que Leonor Beleza os recebesse. ■ O secretário de Estado da Alimentação propõe ao ministro da Agricultura o desmantelamento da EPAC em três empresas distintas ■ O governo admite que irá arrecadar mais 16 milhões de contos do que previa, provenientes do IVA e da poupança realizada com a baixa do dólar. Não obstante Cavaco Silva envia para aprovação na AR um orçamento suplementar que propõe um aumento do défice de mais de 7 milhões de contos ■ O presidente da SWAPO, reafirma na conferência sobre a independência da Namíbia a disponibilidade da sua organização para assinar o cessar-fogo antes de 1 de Agosto ■ Kurt Waldheim toma posse do cargo de presidente da República austríaca. ■ Os ministros do orçamento da Comunidade Económica Europeia adoptam um projecto de Orçamento comunitário para 1986 ■

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
«Editorial Avante! SARL»
Sede Social: Av. Santos Dumont, 57, 3.º 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69.36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tiragem média do mês de Maio: 33 800

Agenda

Avante!
Ano 56 – Série VII
N.º 654
10 de Julho de 1986
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Festas do PCP

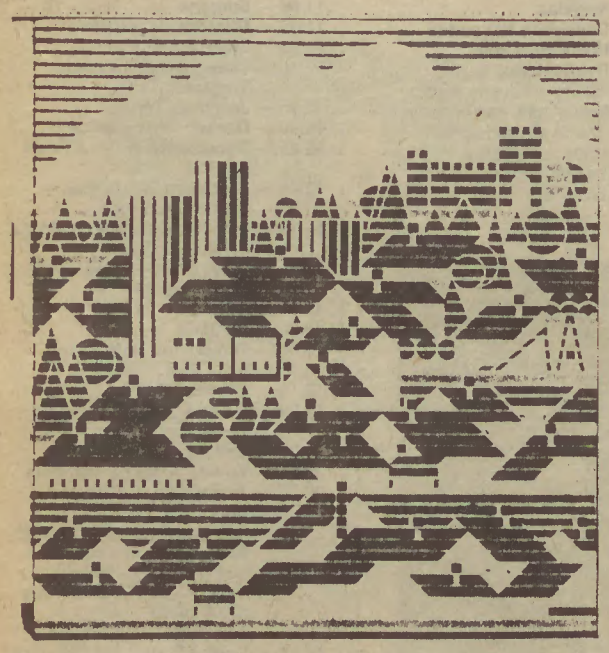
Festa de Verão

Buarcos/Fig. da Foz
Sábado e domingo
Espectáculos com
Manuel Freire e **Grupo 1.º de Maio**

Festa dos Seareiros

Samora Correia
Sábado e domingo
Comício com
Carlos Brito

****



Convívio com a população de Alfama

pelo 11.º aniversário do CT do PCP
Sexta, a partir das 19 horas
Sardinhada – Espectáculo
com **Maria Guinot**

****

Sexta 11

• **ALCABIDECHE**

Reunião dos militantes do Partido moradores na freguesia, com a participação de um camarada do Comité Central. Para discussão da situação política, tarefas correntes e questões de organização. Às 21 horas, no Montepio de Alcabideche

• **LISBOA**

11.º aniversário do Centro de Trabalho de **Alfama**: convívio com o povo de Alfama, com sardinhada às 19 horas e espectáculo com Maria Guinot às 21.30

• **PORTO**

Em defesa da Vida, construir a Paz — colóquio com a participação do general **Vasco Gonçalves.** Promovido pela Associação Portugal-RDA nas instalações da Cooperativa Árvora. Às 21.30.

Sábado 12

• **ÉVORA**

Nos Pavilhões do Rossio de S. Brás, hoje e amanhã, a 10.ª Conferência da Reforma Agrária. Entre os convidados, **Álvaro Cunhal.**

• **SAMORA CORREIA**

Tem início hoje de manhã e prolonga-se também por todo o dia de domingo a **Festa dos Seareiros** organizada pela Comissão de Freguesia do PCP de Samora Correia e que decorrerá no recinto do Centro de Trabalho local. Desporto (com um concurso de pesca), baile na noite de sábado, música popular e ranchos folclóricos. Comício no domingo com Carlos Brito.

• **GAIA**

A partir das 21 horas, no Jardim do Morro em Vila Nova de Gaia, a **Festa do Morro.** Baile e música popular.

Intervenção sobre a situação política pelo camarada **Sérgio Teixeira,** do CC e da DORP.

A iniciativa é das comissões de freguesia do PCP de Santa Maria e Mafamude

• **SANTIAGO DO CACÉM**

Em S. Domingos, Vale de Água, Casa Nova e Locário, recolha de produtos para fundos do PCP: galinhas, patos, pombos, enchidos, ovos, batatas, feijão...

• **BUARCOS**

Festa de Verão, organizada pela **Comissão Concelhia da Figueira da Foz.** No Largo da Varina-Buarcos, sábado e domingo. Bancas (livros, discos, artesanato), vídeo, debates. E petiscos.

Espectáculos: no sábado à noite com **Manuel Freire;** no domingo, às 17 horas, com o **Grupo 1.º de Maio,** do Porto.

Domingo 13

• **FIGUEIRA DA FOZ**

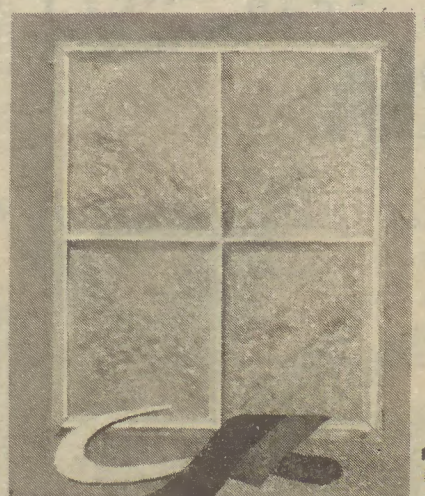
Convívio das células da Cimpor e dos cerâmicos de Coimbra e Figueira da Foz. Às 13 horas, no Largo de Santa Bárbara, em **Vais-Buarcos.**

• **SAMORA CORREIA**

Ás 18 horas, no recinto do Centro de Trabalho do PCP, o comício da Festa dos Seareiros em que participa o camarada **Carlos Brito,** da Comissão Política do CC.

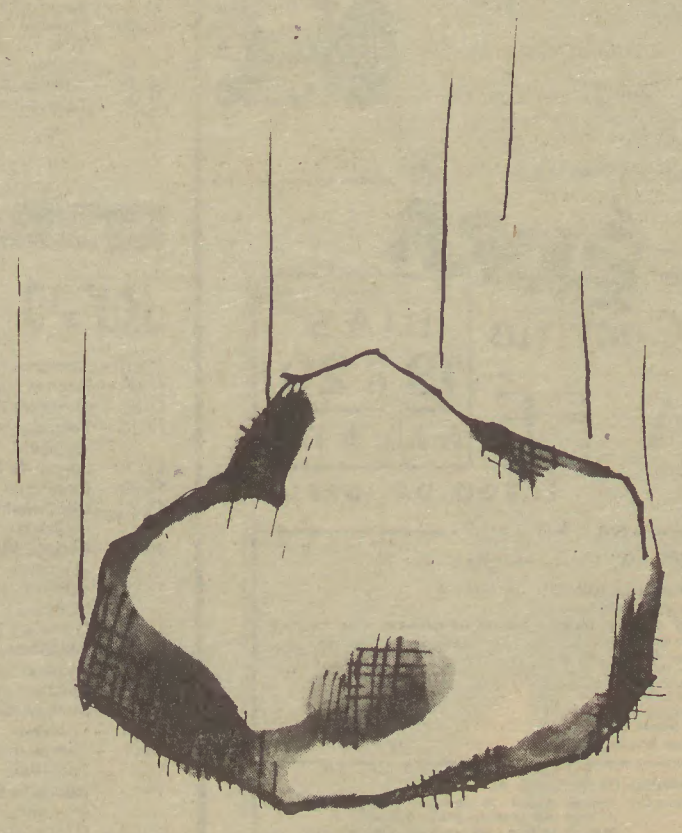
10.ª Conferência da Reforma Agrária

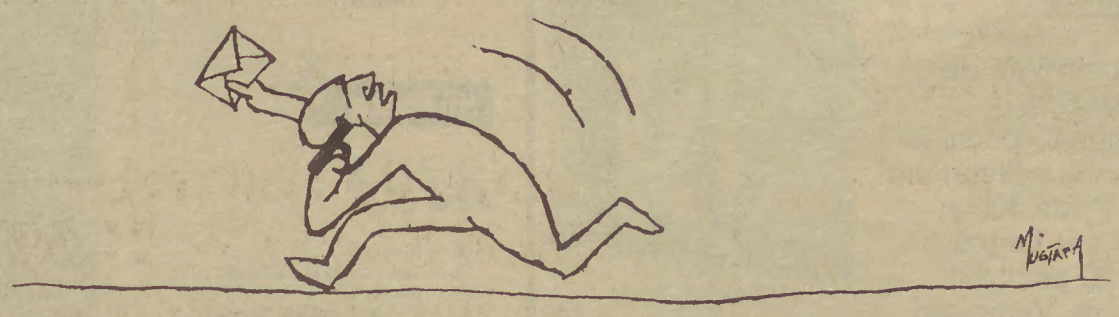
Sábado e domingo
Évora



10.ª Conferência Reforma Agrária
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO PORTUGAL DE ABRIL
Évora — 12 e 13 de Julho de 1986

ANTOLOGIA





RAMEZANI, Mustafa – *Irão*
in Catálogo da Exposição de Humor de Gabrova — Bulgária 1983.

Festas do PCP

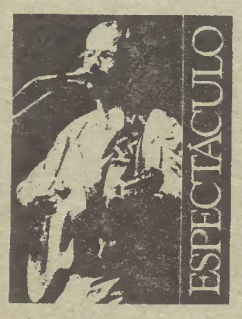
FESTA da ALEGRIA

CASEBRES
2 e 3 Agosto/86

SÁBADO, 2 AGOSTO

21.00h - Conjunto Tipico "PIZZÀCÓRDA"

22.00h - CARLOS ALBERTO MONIZ e a sua BANDA



23.30h - BAILE até de madrugada com o conjunto "BANDA SOLO"

DOMINGO, 3 AGOSTO

20.00h - COMICIO

21.00h - Rancho Folclórico FAZENDEIROS de Montemor-o-Novo

22.00h - BAILE com o organista-vocalista EDUARDO PANÓIAS

ESMERADO SERVIÇO DE BAR
A COMISSÃO NÃO SE RESPONSABILIZA POR QUALQUER ACIDENTE DURANTE A FESTA

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS — JCP Juventude Comunista Portuguesa

ÉVORA

Festa Convívio na BOA FÉ

DIAS 19 e 20 de Julho de 1986

LARGO DA IGREJA

SÁBADO, 19

10.00 horas - INÍCIO DA FESTA - Abertura do Bar

14.00 horas - INÍCIO DO TORNEIO DE MALHA com os seguintes prémios:

POULE DE ENSAIO A 5 MALHAS	POULE DE HONRA A 10 MALHAS
(Com encerramento às 17 horas)	1.º prémio - 2500 Convívios
• Uma garrafa no valor de 250$00	2.º » - 1500 »
	3.º » - 1000 »
50% na arrematação de malhas para quem acertar no 1.º classificado	4.º » - 750 »
	5.º » - 500 »
INSCRIÇÕES: 200 convívios com direito às duas provas	6.º » - 350 »
	7.º » - 250 »
As inscrições encerram às 22 horas	8.º » - 200 »

NOTA: Se à hora do início não houver inscrições suficientes estes prémios poderão ser alterados

15.00 horas - TORNEIO DE TIRO AO ALVO
INSCRIÇÕES: **Até aos 14 anos - 25 convívios** - Série de 5 tiros
As armas serão fornecidas pela Organização
Mais de 14 anos - 100 convívios - Série de 5 tiros
Estes concorrentes poderão usar a sua própria arma de pressão de ar até 4,5 mm
• HAVERÁ PRÉMIOS ATÉ AO 3.º CLASSIFICADO

21.30 horas - BAILE com o Conjunto Musical SLAVE DE ÉVORA

DOMINGO, 20

9.30 horas - ATLETISMO
ESCALÕES: **Dos 8 aos 12, dos 12 aos 15 e dos 15 aos 90 anos**
PRÉMIOS PARA OS MELHORES CLASSIFICADOS

10.30 horas - JOGO DO GALO
INSCRIÇÕES: **20 convívios** (com direito a uma jogada)

17.00 horas - Actuação do RANCHO FOLCLÓRICO ETNOGRÁFICO DE MONTEMOR-O-NOVO

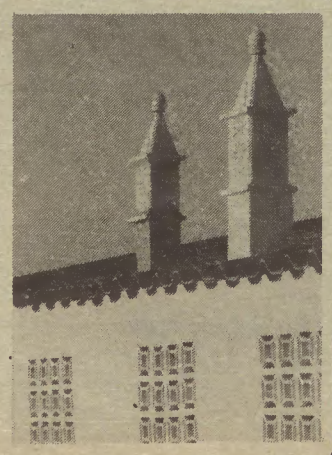
21.00 horas - BAILE com o Organista ***MANUEL CLAUDINO***

A Comissão não se responsabiliza por quaisquer acidentes ocorridos durante as mesmas.

Comissão de Freguesia de Boa Fé do PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ALGARVE

Festa em **Vila do Bispo** (com o tradicional concurso de pesca à linha) em 12 e 13 de Julho
Festa em **Lagos** em 19 e 20 de Julho
Festa de Verão em **Portimão**, a 1, 2 e 3 de Agosto



TV

Quinta 10

RTP1

11.00 — **Sumário**
11.05 — **Videopólis**
11.30 — **Espaço 11/13**
12.25 — **Telenovela** «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
15.00 — **Desenhos Animados**
15.40 — **Inventário Musical.** 1.º Programa — Bonecos de Santo Aleixo (1.ª parte)
16.10 — **Série** «Retalhos da Vida de um Médico», adaptação para TV do romance homónimo de Fernando Namora. 1.º epis.
16.55 — **Ontem Viu?** «Foi êxito na TV»
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Festival Internacional de Folclore de Santarém**
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.40 — **Telenovela** «Corpo a Corpo»
21.30 — **Europa**
22.00 — **A Balada de Hill Street**
22.55 — **24 Horas**
23.25 — **Volta a França em Bicicleta**

RTP2

16.30 — **Europa TV**
21.00 — **Mundial de Basquetebol.** EUA-Itália (transmissão directa)
22.35 — **Últimas Notícias**
22.40 — **Telenovela** «Vereda Tropical»

Sexta 11

RTP1

11.00 — **Sumário**
11.05 — **Documentário** «Braga»
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela** «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
15.00 — **Desenhos Animados**
15.25 — **Documentário** «Arquipélago de Zarco»
15.40 — **Espaço Visual** «A Voz das Máscaras»
16.00 — **Série** «Entre Marido e Mulher», 1.º epis.
16.30 — **O Mar e a Terra** «Expedição à Madeira»
17.05 — **Festival Internacional de Folclore de Santarém**
17.35 — **Se Bem me Lembro...**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Recriar o Espaço** «A Cidade em Permanente Evolução»
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.40 — **Telenovela** «Corpo a Corpo»
21.30 — **Tatoo Militar de Viseu**
23.00 — **24 Horas**
23.30 — **Volta a França em Bicicleta**

RTP2

16.30 — **Europa TV**
20.05 — **Respire Ar** «Parque Natural do Alvão»
20.30 — **Adágio**
21.00 — **Museu do Cinema**
21.25 — **Notícias**
21.30 — **Directo/2**
22.25 — **Últimas Notícias**
22.30 — **Telenovela** «Vereda Tropical»

Sábado 12

RTP1

11.00 — **Sumário**
11.05 — **Tempo dos Mais Novos**
13.00 — **Sumário**
13.10 — **Tempo dos Mais Novos**
14.00 — **Festival de Gastronomia de Santarém**
14.25 — **Sport Billy**
14.50 — **Revista de Toiros**
15.20 — **Os Marretinhas**
15.45 — **Desenhos Animados**
16.00 — **Gala dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz**
17.00 — **Livros**
17.30 — **Série** «O Corpo Humano», 5.º epis.
18.00 — **Top Disco**
19.05 — **Parlamento**
19.45 — **Totoloto**
20.00 — **Telejornal**
20.55 — **Boletim Meteorológico**
21.00 — **Aplauso** «Festival de Folclore da Maia»
22.00 — **Série** «Dinastia»
23.00 — **Últimas Notícias**
23.25 — **Volta à França em Bicicleta**
23.40 — **Sábado Especial** «História de um Detective», real. William Wyler (EUA/1951)

RTP2

15.30 — **Troféu**
20.00 — **Documentário**
20.30 — **RTP Brasil**
21.00 — **Europa TV**
22.30 — **Gala do Zenith** (programa de variedades apresentado por Bob Hope)

Domingo 13

RTP1

10.30 — **Sumário**
10.35 — **70 Vezes 7**
11.00 — **Missa Dominical**
12.00 — **Tempo dos Mais Novos**
13.00 — **Sumário**
13.10 — **TV Rural**
13.45 — **Tempo dos Mais Novos**
15.10 — **Sessão da Tarde** «A Velha Descobre o Crime», adaptação de um livro de Agatha Christie. Real. George Pollock (G.B./1963)
16.55 — **M de Mulher** «A Terra»
17.50 — **Gala dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz**
19.15 — **Falando de Mozart**
19.45 — **Como, Quem, Porquê?**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.40 — **Viva o Gordo**
21.30 — **Série** «A Pousada da Jamaica», últ. epis.
22.25 — **Domingo Desportivo,** incluindo a Volta à França em Bicicleta
23.30 — **Últimas Notícias**

RTP2

14.20 — **Automobilismo** — Grande Prémio da Grã-Bretanha de Fórmula 1 (transmissão directa)
16.30 — **Desenhos Animados**
16.55 — **Mundial de Basquetebol** (transmissão directa)
18.30 — **Europa TV**
20.00 — **Novos Horizontes**
20.30 — **Nós por Cá**
21.05 — **Telefilme** «Comida à Italiana», real. Giulio Paradisi (Itália/1984)

O Programa

O «Tour» *todos os dias – RTP-1*

Segunda 14

RTP1

11.00 — **Sumário**
11.05 — **Portugal Romano** — Arte
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela** — «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
15.00 — **Desenhos Animados**
15.25 — **«Praia... Verão... Perigo...»** (programa do Instituto de Socorros a Náufragos)
15.45 — **Série** — «O Homem é um Mundo», 2.º Programa
16.10 — **Série** — «As Aventuras de Zé Gato», 2.º Episódio
17.05 — **Caldo de Pedra**
17.30 — **Ontem Viu?**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Ferro Forjado na Arquitectura Portuguesa**
19.45 — **Boletim Meteorológico para a Agricultura**
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.40 — **Telenovela** — «Corpo a Corpo»
21.35 — **Série** — «Fronteira entre Dois Mundos», 2.º Programa: A nossa costa e o que fazer para a preservar
22.00 — **Prémios Cine-Voz**
23.50 — **24 Horas**
00.15 — **Volta à França em Bicicleta**

RTP2

16.30 — **Europa TV** — Às 19.30, «Retrato de um pintor»: Van Gogh
20.00 — **Notícias**
20.05 — **Desenhos Animados**
20.25 — **Horizontes 2000**
20.50 — **Basquetebol** — «Campeonato do Mundo (semi-final), transmissão directa de Barcelona
22.25 — **Últimas Notícias**
22.30 — **Telenovela** — «Vereda Tropical»

Van Gogh – *Segunda, RTP-2*

Terça 15

RTP1

11.00 — **Sumário**
11.05 — **Conheça Melhor**
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela** — «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
15.00 — **Desenhos Animados**
15.35 — **A Pedra, a Máquina e a Mão**
16.05 — **Série** — «A Tragédia da Rua das Flores», 3.º Epis.
17.05 — **Histórias com Pés e Cabeça**
17.30 — **Ontem Viu?**
18.00 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Atletismo**
19.50 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.40 — **Telenovela** — «Corpo a Corpo»
21.30 — **Programa da Direcção de Informação**
22.30 — **Série** — «Um César Americano»
23.00 — **24 Horas**
23.25 — **Volta à França em Bicicleta**

RTP2

16.30 — **Europa TV**
20.00 — **Notícias**
20.05 — **Atletismo**
21.15 — **Cinema Português** — «O Princípio da Sabedoria», real. António Macedo (Portugal/1977)
23.55 — **Últimas Notícias**

Quarta 16

RTP1

11.00 — **Sumário**
11.05 — **Memória de um Povo**
11.30 — **Espaço 11/13**
12.30 — **Telenovela** — «Vereda Tropical»
13.15 — **Jornal da Tarde**
15.00 — **Desenhos Animados**
12.25 — **Documentário** — «A Festa da Flor»
15.45 — **O Homem Montanhês** — **Castro Laboreiro**
16.10 — **Série** — «O Conde de Monte Cristo», 3.º Epis.
17.10 — **O Dia a Dia** — «Casamento, Apartamento»
17.35 — **Trânsito**
18.00 — **Sumário**
18.05 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Telemundo**
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.30 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Vamos Jogar no Totobola**
20.55 — **Telenovela** — «Corpo a Corpo»
21.45 — **Noite de Cinema** — «Artigo 22» («Catch 22», do livro homónimo de Joseph Heller). Real. Mike Nichols (EUA/1970)
00.05 — **24 Horas**
00.30 — **Volta à França em Bicicleta**

RTP2

16.30 — **Europa TV**
20.00 — **Notícias**
20.05 — **Conheça Melhor** — **A China**
20.30 — **«A Aventura da Arte Moderna»** — **A França no período entre as duas Guerras Mundiais; Picasso e Matisse. Real. Carlos Vilardebó**
21.25 — **Notícias**
21.30 — **Foi Êxito na TV**
22.35 — **Últimas Notícias**
22.40 — **Telenovela** — «Vereda Tropical»

Cinema — A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	África Minha	★★★★	★★★	★★★	★★★	★★★
B	O Ano do Dragão	★★★★	★★★	★★★	★★★	★★
C	O Casamento de Maria Braun	★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
D	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
E	Escrava do Amor	★★★	★★★	★★★★	—	—
F	Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
G	Plenty	—	—	★	—	★
H	O Romance de Murphy	★★★	—	★	—	★
I	Psico	★★★★	—	★★★	—	★★★
J	Os Salteadores da Arca Perdida	★★★	★★★	★★★	★★★	★★★
L	Viver e Morrer em L.A.	★★	—	★	—	★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Sidney Pollack – **S. Jorge/2** (14.15, 17.30, 21.30) – **Lisboa.**
B — Real. Michael Cimino – **Amoreiras/2** (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Fonte Nova 3** – (14.15, 17.00, 19.15, 21.45) – **Lisboa.**
C — Real. Rainer W. Fassbinder – **Quarteto/1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
D — Real. Sérgio Leone – **Berna** (15.00, 21.00) – **Lisboa.**
E — Real. Nikita Mikhalkov – **Quarteto/4** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
F — Real. Martin Scorsese – **Estúdio 444** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), **Quarteto/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
G — Real. Fred Schepisi – **Alfa/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **S. Jorge/1** (15.30, 18.30, 21.15), **Lisboa; Foco** (14.15, 16.30, 18.45, 21.30), **S. João** (15.15, 18.15, 21.30) – **Porto.**
H — Real. Martin Ritt – **Nimas** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa.**
I — Real. Alfred Hitchcock – **Quarteto/2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
J — Real. Steven Spielberg – **Alfa/Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00). **Lisboa.**
L — Real. William Friedkim — **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa.**

...e ainda — Música, debates, etc.

Bogart no ABC

O segundo filme programado pelo ciclo dedicado a Humphrey Bogart pelo ABC Cine-Clube de Lisboa traz-nos o actor no seu «papel» mais comum e celebrado: o de polícia incorruptível.

É **Sem Consciência** («The Enforcer»), realizado por Raoul Walsh em 1950. Sexta, dia 11, às 18.45, no Estúdio 444.

Outro cinema:

A **Cinemateca** (que após este fim-de-semana encerra portas até finais de Agosto) exibe, entre outras, raridades abaixo assinaladas:

Hoje, às 21.30, **Young Mr. Lincoln** («A Grande Esperança»), de John Ford/1939, que repete no dia 12 às 15.30; **Dragonwick** («O Castelo de Dragonwick»), de Mankiewicz/1946, nos dias 11 às 21.30 e 12 às 18.30; ainda no dia 12, mas às 21.30, **The Baron of Arizona** («O Barão Vermelho») de Samuel Fuller/1950.

No Forum Picoas um ciclo denominado «Os Nossos Casamentos»: da farsa e da sátira ao drama, importa porém escolher. Hoje, às 19.00 e 21.30, **Um Casamento**, de Altman (EUA); a 11, 12 e 13 (aos sábados e domingos sessões também às 16.00), **Uma Abelha na Chuva**, de Fernando Lopes, adaptação do romance de Carlos de Oliveira, e nos três dias seguintes **Blade Runner** («Perigo Eminente»), de Riddley Scott (EUA), exibido recentemente.

O Quarteto continua a exibir à meia-noite (às 23.30, aliás) filmes que não passam nas outras sessões. Hoje ainda, às 23.30, a 1.ª parte de **1900**, de Bernardo Bertolucci; a 2.ª parte, dias 11 e 15 à mesma hora. Noutra sala (sala 3), hoje, **A Mulher Pública**, de Andrzej Zulawski.

Bailado

De 15 a 20 do corrente, a **Companhia de Dança de Lisboa** dirigida por Rui Horta, vai apresentar-se no Anfiteatro ao Ar Livre da Fundação Gulbenkian com 2 programas diferentes constituídos por «Cocktail para Três», «Oásis», «Histórias de Amantes», «O Pai é que Sabe», «Blues for the Night Owls» e «Sem Saída», sobre partituras de Dave Bruebreck, Benny Goodman, Rão Kiao, Grieg, Marc Bogaerts, Carl Orff e outros. Espectáculos: diariamente, sempre às 22 horas.

Bilhetes: 300$00.

No S. Luiz, o **Ballet Espanhol de Madrid** está hoje em último espectáculo (integrado no XII Festival de Música da Costa do Estoril) com a «Suite Espanhola» (Azorin/Gimenez) e «**Prologo, el Jaleo Amargo**» (**Montero/F. Diego**). **Às 21.30.**

Bilhetes: desde 500$00.

Música

De assinalável, os festivais de música da **Costa do Estoril** e de **Sintra.**

Integrado no primeiro é de destacar o concerto a realizar na Sé de Lisboa no sábado, dia 12, pelas 21.30: ao órgão, **Ferdinand Kinda** para interpretar obras de Vivaldi, Bach, Cesar Franck, Liszt. E ainda o recital de piano por **António Rosado**, que vai estar no Palácio da Cidadela, em Cascais, no dia 15, às 21.30. Obras de Liszt e Vianna da Motta.

Quanto ao Festival de Sintra: recital de violoncelo e piano por **Yvan Chiffoteau** e **Pierre Reach** no Palácio da Vila (Sintra), dia 13, 21.30.

La Bohème

É a última apresentação da temporada desta ópera em 4 actos de Puccini. Hoje, às 20.30, no Teatro Nacional de S. Carlos, com direcção musical do maestro Roberto Manfredini, encenação de Paolo Trevisi e cenografia de F. Villagrossi.

Festivais de Teatro

A decorrer está a **III Festa do Teatro de Almada** — iniciativa da CM de Almada e da C.ª de Teatro de Almada-Grupo de Campolide. Música — é o caso, hoje, às 21.45, do recital do Coro da Academia de Amadores de Música no Pátio do Prior do Crato — e sobretudo teatro, com espectáculos recentes (ou mesmo espectáculos ainda em cena) de companhias e grupos independentes.

É assim que «A Barraca» estará em Almada com dois espectáculos: **Calamity Jane** na sexta, às 22.45, e **Um Dia na Capital do Império** no sábado, às 21.45 — ambos no Prior do Crato.

No Teatro da Academia Almadense será o Cénico de Direito a representar Kafka: **Joseph K**, que tem estado em Lisboa no Teatro da Cantina Velha. Domingo às 16.00.

Também em Setúbal está a decorrer (até dia 19) o 11.º Festival de Teatro de Setúbal.

Exposições...

António Charrua

João Hogan

Catarina Castro Freire, desenho e pintura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 18/7).

Colectiva de Artes Plásticas, «II Exposição do Ginásio Clube Português». GCP, Amoreiras (até 15/7).

Colectiva de pintura, desenho e escultura de alunos da ESBAL. Na Sala de Exposições da ESBAL, Lg. da Academia de Belas Artes. De 2.ª a 6.ª/15.00 às 18.00 (até 11/7).

Coreia – Livros, fotografias e artesanato da República Popular da Coreia. Anfiteatro da Biblioteca Nacional.

Cruzeiro Seixas, pintura. Gal. A Janela Verde, R. Olival, 9. De 2.ª a 6.ª/13.00 às 20.00 (até 17/7).

Design, trabalhos de alunos e professores da ESBAL. Na ESBAL, Chiado (até 18/7).

Escultura Africana em Portugal, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

Gente de Palco-II Acto-Desenho Teatral. Museu Nacional do Traje. Estrado do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00; dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 18.00.

«Gravura Hoje», colectiva de obra gráfica: Cargaleiro, Carmo, Cutileiro, Pescada, Hogan, Guimarães, outros. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 19/7).

Humberto de Castro, pintura. Gal. Paulino Ferreira, R. Nova Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.30 e 14.00 às 19.00 (até 15/7).

Isabel Torres, pintura. Gal. Palma, Calçada da Palma de Baixo, 6. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 10/7).

Joana Rosa, desenhos, Gal. Diferença, R. S. Filipe Neri, 42, 1.º. De 3.ª a 6.ª/15.00 às 20.00, sáb. e dom./16.00 às 19.00 (até 20/7).

Martins Correia, escultura. Gal. S. Mamede, R. Esc. Politécnica, 167. De 2.ª a sáb./12.00 às 20.00.

Mateus Beleza – «Ver, Ouvir e Sentir», pintura. Coruchéus, R. Alberto Oliveira (Alvalade). De 2.ª a 6.ª/14.00 às 17.00; sáb./18.00 às 23.00 (até 15/7).

Mena Brito, pintura. Centro de Dança, Av. João Crisóstomo, 6. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 20.00 (até 30 de Agosto).

«Mercados de Lisboa», fotografia. Gal. do «Diário de Notícias» – Chiado. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 19.00; sáb./9.00 às 13.00.

Paula Korsko, pintura. Clube dos Sargentos da Armada, Lg. Trindade Coelho, 21-2.º. Das 12.00 às 22.00 (até 18/7).

Pietro Sarto, (Suíça), pintura. Gal. de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom./10.00 às 17.00; 4.ª e sáb./14.00 às 19.30 (até 13/7).

Propostas de Desenho Têxtil («Grupo de desenvolvimento do desenho têxtil» orientado por E. M. de Melo e Castro). Gal. de Exposições Temporárias do CAM – Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom./10.00 às 17.00; 4.ª e sáb./14.00 às 19.30 (até 15/7).

Ribeiro Farinha, pintura. Gal. Tempo, R. Nova S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 16/7).

«O Rio Tejo e a sua Cidade». Padrão dos Descobrimentos (Belém). Das 8.00 às 20.00 (até 15/7).

Roland Laboye (França), fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bívar, 91. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 20.00 (até 25/7).

Rui Chafes, escultura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48.

Sam, escultura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.30 (até 17/7).

Tapeçaria de Portalegre, segundo cartões de pintores portugueses, Hotel Méridien, R. Castilho (até 31/8).

Túlia Saldanha, pintura. Gal. Quadrum, R. Alberto de Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 12/7).

Zulmiro de Carvalho, escultura em ferro e ardósia. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 11. de 3.ª a dom./15.00 às 19.00.

«Terras do Demo», etnográfica e fotográfica sobre a zona onde decorre o romance de Aquilino Ribeiro: geografia, costumes, via comunitária. Gal. de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom./10.00 às 17.00, 4.ª e sáb./14.00 às 19.30 (até 13/7).

Eduardo Batarda, pintura 1985-86. Gal. Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2.ª a 6.ª/15.00 às 20.00 (até 18/7) PORTO.

Gabriela Couto, «Máquinas e submáquinas», escultura. Coop. Árvore. R. Azevedo de Albuquerque (até 15/7) PORTO.

Instrumentos Musicais Populares. No Centro de Artes Tradicionais do Porto, organizada pelo Museu de Etnologia. De 3.ª a dom./10.30 às 19.00 (até Setembro) PORTO.

Sonia Delaunay e **Francis Smith**, pintura. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. De 3.ª a 6.ª/10.30 às 12.30 e 15.30 às 19.30; sáb./15.30 às 19.30 (até 23/7) PORTO.

Arte Postal (nac. e intern.), organizada pelo Grupo Artever. Câmara Municipal AMADORA.

Günter Grass – «A Ratazana», desenho, pintura, escultura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 25/7) ALMANSIL.

Fernando Filipe, cenografias para teatro. Até 13/7, Casa da Cultura CALDAS DA RAINHA.

Vera, escultura. Gal. Alfarroba, Trav. Visconde da Luz, 7. De 2.ª a sáb./15.00 às 19.30 (até 16/7) CASCAIS.

Gravura Contemporânea Luso-Brasileira. Das 10.00 às 24.00 (até 13/7) na Gal. de Expos. Casino ESTORIL.

Isabel Neves, tapeçaria. Gal. de Exposições das Arcadas do Parque ESTORIL.

D. Pedro IV (Pedro I do Brasil) – Sua época (até 30/9). Palácio Nacional QUELUZ.

Vida e Obra do escritor Manuel da Fonseca. Até 15/7, Museu Municipal SANTIAGO DO CACÉM.

Eduarda Prudêncio, cerâmica, **Ribeiro Farinha**, desenho; **Colectiva** de pintura. Gal. Cetária, Pousada de S. Filipe, até 18/7, SETÚBAL.

A Representação do Animal na Arte Portuguesa Contemporânea, colectiva de artes plásticas; **Teresa Ribeiro**, pintura e tapeçaria; **José Vaz Murtinheira**, pintura. Promovida pela CM no Salão da Patriarcal, em comemoração do Dia da Cidade. VILA FRANCA DE XIRA.

«O Ribatejo visto por Júlio Gomes» – pintura e desenho. Até amanhã, Cooperativa Alves Redol. VILA FRANCA DE XIRA.

Teatro — O Cartaz

• LISBOA

A Barraca — R. Alexandre Herculano. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **Calamity Jane**, adapt. e encen. Hélder Costa, intérp. Maria do Céu Guerra.

CAM – Sala Polivalente, Fundação Gulbenkian. Dias 10, 11 e 12/21.30; dias 13 e 20/15.00; dias 15, 16, 17 e 18/18.30.

O Fim, de António Patrício, enc. Jorge Listopad — Ciclo «Retorno à Tragédia».

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. **As Criadas** de Jean Genet, enc. Bernardo Vaz, prod. e interpretação Grupo de Finalistas da Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa. Até 13/7. 5.ª, 6.ª e sáb./21.45; dom./16.30.

Rex. R. da Palma/Às 21.30 excepto 4.ª feira; sáb. e dom./16.00. **A Severa**, de Júlio Dantas, encen. Herlander Peyroteo – Primeiro Acto – Clube de Teatro de Algés.

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30; dom., 16.00. **Volpone**, de Ben Jonson, adapt. e enc. de Norberto Barroca, pelo **Novo Grupo.**

Nac. D. Maria II – Rossio. **Mão Coragem e os seus Filhos**. De 3.ª a sáb./21.30, dom./16.00. De Bertold Brecht, encen. João Lourenço – Comp. Nac. de Teatro – Novo Grupo.

Nac. D. Maria II – Sala Experimental, Rossio. **Comédia dos Anfitriões**, de Camões, enc. de José Valentim Lemos, pelo TELA-Teatro Experimental de Leiria. Até 13/7. 5.ª, 6.ª e sáb./21.45; dom./16.30.

Teatro do Bairro Alto – Sala Manuela Porto, R. Tenente Raul Cascais, 1. Sáb./16.00; dom./11.30 e 21.30.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, Dom., às 17.00. **Avareza, Luxúria e Morte n'Arena Ibérica**, de Ramon del Valle-Inclán, encen. Blanco Gil.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Quinta, sexta e dom. às 18.30, sáb. 21.30. **Viagem para a Felicidade**, de Franz Xaver-Kroetz, enc. de Rogério de Carvalho. *(Últimas representações).* **Variedades**, Pq. Mayer. De 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos**, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO

Casa do Infante, R. da Alfândega. De 3.ª a dom./22.00, até 20/7. **Piolhos e Actores**, de Sanchis Sinisterra, dir. de enc. Castro Guedes.

• SETÚBAL

TAS-Teatro de Animação de Setúbal. De 5.ª a dom./21.30. **Alves e Companhia.** De Eça de Queiroz, adaptação e enc. Fernando Gomes.

Para Crianças

• LISBOA

Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. Dom./16.30. **A Rua dos Fantasmas**, de Javier Villafañe, enc. de Adolfo Gutkin, pelo **Grupo Maizum.**

Tempo — Fim de Semana

Continuação do tempo quente.

Céu geralmente limpo, e vento fraco a moderado soprando predominantemente de Noroeste.

(Previsão do Instituto Nac. de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Comecemos por Catão

Consta que, nos tempos da Antiga Roma, um sujeito, chamado Catão, que aliás passou à posteridade com uma reputação excelente, terminava todos os seus discursos com a frase «— Delenda Cartago!», que significava qualquer coisa como «— É preciso destruir Cartago!». Qualquer que tivesse sido o tema da oratória, quaisquer que fossem as circunstâncias e os problemas em debate, aquela era a frase final, obsessiva, inevitável. Era Catão a fazer, naquele tempo, o que hoje se chamaria a «lavagem ao cérebro» dos seus concidadãos. E o caso é que Cartago acabou por ser mesmo destruída por Roma, embora eu não esteja nada certo de que isso tenha acontecido devido às insistentes recomendações de Catão, surgido assim como precursor da intoxicação propagandística.

Mal comparado decerto, o Telejornal de agora lembra-me, pela sua insistência numa determinada nota (e só por isso), o velho Catão. Não no final das suas oratórias mas no início, não nos repete «Delenda Cartago» mas dá-nos um outro recado, mais ridículo mas igualmente obstinado: «Este Governo é o máximo!.» Não por estas palavras exactamente, já se vê. Mas o Telejornal bem sabe as muitas maneiras que há para dizer esta mesma coisa. E usa-as todas.

Campeões da Aldrabice

O pior é que, se esteve certo Catão como intérprete dos interesses romanos no Mundo antigo, está completamente errado o Telejornal como suposto observador da vida nacional. Um dia destes, no decurso de uma das suas frequentes autogabarolices, Cavaco Silva disse que o seu Governo já fez muito. A verdade é que pouco se nota. Que pouco se nota apesar dos esforços furiosos que alguns órgãos de comunicação social fazem no sentido de que se note muito. E, sempre que se nota, é porque o Governo agiu contra os interesses da generalidade dos cidadãos.

Nem vale a pena recordar todas as malfeitorias pelo Governo praticadas contra os portugueses, mesmo se de entre elas retivermos apenas as mais graves, no género da Lei das Rendas, do regresso das taxas moderadoras no sector da Saúde e da tentativa de fixação de tectos salariais. Demais já sabem tudo isso os portugueses que têm olhos para ver, cabeça para pensar e, principalmente, mãos para pagar. Mas bolsos vazios.

Há, porém, os que têm olhos, cabeça e mãos e, contudo, nem sempre as usam com óptimos resultados. É nesses que pensam o Governo e a sua gente quando tão intensamente se empenham na maior ofensiva de manipulação da Comunicação Social que por cá se viu nos últimos anos. Dizer que a Televisão figura, nessa campanha, em primeiríssimo lugar, não surpreenderá ninguém, nem mesmo os que não tenham o hábito de olhar a TV. Porque este Governo tem jeito, pelo menos, para uma coisa: para contar histórias bonitas a seu próprio respeito. Pelo que é natural que queira contá-las pelos meios mais eficazes.

Contudo, aqui é preciso introduzir uma reflexão capaz de nos entristecer. É que a tão falada vocação do Governo para contar balelas acerca da sua eficácia, do seu pragmatismo, do bem que nos está a governar, só é possível graças a uma outra vocação: a que leva muita gente da área da Informação a transformar-se de profissional das notícias em mercenário das patranhas.

A vida tem mais força

Quer isto dizer, então, que o Governo vai ganhar a sua Guerra das Imposturas? Não quer. O relativo e sectorial êxito que por agora julgue estar a obter, designadamente junto de certo público da TV, só tem vindo a ser possível porque ainda decorreu pouco tempo sobre as mentiras postas a circular. Os dias, as semanas, os meses, acabam por fazer surgir as coisas com o seu verdadeiro aspecto.

Os cidadãos vão pagar rendas mais caras, vão pagar taxas moderadoras nos hospitais, pagam cada vez mais caro os medicamentos de que precisam. Os jovens continuam a não encontrar emprego e vão descobrir que o apregoado «cartão jovem» é capaz de não proporcionar mais descontos que um mero cartão sindical ou de estudante. E os portugueses vão passar mais estas férias em casa, que não há dinheiro para mais. Tudo isto, e muito mais, vai revelando o que este Governo de facto é.

Quer isto dizer que a vida vai desmentir a Televisão. Pelo que cada vez será mais inútil que a TV venha repetir, um pouco segundo o modelo do velho Catão dos romanos, que não é preciso destruir Cartago mas sim que é preciso suportar o Governo. A vida tem mais força que a Televisão e as suas invencionices. É o que nos vale a nós. É o que os perde a eles.

■ **Telémaco**

Síntese semanal da IMPRENSA

São eles que o dizem

É sintomático que no seio da direita estejá já a surgir a crítica à política económica e financeira do Governo Cavaco e à demagogia que o Governo faz à volta de alguns falsos êxitos dessa política.
Agora foi o próprio Ministro das Finanças encarregado de desmentir as conclusões de um relatório da Comissão Europeia sobre o estado da nossa economia.

Não se melhorou nada!

● «*Semanário — Sabemos que se dedica ao estudo da conjuntura económica. Quais são as suas principais conclusões? E comecemos pelo investimento. Há a sensação de muitas ideias de investimento, mas que não se concretizam. Os negócios que se realizam ou são saneamentos ou são meros negócios especulativos e de oportunidade. O sector público tem também tido dificuldade em colocar as suas carteiras em participações. O que se passa?*

O que se está a acontecer é que o investimento — que é uma das grandes apostas da actual política económica — está quebrado. A taxa de crescimento não deve atingir os 10% este ano, mesmo que o Governo faça alguns esforços de investimento público. É quase impossível. A projecção mais optimista que tenho é de se atingir 8%. E a da OCDE é de 7%. No primeiro semestre a taxa de crescimento foi bastante inferior a esta, cerca de 4%.

S. — Quais são as razões desse atraso no investimento, contrariando as projecções do Governo?

A.S. — Há fundamentalmente quatro razões para este atraso no investimento. Em primeiro lugar a subida dos custos. O Governo lançou uma política de subida dos salários nominais e perdeu o seu controlo, os salários subiram bastante mais do que esperava, criou excessivas expectativas e, portanto, os agentes económicos reagiram instintivamente, enquanto a inflação, por motivos externos que nada têm que ver com o mérito nacional, é inferior àquilo que se previa. Logo, a subida do salário real é muito forte. Da ordem dos 5% este ano. Este é um dos motivos que pode levar a certas reticências sobretudo nos investimentos de trabalho intensivo. Por outro lado, a taxa de juro real está muito elevada. Houve uma descida da taxa de juro nominal, mas como a inflação esperada desceu bastante, a taxa de juro real é hoje a mais elevada da Europa. É cerca de 8%. Portanto os investidores, que já não têm muitas ilusões monetárias, vêem que o investimento tem que ser extremamente rentável para poder comportar estes custos. É por isso que o atraso na descida da taxa de juro nominal tem sido um grave erro do Governo. Mas enfim...

(...)

S. — Mas isso gera tensões inflacionistas. Há pouco dizia-nos que a taxa de inflação não tinha nada que ver com o que se passava aqui dentro.

A.S. — Tem sempre a ver, mas grande parte da desaceleração deve-se a ganhos nas razões de troca. Os ganhos nas razões de troca projectados para 1986 são muito grandes: cerca de 5% do Produto Interno Burto. E o efeito da deflação externa sobre os preços internos é de seis pontos. Logo se vier a haver uma taxa de inflação de 13%, que é o meu cálculo, de facto a política deste Governo gerou uma taxa de inflação potencial de 19%. Portanto não se melhorou nada relativamente ao anterior, porque a descida de seis pontos — contas modestas e prudentes — deve-se a efeitos externos. E algo de semelhante se passa com as contas externas.»

(Rui Teixeira Santos, entrevista a Alfredo de Sousa, economista e personalidade destacada do PSD, «Semanário», 5 de Julho)

Cadilhe dá lição à Europa

● «O Governo português, através do ministro das Finanças, criticou duramente um relatório da Comissão Europeia sobre a situação económica portuguesa, durante a reunião dos ministros da Economia e Finanças da CEE, que ontem decorreu em Bruxelas.

Segundo uma fonte do Conselho, o ministro português insurgiu-se, nomeadamente, contra uma parte do relatório sobre a situação orçamental portuguesa, na qual se atribui a melhoria da situação a factores aleatórios e não à acção do Governo de Lisboa.

O relatório em causa afirma a dado passo que graças "a elementos de natureza transitória (aplicação do IVA e fiscalização de uma grande parte da baixa do preço dos produtos petrolíferos) o saldo líquido a financiar pelo Estado deverá reduzir-se em 1986, mantendo-se no entanto próximo de dez por cento do PIB".

Miguel Cadilhe frisou aos seus colegas da Comunidade Económica Europeia que a evolução positiva no domínio da correcção do défice público em Portugal não foi obra do acaso mas sim o resultado da acção governamental.».

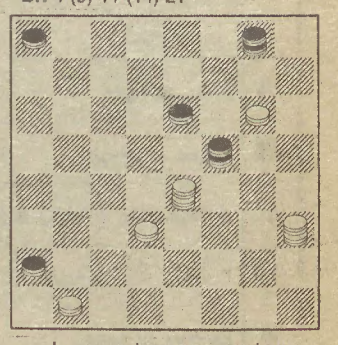
(«Correio da Manhã», 8 de Julho

Damas

LIX — 10 de Julho de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 59

Por: Raul Duarte Girão – Pernes
«Estratégia Damista n.º 2/Agosto, 1945

Pr. 8-(18)-22-(29)-32
Br. 4-(9)-11-(14)-21



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 59
Campeonato Nacional – Torres Vedras, 9-VI-1986
(1.º Campeão 1986: **José António Silva Pereira, 2.º Manuel Vaz Vieira...**)
Br. Medalha da Silva
Pr. M. Vaz Vieira
(1.º jogo)

1. 10-14, 22-19; **2.** 5-10, 27-22; **3.** 11-15, 21-18; **4.** 14:21, 25:18; **5.** 10-13, 19-14; **6.** 13-17, 23-19; **7.** 6-11, 30-27; **8.** 1-5, 28-23; **9.** 2-6, 32-28; **10.** 12-16, 19:12; **11.** 8:15, 23-19; **12.** 4-8, 19:12; **13.** 8:15, 28-23; **14.** 15-19, 22:15; **15.** 11:20, 24:15; **16.** 7-11, 14:7; **17.** 3:28, 27-24; **18.** 6-11, 27-23; **19.** 5-10, 23-19; **20.** 10-13 empate.

GOLPE N.º 59
Por: Juan Garcia Canalejas, 1650-(V)
1. 10-14, 22-18; **2.** 5-10, 23-20; **3.** 12-15, 28-23; **4.** 7-12, 20-16; **5.** 3-7, 32-28; **6.** 1-5, 21-17; **7.** 14:21, 25:18; **8.** 10-14, 26-21; **9.** 5-10, 23-20; **10.** 15-19? Perdente! J. Pr. G. (**Br. 2-4-6-7-8-9-10-11-12-14-19. Pr. 16-17-18-20-21-24-27-28-29-30-31 J. Pr. G.**).

SOLUÇÕES DO LIX

N.º 59 (RDG): 14-28, 32:23 (qualidade); 11-15, 18:25; 9:16, 29:12; 16:7 e segue-se a «JIGAJOGA» de Timoneda (1635): ... 25-29; 7-12, 29-25; 12-29, 25 ad libitum (1) (se 25-7; 4-11 e 29-25+); 4-7!, ?:4; 29-25+

GOLPE N.º 59 (JGC): 10. ... 20-15; **11.** 11-20, 18-11; **12.** 7:14 (se 6:15; 27-23...); **12.** ..., 16:7; **13.** 4:11, 24:15; **14.** 11:20, 21-18; **15.** 14:21, 27-23; **16.** 20:27, 30:5+

(1) — Ad libitum = à vontade

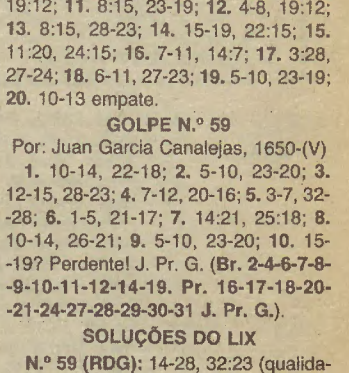
A. de M. M.

Xadrez

LIX — 10 de Julho de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 59

Por: J. R. Neukomm
Recomendado «Torneio Associação de Kitzingen», 1924-25

Pr.(3): Pa2-Bé6-Ré5



Br.(9): Ps.b4,é4,h4 – Cs.b8,h8 – Ts.é3,é8-Dé1-Ra1
Mate em 2 lances

JOGO N.º 59
Match Kasparov/Miles – Basileia, 21-V-86
(5.ª partida)
Br. G. Kasparov – **Pr.** A. Miles

1. d4,d5; **2.** Cf3,Cf6; **3.** ç4,ç6; **4.** Cç3,é6; **5.** Bg5,d:ç4; **6.** é,b5; **7.** é5,h6; **8.** Bh4,g5; **9.** C:g5,h:g5; **10.** b:g5,Cbd7; **11.** é:f6,Da5; **12.** g3,b4; **13.** Cé4,Ba6; **14.** Df3,0-0-0; **15.** b3,ç:b3; **16.** B:a6+,D:a6; **17.** D:b3,Db5; **18.** Tç1,Cb6; **19.** Bé3,a5; **20.** Dç2,Rb7; **21.** Dé2,Dd5; **22.** f3,Cd7; **23.** 0-0,Bh6; **24.** Tf2,Rb6; **25.** a3,Tb8; **26.** a:b4,a:b4; **27.** B:h6,T:h6; **28.** Dd2 e as pretas abandonam.

SOLUÇÃO DO LIX

Chave: 1. Dé2! bloqueio!
1. ..., Rd4; **2.** Cç6+
1. ..., Rf4; **2.** Cg6+
1. ..., Rd6; **2.** Dh2+
1. ..., Rf6; **2.** Dd2+

A. de M. M.

Em Foco

Avante!

Ano 56 – Série VII
N.º 654
10 de Julho de 1986
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

POLÓNIA
Uma mão cheia de problemas e um povo certo de os vencer

Da nossa enviada especial
Anabela Fino

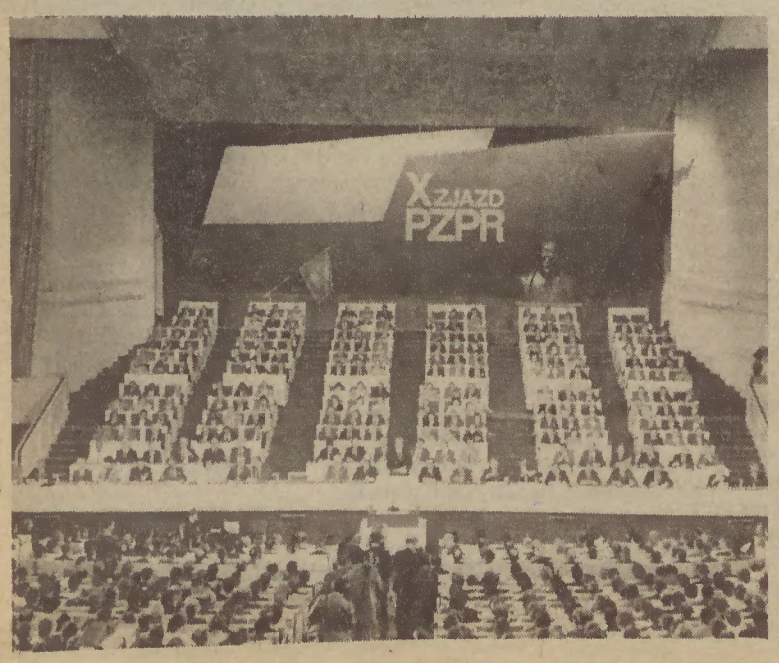
Para quem chega à Polónia ido dos países do ocidente, eufemismo mais ou menos consagrado para referir os países capitalistas, a desilusão pode ser grande se as notícias veiculadas pela imprensa dita pluralista sobre aquele país chegaram a gerar alguma expectativa.

Expectativa, está bem de ver, de encontrar a cada esquina clandestinos grupos de «combatentes da liberdade», manifestações de protesto avulso, *slogans* anti-socialistas nas paredes mais desapercebidas, vestígios da pressuposta intensa actividade do «Solidariedade».

Um desbotado postal do dito numa campa existente no adro de uma igreja bem central de Varsóvia e uma manifestação (?) de oito (o-i-t-o) abnegados defensores da liberdade de consciência junto ao Palácio da Cultura, onde se desenrolaram os trabalhos do X Congresso do POUP, na altura da intervenção do secretário-geral do PCUS, camarada Mikhail Gorbatchev, e que curiosamente eram todos estrangeiros, foi tudo o que de contestário me foi dado ver, pese embora o facto de livremente ter circulado por todo o lado.

É certo que a mesma imprensa pluralista anunciou a realização de manifestações de protesto noutras cidades polacas, de cuja importância não me é dado ajuizar, por manifesta falta de conhecimento. A não ser, é claro, o simples facto de nem um único das várias dezenas de jornalistas de todos os quadrantes políticos e dos mais diversos países presentes na conferência de imprensa concedida pelo camarada Jaruzelski na passada sexta-feira, ter considerado as referidas manifestações suficientemente relevantes para delas fazer qualquer referência. O que é no mínimo, convenhamos, bastante significativo.

Gorada pois esta expectativa — para quem a tinha, é claro — quem quis e soube aproveitar a oportunidade de assistir aos trabalhos do X Congresso do Partido Operário Unificado Polaco não pode deixar de concluir que valeu a pena e que muitas são as lições a guardar da experiência do passado recente da Polónia e, sobretudo, do seu presente mais do que nunca virado ao futuro.



Extraordinariamente crítico e auto-crítico, o Congresso teve o mérito de saber equacionar frontal e rigorosamente os problemas do país e do partido e, com a mesma coragem, apontar o caminho a seguir para a sua resolução.

Que existem problemas sérios na sociedade polaca percebe-se à vista desarmada, mesmo sem sair da capital. Varsóvia, que é uma bela capital europeia recheada de parques e jardins por todo o lado, de magníficos monumentos históricos que a vontade do povo se empenhou em reconstruir após a sua dolorosa e criminosa destruição quase total durante a guerra, mostra também a quem a visita o esforço da modernização e do desenvolvimento. E as suas insuficiências.

O abastecimento está longe de corresponder às necessidades; grande parte do parque habitacional (insuficiente) necessita de reparações; as vias de comunicação estão deterioradas; os transportes públicos são insuficientes. Mas estas questões são apenas a ponta do iceberg, como os próprios documentos apresentados ao Congresso testemunham.

Na origem dos mais graves problemas está, de acordo com o relatório do CC do POUP, a existência de **pessoas com mentalidade pequeno-burguesa, ávidas de lucro fácil, que negligenciam as suas obrigações e o interesse colectivo. Pessoas que não produzem qualquer bem nem prestam qualquer serviço. Pessoas que retiram os seus rendimentos da especulação, do comércio ilegal de divisas, do pseudo-turismo, do roubo da propriedade pública.**

E também, como foi sublinhado, investimentos que não são devidamente orientados, capacidades inaproveitadas, desperdícios de toda a espécie. **Em média**, revelam os estudos feitos, **as empresas efectuam apenas metade das operações de conservação que a tecnologia exige. Quanto aos «desperdícios», constituem uma «reserva» económica nada pequena. As pessoas assinalam a existência de vagões destruídos, de cimento que se perde à chuva e de lâmpadas eléctricas nas ruas acesas durante o dia. Porém, existe também o desperdício em grande escala, como erradas decisões de investimento, projectos antiquados, produção de baixa qualidade, falta de aproveitamento do potencial de produção e o pluri-emprego.**

O que acontece, salientou-se, **é que é mais fácil descobrir os responsáveis de perdas no valor de alguns mil zlotys** (moeda nacional), **do que quando se trata de milhares de milhões, pois aí a responsabilidade dilui-se, os nomes desaparecem no anonimato burocrático.**

Na indústria, por diferentes razões, perde-se em média um dia e meio de trabalho por semana.

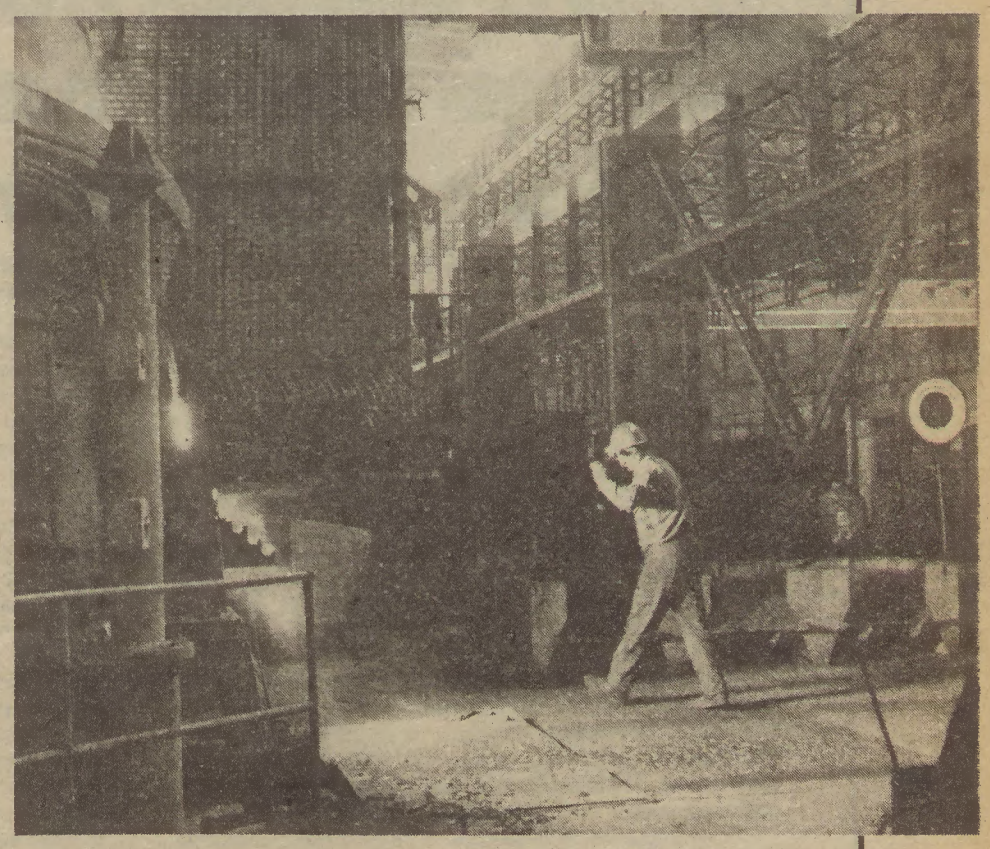
As perdas sociais provocadas por esta situação não são menores: a desmoralização, a rotina, a aceitação da negligência.

O que significa, como repetidamente seria afirmado durante os trabalhos do Congresso, que malgrado todas as dificuldades económicas existem na Polónia reservas que podem e devem ser utilizadas.

Entretanto, alertou-se, o seu aproveitamento não pode ser conseguido aplicando-se um mesmo esquema para todas as situações. Também aí a rotina e a burocracia não pode ter lugar.

As tarefas mais urgentes

Pode dizer-se, sem receio de errar, que as medidas propostas para vencer a crise económica, ultrapassada que está a crise política, são simultaneamente ousadas e realistas. Feito o balanço, contabilizadas as forças, a conclusão que se impõe é que há meios para sair vitorioso deste desafio da modernidade e da necessária evolução e consolidação do poder socialista na Polónia.



As próprias metas apontadas para o presente quinquénio são elucidativas a esse respeito:

— melhorar gradualmente as condições de vida da população;

— fortalecer e consolidar a capacidade da economia nacional com vista a um desenvolvimento equilibrado e efectivo;

— desenvolvimento da democracia socialista com base no fortalecimento do Estado e aglutinação de

POLÓNIA

todas as forças patrióticas do país em torno dos interesses supremos da nação;

— desenvolvimento e consolidação da posição internacional da Polónia, em particular através do estreitamento e crescimento dos vínculos nos mais diversos domínios com a comunidade dos países socialistas, bem como pela participação activa no movimento internacional em prol da defesa da paz na Europa e no mundo.

Para levar a cabo estas tarefas, o Congresso do POUP aprovou, nas suas resoluções, incrementar a construção do mercado em alimentos e artigos industriais, melhorar a protecção à saúde e velar pela defesa do meio ambiente, prestar maior atenção às questões do ensino e da cultura, prosseguir e aprofundar a política de retribuições com base nos princípios da justiça social socialista.

Como se torna evidente, o cumprimento destes objectivos implica a mais profunda compreensão da **relação dialéctica entre a criação e a divisão da riqueza** e, simultaneamente, **um aturado trabalho de esclarecimento por parte do partido em todos os campos da vida social, na ideologia, propaganda, ciência e cultura.**

Como se faz notar na Resolução do Congresso, **o projecto apresentado pelo governo para o actual quinquénio prevê um crescimento da renda nacional de 16 a 19%, da produção industrial em 16%, dos investimentos em 24%, em relação ao quinquénio anterior. Prevê-se ainda que o consumo per capita aumente em 10%.**

Para alcançar estes objectivos, no entanto, torna-se necessário que os gastos de material na indústria diminuam entre 7,5 a 9,5%, que o consu-

Intervenção do camarada W. Jaruzelski

«Para um partido marxista-leninista não há nada mais importante do que a confiança da classe operária»

(...) Para um partido marxista-leninista não há nada mais importante do que a confiança da classe operária, a credibilidade e a autoridade junto dos trabalhadores. Este aspecto foi particularmente atacado pelo adversário, consciente de que os laços do partido com as massas são um ponto decisivo, nevrálgico, do nosso sistema político. Foi justamente nesse ponto que sofremos os maiores prejuízos. Acumulam-se os efeitos socio-psicológicos dos erros cometidos, ensombrando a difícil vida quotidiana. Contudo, a linha seguida de entendimento e de luta, realizada paciente e consequentemente, está a dar os resultados esperados. Provam-no a realização e os resultados das eleições para os conselhos populares e para a Dieta (Parlamento polaco), tal como as sondagens de opinião pública. Mas o mais importante é a prática, a participação activa das massas no trabalho de todos os dias, na actividade social para uma Polónia verdadeira, socialista.

A evolução dos estados de espírito, das opiniões e dos comportamentos faz-se gradualmente, mas na direcção certa. É contudo um processo complexo, condicionado não apenas pelos factores gerais, mas também pelo clima diferenciado dos vários meios. Um situação individual e mesmo acontecimentos acidentais podem ser muitas vezes decisivos.

As hesitações e as desilusões, a desconfiança e a passividade constituem frequentemente o estado intermédio entre a «emigração interna» em vias de desaparecimento e as diversas formas de participação. Não é possível unir toda a gente. Mas é preciso e é possível unir a grande maioria. Um homem ganho, representa uma vitória. Um homem afastado, constitui um erro. Não se pode ser comunista sem se acreditar que os homens podem mudar.

O estado concreto da consciência social é a realidade. E a realidade não nos pode ofender. O que é necessário é transformá-la activa e sabiamente. As transformações autênticas das atitudes e opiniões humanas são cem vezes mais preciosas do que as aparências de unidade antecipadamente proclamada.

(...) As apreciações feitas pelo partido sobre os complexos fenómenos e as tendências contraditórias que caracterizaram o antigo «Solidariedade», confirmaram-se acertadas.

Milhões de pessoas colocaram nesse movimento as suas esperanças para a realização do lema «socialismo — sim, deformações — não», para uma eficaz renovação. Mas ao mesmo tempo, encontraram nesse movimento um trampolim e uma plataforma para as suas actividades grupos de apostados anti-socialistas de velha e nova data, grupos de fanáticos e de dirigentes da contra-revolução, bem como diversos renegados e «convertidos milagrosamente». «Um único movimento — como constatou a XXI Sessão Plenária — incluía simultaneamente o potencial da renovação socialista e o potencial de destruição anti-socialista».

A direcção retrógrada que ganhou força nos círculos dirigentes do «Solidariedade», no seu aparelho que crescia rapidamente, não podia constituir a linha da classe operária, a via para a maioria dos participantes nesse movimento. Os extremistas sofreram uma derrota porque perderam o apoio social, porque se separaram das massas.

A prática confirma plenamente estes factos. As pessoas que ontem estavam divididas por muitas razões, trabalham hoje lado a lado. A grande maioria dos antigos membros do «Solidariedade» participa hoje activamente na vida pública. Actuam no partido, nos partidos aliados, na Dieta e nos conselhos populares, no movimento sindical renovado, estão igualmente nesta sala como delegados ao X Congresso.

A palavra de ordem para o entendimento não é uma declaração de circunstância, uma linha de acção para os momentos difíceis, uma operação táctica momentânea. Constitui pelo contrário a continuação das melhores experiências do nosso partido. Realizamos e realizaremos essa linha de acção com toda a convicção e de forma consequente.

Nós não lutamos pelo poder. O poder é e permanecerá socialista. Somos tolerantes a respeito dos pontos de vista e das opiniões, mesmo quando injustas e prejudiciais, pois isso pode ser sempre corrigido e esclarecido. Ninguém é ou será reprimido na Polónia pelas suas convicções. Hoje desenrola-se a luta pelo futuro da Polónia, para a recuperação dos atrasos, para evitar o perigo de ficar sempre atrás, para reconquistar o nosso lugar no mundo, para assumir os desafios do mundo contemporâneo.

Por esses motivos, não podemos nem seremos tolerantes para com as actividades que prejudiquem a Polónia.

(...) A clandestinidade e os seus diversos clientes políticos já não são almas amarguradas, boa gente fascinada pela «democracia pura» ou jovens inexperientes induzidos em erro. São, na maioria dos casos, agentes ao serviço dos interesses estrangeiros inspirados e financiados por eles.

Após termos definido um campo de entendimento tão vasto

quanto possível, temos a obrigação de velar com o maior rigor pelos seus princípios invioláveis e os seus limites intransponíveis. O entendimento não é um acordo de todos em tudo e com todos. Na actual etapa da construção do socialismo na Polónia existem também antagonismos. Uma barreira separa os representantes de interesses e atitudes contrárias: socialistas e anti-socialistas, pró-operários e anti-operários, progressistas e retrógrados.

As diferenças entre os que aspiram sinceramente ao entendimento são igualmente um facto objectivo. Reconhecemos essa identidade, não procuramos disfarçar as diferenças, não simplificamos as divisões. O que é essencial é que tais contradições não subvertam a ordem constitucional, os interesses do Estado. Mesmo as mais sérias divergências podem ser neutralizadas pela convergência nas questões essenciais, pela vontade comum da prosperidade do único Estado polaco — a República Popular da Polónia ■

(extractos do discurso de W. Jaruzelski, 1.º Secretário do CC do POUP)

O mesmo Partido mas não como antes

mo de energia em relação a uma unidade da renda nacional baixe entre 9 a 11% e que o rendimento do trabalho na indústria aumente em 16 por cento. Considera-se como indispensável para tal **passar da fase quantitativa à fase qualitativa** (segunda etapa da reforma económica); **acelerar o progresso técnico-científico; aproveitar melhor as reservas de trabalho, energia, matérias-primas, bens duráveis e melhor qualidade dos produtos; fortalecer a orientação da economia para a exportação; introduzir mudanças estruturais na economia nacional; proceder a uma revisão geral das estruturas organizativas na economia e no Estado.**

Com uma dívida externa de cerca de 30 mil milhões de dólares; um desenvolvimento demográfico verdadeiramente impressionante (dois milhões entre 1980 e 1985), numa população que em meados da próxima década deverá ser de 40 milhões de habitantes; com uma localização geográfica particularmente sensível na Europa, a Polónia terá que contar com todo o apoio popular para responder com êxito aos desafios que enfrenta.

As metas fixadas para o actual quinquénio são sem dúvida a melhor confirmação de que o Partido Operário Unificado Polaco sabe poder contar com esse apoio ■

O X Congresso do POUP, cujos trabalhos foram antecedidos por amplos debates sobre as teses, permitiram assistir a uma vasta gama de intervenções em que estiveram quase sempre presentes tanto a crítica como a firme disposição de prosseguir os êxitos onde foram alcançados e de corrigir os erros e as deficiências em todos os sectores onde se verificam.

Não é um trabalho — e foi dito — cujos resultados podem ser vistos de imediato, mas também não é um trabalho que possa ser adiado.

É sem dúvida uma tarefa que cabe a todo o partido, cuja prática naturalmente mereceu a maior atenção dos delegados ao Congresso.

A reeleição do camarada Jaruzelski como primeiro secretário do POUP e a eleição de um Comité Central com 230 membros, 173 dos quais eleitos pela primeira vez, constituem o resultado prático das reflexões expressas no Relatório ao Congresso sobre o assunto.

Vale bem a pena meditar no que aí se disse:

(...) Retornemos em pensamento aos congressos anteriores. A partir do Congresso em que, em 1948, foi levada a cabo a unidade organizativa do movimento operário, todos entraram para a história. Mas de modo diferente. Quando as resoluções foram confirmadas pela prática, quando foram justas, isso deveu-se à qualidade marxista-leninista da análise da situação real, à conformidade das decisões com as necessidades da altura.

A maior parte foi constituída por congressos voltados para a verdade da vida, atendendo às opiniões e anseios dos trabalhadores, em consonância com as necessidades do desenvolvimento, realistas e previdentes. Mas tiveram também lugar congressos que trabalharam de forma fechada, distanciados dos problemas crescentes, pecando por falta de análise crítica e de coragem renovadora.

Deste modo surgiram as causas subjectivas dos conflitos sociais, que interrompiam e faziam retardar o desenvolvimento socialista da Polónia. Disso fala o relatório examinado na XII Sessão Plenária, intitulado «Relatório dos trabalhos da comissão do CC do POUP criada para esclarecer as causas e o curso dos conflitos sociais na história da Polónia».

Essas lições não podem ser esquecidas nunca.

A questão não reside na ausência de erros, na razão total e inabalável. O partido cumpre o seu papel quando evita os erros e ao reconhecê-los quando ocorrem e consegue corrigi-los. A atitude crítica é um critério diário e prático da credibilidade e da autoridade do partido. O que é mau para as pessoas deve sê-lo também para o partido. Eis a condição fundamental da confiança da sociedade em nós. Foi uma lição que aprendemos bem nos últimos anos.

Actuando entre os trabalhadores, o partido destaca o papel e as aspirações da classe operária. Ainda hoje, parte dos operários não está convencida de que a sua voz é escutada com atenção. O nosso dever é fazer tudo para que se sintam plenamente co-gestores da sua fábrica e do seu país. O aumento do número de operários na composição do partido, o aumento da sua actividade, da crítica e da influência operária nas decisões do partido, são questões da maior importância.

(...) O curso da campanha que antecedeu o Congresso provou que a palavra de ordem da VII Sessão Plenária: «O mesmo partido, mas não como antes», não é um slogan ocasional, mas sim uma directiva programatico-política posta em prática. «O mesmo partido», isto é — marxista-leninista, estreitamente ligado à classe operária, profundamente enraizado na tradição patriótica e progressista polaca. E «mas não como antes», porque, qual barómetro sensível, regista o tempo em mudança, definindo novos objectivos e tarefas, opondo-se aos fenómenos de marasmo e da apatia, rejeitando tanto o centralismo burocrático como a anarquia pseudo democrática. O nosso partido concretiza, de forma leninista, o centralismo democrático, conjugando a colegialidade com a responsabilidade individual face às tarefas assumidas.

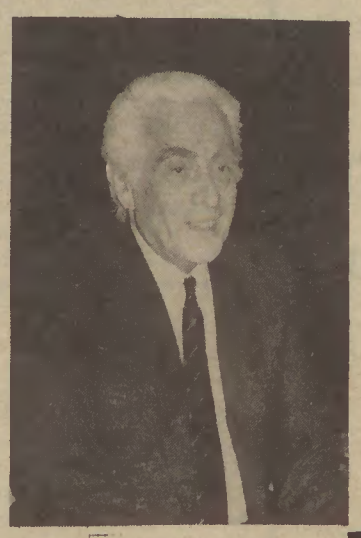
(...) Só se pode dirigir e conduzir eficazmente quando se está ao serviço da classe operária, dos trabalhadores e do povo. O papel do partido não se concretiza automaticamente. Deve ser constantemente confirmado e verificado pela atitude da sociedade face aos programas e à prática partidária, face às atitudes dos seus membros. Sem a aprovação social pode-se, a rigor, administrar, mas não se pode dirigir eficazmente.

(...) Quando não se vê no partido um movimento social dinâmico, mas principalmente uma estrutura hierarquizada, uma máquina organizada, perde-se de vista toda a dimensão do espírito partidário.

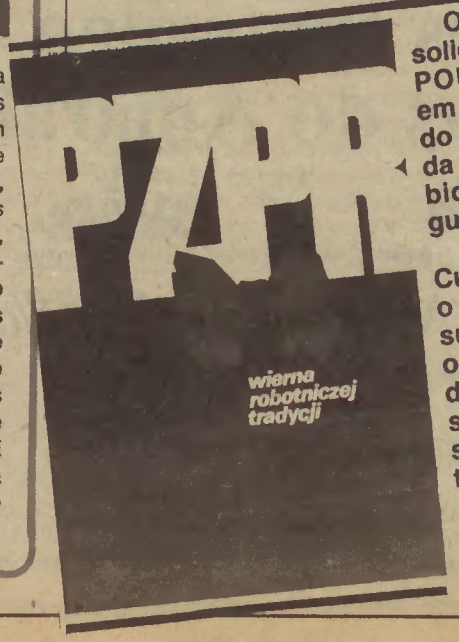
O partido é uma comunidade humana, um agrupamento voluntário de pessoas que têm o mesmo objectivo e escolheram a mesma via para o alcançar, que escolheram a vida partidária como uma concepção de existência, que dão ao partido uma parte de si próprios enriquecendo o seu espírito através do partido.

(...) A tarefa principal é fortalecer as organizações de base do partido. A sua voz, das fábricas aos ministérios, deve soar bem alto de modo a ser ouvida. Se essa voz tiver o apoio dos trabalhadores sem partido, terá redobrado valor. (...) ■

Declarações de A. Cunhal no regresso da Polónia



À sua chegada a Lisboa, o camarada Álvaro Cunhal, que chefiou a delegação que representou o PCP nos trabalhos do Congresso do POUP, ao ser solicitado pelos jornalistas a comentar aquela realização dos comunistas polacos, afirmou ter-se tratado de um Congresso muito importante, que «mostra que o fundamental da crise política que esse país atravessou foi superada e que lança o país, o povo polaco, a Polónia socialista numa nova etapa do seu desenvolvimento». O secretário-geral do PCP salientou os traços fundamentais de que se ocupou o Congresso, sublinhando que se tratava não de um balanço final, já que os trabalhos prosseguiam, mas apenas de «uma ligeira apreciação à chegada». Referiu assim a «solução dos problemas económicos ainda existentes analisados numa perspectiva de desenvolvimento, com um plano definido e perspectivas claras; o melhoramento das condições de vida do povo polaco, tendo em conta certos resultados negativos que se registaram na vida política nesse domínio; a democratização da vida nacional em todos os seus aspectos e, finalmente, uma política de paz que a Polónia prossegue no quadro das relações amistosas e da política de paz dos países socialistas. «Creio», disse Álvaro Cunhal, «que estes quatro traços são evidentes num Congresso em que o relatório do camarada Jaruzelski, primeiro-secretário do Partido, o do primeiro-ministro e as intervenções de numerosos delegados marcaram o Congresso com uma extraordinária abertura, com uma análise muito objectiva dos problemas, das situações, com um espírito crítico e autocrítico a todos os níveis das intervenções, desde os dirigentes mais responsáveis até aos oradores que falavam em nome das organizações de base do Partido. Portanto um Congresso de um extraordinário interesse. E creio que há muitas outras razões para que aqueles que acompanham a vida dos outros povos sintam uma grande alegria com o Congresso que se está a realizar».



Os profundos laços de amizade e solidariedade que ligam o PCP e o POUP estiveram particularmente em destaque, durante a realização do X Congresso do POUP, através da forma calorosa com que foi recebida e tratada a delegação portuguesa.

Com efeito, o camarada Álvaro Cunhal manteve conversações com o camarada Jaruselski logo após a sua chegada a Varsóvia, e o PCP foi o único dos partidos comunistas dos países capitalistas a intervir, sendo que apenas se registaram seis intervenções de delegados estrangeiros.

O camarada Domingos Abrantes, por seu turno, participou num comício em Katowice, de que daremos notícia no próximo número. ■

«SONDAGENS»

A ditadura dos títulos e a mentira dos números

A oito meses das últimas legislativas e a pouco mais de 4 meses das últimas presidenciais, alguns órgãos de informação e sectores políticos que, no passado, invariavelmente, batiam a tecla do «povo cansado de eleições», resolveram ressuscitar a sua velha obcessão e paixão pelas «sondagens».

É assim se intensificou recentemente o recurso a «sondagens» viciadas e manipuladas como arma de intoxicação política e como auxiliar propagandístico das teses e concepções que à direita interessa fazer circular.

Sozinha, a tese do PSD em impante ascensão eleitoral ou a do PCP «em declínio eleitoral» seriam sempre e apenas teses. Mas acompanhadas de convenientes sondagens passam a parecer teses com sustentação em factos e em números. Comentadores e analistas que estão empenhadíssimos em influenciar politicamente a opinião pública, desde que citem as «sondagens», já parece que se limitam a teorizar neutralmente sobre evidentes realidades objectivas.

É claro que uma análise atenta dessas «sondagens» revela pavorosas falsificações, desonestidades do tamanho de catedrais, manipulações desavergonhadas, truques escandalosos, violações em série de elementares requisitos técnicos e de princípios deontológicos básicos.

Mas os manipuladores profissionais confiam em duas coisas essenciais:
— a primeira: que os leitores dos jornais se fixem apenas nos títulos e, naturalmente, não tenham paciência nem para ler nem para penetrar na análise de quadros enfadonhos e de fichas metodológicas em linguagem codificada;
— a segunda: que os leitores se deixem cada semana embarcar na mentira de uma nova «sondagem», com base na evidente falta de memória sobre as evidentes limitações e falhanços espectaculares de anteriores sondagens.

É por isso, e a pensar em tudo isto, que resolvemos propor aos leitores uma rápida viagem às «sondagens» do passado. Para que fique claro que tanto mentiram ontem como mentem hoje ■

Ontem foi assim...

1

12 10-JULHO-1982 Expresso

Sondagem EXPRESSO/Norma sobre eleições legislativas e grau de prestígio das personalidades políticas

CDS ficará à frente do PSD no caso de candidaturas separadas

2

A «crueldade» dos números "JN" 14.6.82

SONDAGEM DÁ AO PS A MAIORIA ABSOLUTA...

• Abstenções atingiriam os 25 por cento!

3

Sondagem Euroexpansão revela
Semanário 6-7-85
PS em 1.º lugar e PRD com 14,2%

Se as eleições parlamentares se realizassem agora, o PS teria o primeiro lugar com 26,2% e o ... a idade e o sexo, bem como a votação em 1983. Os trabalhos de campo foram realizados entre 11

4

José António Saraiva

previsões

Expresso, 4.10.85

PARTIDO	PERCENTAGEM
PS	28-32% (36,4 em 83)
PRD	8-11%

5

...em EXPRESSO/EUROEXPANSÃO
Expresso - 30-11-85
Rosado Correia à frente no Porto

6

Sondagem de Maio dá a Pintasilgo o primeiro lugar
DN- 6-7-85-

Painel EXPRESSO/EUROEXPANSÃO
Expresso - 21-12-85
Só Lourdes Pintasilgo bate Freitas do Amaral na 2.ª volta
Exp. 21.12.85

EVIDÊNCIA

Sondagem EXPRESSO/EUROEXPANSÃO de 2 mil entrevistas
Expresso - 10-1-86
Freitas do Amaral — 42,5%
Mário Soares — 21,5%
Lourdes Pintasilgo — 21%
Salgado Zenha — 15%

7

Sondagem exclusiva NORMA/Semanário
Freitas do Amaral imbatível nas 1.ª e 2.ª voltas
O impossível — ou, com boa vontade, o esotérico ...

Sondagem EXPRESSO/EUROEXPANSÃO
Expresso - 10-1-86
Freitas vence nas 3 hipóteses de 2.ª volta

Sondagem já posterior à decisão do PCP
Freitas do Amaral à frente
Publicamos hoje uma sondagem exclusiva da Norma para este jornal, que, pela primeira vez em Portugal, utilizando um novo «software», pôde ... Em sondagem nacional exclusiva Norma/Semanário, Diogo Freitas do Amaral possui neste momento 45,6% das intenções de voto contra 39,3% para Mário Soares, havendo ... centrada em 6 cidades, como tem acontecido nos últimos meses. A decomposição regional dos resultados revela que Freitas do Amaral ...

8

...gem EXPRESSO/Euroexpansão 12.10.85
APU prefere Freitas a Soares

9

Sondagem... A ESTABILIDADE
'Tempo'/Antropos em Lisboa
Tempo 18.3.82

O «Tempo» encomendou uma sondagem à Antropos – Sociedade de Estudos de Sociologia e Antropologia, Lda. – sobre o estado actual do eleitorado de Lisboa. A sondagem foi feita nos dias 27 e 28 de Fevereiro. Os resultados foram os seguintes:

AD	32,3%
FRS	22,8%
PS	24,8%
PSD	20,5%
CDS	8,3%
PCP	7,8%

A mesma sondagem revela que 37,3 por cento dos lisboetas têm má opinião do Governo; 25 por cento tem boa opinião e 34 por cento não tem nem boa nem má opinião. Um «teste» favorável, enfim, ao Governo, em termos gerais, mas que exige da AD renovados esforços para transformar o País.

10

Sondagem nacional da NORMA para o EXPRESSO
A 5 dias da interdição da publicação de sondagens
Expresso 12-7-80
AD-43,1%, FRS-22,5%
APU-8,9% e UDP-1,5%

NO PRÓXIMO dia 17 de Julho termina o prazo para a marcação ... De igual modo, a AD aparece com uma vantagem esmagadora ... Republicana Socialista, verificando-se

1

Nas primeiras eleições legislativas realizadas depois desta «sondagem», houve de facto «candidaturas separadas» do CDS e do PSD. Só que o CDS não ficou «à frente» do PSD, mas atrás com quase 15 pontos de diferença!

2

«Maioria absoluta para o PS»? — alguém a viu alguma vez? Não é preciso ser adivinho para prever que, qualquer dia, em continuando a falta de vergonha e a fúria manipuladora, «sondagens» destas e títulos destes vão voltar.

3

«PS em 1.º lugar»? Exactamente três meses depois desta «sondagem», em 6-10-85, o PS ficava, não em 1.º mas em 2.º lugar a 9 pontos do PSD.

4

O director do «Expresso» não se enganou muito... Deu só 10 pontos a mais ao PS e 7 pontos a menos ao PRD. O «Expresso» a isto até já respondeu que o seu director estava a fazer «previsões» e não a divulgar encapotadamente «sondagens». Defensivo esclarecimento esse que revela grande falta de imaginação. O que o director do «Expresso» podia muito bem ter dito era que as suas previsões falharam mas, bolas! também as «sondagens» não falham menos!!!

5

Na sondagem do «Expresso» sobre as autárquicas de 1985, Rosado Correia (PS) ia «à frente» na eleição para a Câmara Municipal do Porto. Mas, nos resultados, ao obter 26,8%, ficou 10 pontos atrás do PSD que, esse sim, ficou «à frente». Esta mesma sondagem, referindo-se à eleição para a Câmara Municipal de Lisboa, garantia que o PS ia ficar em 2.º lugar com 27,2%. Mas, coisas da vida sempre em guerra com as «sondagens», o PS acabou ficando em 3.º lugar com 18% e quem teve 27% e o 2.º lugar foi... a APU!

6

Três títulos que ilustram o papel de certas «sondagens» na promoção da candidatura de M. L. Pintasilgo, com vista a assegurar a suficiente divisão de votos democráticos que permitisse a passagem à 2.ª volta de Mário Soares e a eliminação de Salgado Zenha. Anote-se apenas, objectivamente, que, no fim, M. L. Pintasilgo não ficou em 1.º alugar mas em último e que não teve 21% como dizia o «Expresso» no arranque da campanha eleitoral, mas 7%, ou seja uma «pequena» diferença de 14 pontos...

7

Três títulos que apenas nos suscitam um comentário tão curto como misericordioso: **«Viu-se!!!»**.

8

«Sondagens» como esta (nem mais nem menos que o famigerado «painel» Expresso/Euroexpresso) possivelmente enganaram Proença de Carvalho e Freitas do Amaral. Como toda a gente sabe, e à direita bem lhe dói, o eleitorado APU, unânime e determinado, preferiu a defesa da democracia com a derrota de Freitas do Amaral.

9

Sondando o «eleitorado de Lisboa» «O Tempo», generoso como sempre, dava ao PCP 7,8%. Nas autárquicas do fim desse ano (1982), a APU obtinha no concelho de Lisboa 26,5% e nas legislativas de Abril de 1983, também nesse concelho, obtinha 22,7%. Como sempre, diferenças miúdas e insignificantes, para aí, respectivamente uns 20 e 15 pontos de diferença.

10

Este recorte é importantíssimo porque lembra que o mesmo «Expresso» que agora atribui à APU 8,5%, já em 1980, a apenas três meses das legislativas, atribuia então à APU 8,9%. Recorde-se apenas, e secamente, que nessas eleições a APU alcançou 16,9%. Apesar de ser apresentada como «uma grande sondagem nacional» baseada em «laboriosos trabalhos de campo», esta antiga «sondagem» do Expresso prejudicava a APU em qualquer coisa como 8 pontos ■

e hoje continua assim

1

Para 75% este Governo ou eleições
Semanário 28-6-86
75% dos portugueses defendem que, na hipótese do Governo de Cavaco Silva cair, a melhor solução é a convocação de eleições antecipadas, contra ... Silva deve manter-se, havendo apenas 10% a sustentar a sua queda. No que respeita a eventuais eleições ...

87% QUEREM QUE CAVACO CONTINUE
SONDAGEM ESEO PARA O "CM" NA GRANDE LISBOA
A opinião pública portuguesa está com Cavaco Silva, revelou uma sondagem realizada pela ESEO — Estudos Sócio- ... 'gem de pessoas, 92 por cento, que dizem saber que os deputa- ... Esta sondagem incidiu também sobre as simpatias partidárias dos inquiridos. Assim, o PSD surge como o partido que recolhe mais simpatias, 35 por

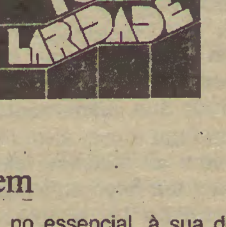
2

SONDAGEM
SE HOUVESSE ELEIÇÕES HOJE
Semanário 17-5-86
PSD e PS sobem
PRD cai, APU desce
e CDS na mesma

PSD ronda os 35% e PS passa a 26%
Semanário 17-5-86

PSD perto da maioria absoluta
Expresso 13-6-86
• PS também sobe PRD, PCP e CDS descem

PAINEL EXPRESSO-Euroexpansão



1

Estes títulos — recentes — correspondem à descarada operação de intoxicação lançada em apoio de Cavaco Silva no momento da discussão e votação da moção de confiança. É a série de «sondagens» por «telefone» a 200 ou 300 amigos. 87%? 75%? E já agora porque não 103% ou mesmo 134%?

2

Foi a partir destas duas «sondagens» (e dos seus títulos) que se construiu a campanha mistificatória em curso, visando fazer crer que o PSD está «perto da maioria absoluta», que o PS está a subir, que o PCP e o PRD estão a baixar. Quanto à do «Expresso», a queixa do PCP ao Conselho de Comunicação Social (publicada no "Avante!" de 26-6-86) contra a sua divulgação pelo Telejornal, já procedeu, no essencial, à sua desmontagem, que será possivelmente, completada no próximo «Avante!» com a publicação do texto de réplica enviado pela SIP do PCP ao «Expresso». Quanto à do «Semanário», cumpre dizer que é um dos casos gritantes em que os títulos e o chamado «tratamento jornalístico» manipulam a torcem escandalosamente os próprios dados e resultados da «sondagem». Com efeito, o que os dados concretos revelavam é que o PSD tendo tido 29,8% em 6-10-85, na sondagem só tinha 27,7% de preferências hoje, e que o PS tendo tido 20,8% em 6-10-86, na sondagem tinha 20,2% de preferências hoje... Ou seja, o «Semanário» titulou «PSD e PS sobem» mas os dados permitiam titular com mais rigor «PSD desce, PS estagna». Mas o «Semanário» preferiu antes, através do recurso a um absurdo, desonesto e tecnicamente inqualificável sistema de extrapolação de voto dos «indecisos», converter 27,7% em 35% e 20,2% em 26%!!! ■

Formação profissional para o emprego

● O quotidiano dos jovens e a demagogia do Governo

Decorreu no passado fim-de-semana, na Voz do Operário em Lisboa, por iniciativa da JCP, o Fórum «Formação Profissional para o Emprego». Por si só a forma como este tema — tão frequente na propaganda do Governo Cavaco — é aqui formulado, revela bem a visão que dele tem a JCP. Como afirmou Sérgio Ribeiro, economista e deputado do PCP, um dos especialistas nestes problemas que participaram no Fórum, **«em Portugal, fala-se em formação profissional, mas para o desemprego, para o iludir, ou para a exportação de mão-de-obra; nunca se refere este problema numa perspectiva de criação de emprego, no quadro de uma política de desenvolvimento nacional»**.

Em debate nesta reunião estiveram a formação escolar, extra-escolar e inicial, as «novas» tecnologias, a reconversão, «o desemprego tecnológico», as iniciativas existentes neste campo e o seu financiamento. Nela participaram, além de Sérgio Ribeiro, o engenheiro Silva Carvalho, a socióloga Isabel Salema, José Carlos Wanzeler, técnico superior de estatística e Rocha Vieira, técnico de formação profissional.

Do trabalho realizado neste Fórum resultou um importante material de estudo, tendo em vista a realização de uma iniciativa de aprofundamento que a JCP projecta para o final do ano.

Na perspectiva da JCP, «a formação profissional tem que integrar a política global de educação, tem que estar intimamente ligada e fazer parte do desenvolvimento económico e social do País, tem que ter em conta as componentes da nossa estrutura económica definidas na Constituição da República e as conquistas da revolução científico-técnica».

A política de direita contudo arrasta Portugal, cada vez mais, para o beco da crise e da dependência. O desemprego é, proventura, um dos sinais mais evidentes desta situação. Hoje, **são 360 mil os jovens desempregados.** A RTP sempre ligeira para apresentar, em gráficos vistosos, a propaganda de Cavaco, escusa-se a informar que, **segundo o INE, existem em Portugal cerca de 20 mil adolescentes, entre os dez e os catorze anos que, oficialmente, procuram emprego** e que, além destes, **há 2 mil com as mesmas idades que procuram um novo emprego depois de, sabe-se lá, quantos «primeiros»**.

O Governo esconde que **a população activa está a decrescer acentuadamente**. São as mulheres que passam a domésticas, as pessoas que desistem de procurar emprego ou as que, por falta de alternativas, entram no ciclo da economia paralela.

O Governo do PSD/Cavaco Silva esconde esta crua realidade por detrás de uma intensa demagogia em torno da «formação profissional». Mas, como de costume, a verdade está para além da propaganda. O Fórum ajudou a revelá-la.

Ensino desajustado das necessidades nacionais

Assim, assinale-se a inexistência em Portugal de um **sistema nacional de desenvolvimento dos recursos humanos** que oriente e articule a actividade das diversas estruturas envolvidas neste campo.

Falemos, desde logo, do ensino. Do seu carácter marcadamente teoricista, desadequado das necessidades nacionais como da própria ciência. Refira-se, a propósito, um dos cavalos de batalha da direita, o ensino técnico-profissional, para chamar a atenção para o seu carácter de classe. No decreto que o cria lê-se que o seu objectivo é a **«formação de operários que ocuparão os respectivos lugares na máquina da produção e para quem a formação prática é independente da teórica». É o velho «ensino técnico» aquilo que se procura restaurar numa tentativa de, por todos os meios, acelerar a concentração capitalista.**

Com o mesmo objectivo, os ministros da educação de direita, de igual «estatura» política, não se cansam de falar no ensino politécnico, prolongamento «natural» daquele ensino «técnico-profissional» como aliás impõe uma recente portaria do ME e que motiva a actual luta dos estudantes dos institutos superiores de Engenharia. O Fórum foi bem claro quanto a este ponto, em coerência, aliás, com a posição que o PCP defende na AR no debate da Lei de Bases do Sistema Educativo: **exige-se o desaparecimento de condições discriminatórios entre estudantes do mesmo grau de ensino e recusa-se, portanto, a instituição de um ensino superior de primeira e outro de segunda.** A diversificação do ensino superior não pode eliminar a possibilidade do prosseguimento ulterior dos estudos.

Não obstante o governo ter dado indicação ao INE para não publicar dados sobre desemprego de licenciados, a verdade é que, hoje, ninguém pode iludir esse problema. Tentou o Governo enganar os jovens com o **«Programa de integração de licenciados nas empresas»**, mas tal «programa» não passou de um logro: **dos 160 jovens que durante 6 meses trabalharam em empresas, apenas três ficaram, de facto, com emprego.**

O que o Governo procura através desta, como de outras medidas para o sector, é «distrair os jovens do problema real, empregando-os temporariamente, mantendo a insegurança e a incerteza quanto ao futuro».

A formação para o desemprego

Cavaco Silva, mais os «bobos» da sua «corte» de admiradores, usa e abusa do refrão das «novas» tecnologias para justificar o encerramento das empresas, o desemprego, a abertura ao grande capital dos sectores vitais da economia nacional. Como se determinada máquina produzisse mais pelo facto de pertencer ao capital privado ou a uma impresa nacionalizada. Mas, diz ele, «cá estamos nós e as nossas acções de formação profissional, mais os abençoados fundos da CEE para resolver os problemas».

Do debate efectuado nas duas secções em que funcionou o Fórum é possível extrair três ideias acerca da actual política de formação profissional. Em primeiro lugar **existe uma desarticulação total das acções de formação existentes.** Nenhum estudo prévio das necessidades nacionais, nenhum plano de conjunto que articule a actividade dos Centros de Formação Profissional como as que são desenvolvidas pelas empresas em regime de protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Por outro lado, **umas como outras dessas acções estão completamente desinseridas da realidade científica como das necessidades do País.** Os onze Centros de Formação Profissional do IEFP existem desde há vinte e três anos atrás com os mesmos programas e métodos ministrando cursos para cerca de trinta profissões ao passo que nos países da CEE esse número é de cerca de trezentos. Já que se fala de CEE importa referir que estas questões da formação profissional integram-se numa estratégia que visa o aprofundamento da dependência de Portugal. Os apoios do Fundo Social Europeu não são inocentes, nem são concedidos ao desbarato. A maioria dos projectos que o Fundo decidiu financiar foram apresentados por associações empresariais e tiveram em conta tudo menos as prioridades para o nosso desenvolvimento.

É frequente aparecerem nos jornais, anúncios de empresas «especializadas» em acções de formação profissional. O que se passa é que, hoje, qualquer empresa pode fazer formação profissional desde que, naturalmente, os interessados o paguem e a peso de ouro. Empresas há que subcontratam acções de formação e isto tudo sem o mínimo controlo ou exigência de qualidade por parte do Estado.

Mas que dizer do (des)respeito dos mais elementares direitos dos jovens trabalhadores que frequentam estas acções de formação?

Durante o Fórum, conversámos com **jovens que tiveram o seu subsídio** (recebiam de início o equivalente a 40% do ordenado mínimo) **em atraso cerca de três meses e hoje recebem de dois em dois meses.** Na realidade estas acções de formação nas empresas em que os patrões, para além de terem ao seu serviço mão-de-obra barata são, por isso, brindados com apoios técnicos e financeiros concorrem para o mesmo objectivo atrás enunciado, a saber, **acelerar a concentração capitalista.**

Sobre os OTL e OTJ

Mas já que falamos em mão-de-obra barata, o Fórum apreciou o panorama dos programas OTL — Ocupação de Tempos Livres — e OTJ — Ocupação Temporária de Jovens. Se os princípios que os decretos respectivos referem são positivos e correspondem de facto a anseios da juventude (e a atestá-lo está o elevado número de inscrições) o mesmo não se pode dizer da sua concretização. Consideraram os participantes no Fórum que na prática **tais iniciativas «visam distrair os jovens do problema gravíssimo do desemprego» para além de conduzir à utilização dos jovens como mão-de-obra gratuita.** O Governo de Cavaco afirma que na sequência dos OTJ serão «eventualmente criados novos postos de trabalho», mas o Governo não diz é quantos empregos vão então ser criados e mais, como vão as Câmaras Municipais, por exemplo, com as dificuldades financeiras conhecidas criar novos empregos.

No campo da formação profissional como nos demais, o Governo PSD/Cavaco Silva faz da prática demagógica a sua própria política. E enquanto isso os problemas agravam-se. Até que uma alternativa democrática surja para os enfrentar.

■ **CA**

A juventude exige:

A discussão travada no Fórum **«Formação Profissional para o Emprego»,** pelas suas conclusões e pelos dados da situação que trouxe à luz, reforçou as exigências que a Juventude Comunista Portuguesa considera no actual momento serem fundamentais, para além de ter precisado alguns dos seus aspectos.

Assim, a juventude reivindica:

- A elaboração de um Plano de Formação Profissional adequado ao desenvolvimento económico local e regional, com o objectivo de criação de empregos;
- Revisão da Lei da Aprendizagem, garantindo os direitos dos jovens e a sua admissão nas empresas;
- Pagamento de subsídio de desemprego aos jovens que procuram o primeiro emprego;
- Atribuição de subsídios de refeição e transportes aos jovens que trabalham na OTJ;
- Subsídios de desemprego para os jovens da OTJ que não fiquem com trabalho efectivo bem como para os jovens aprendizes não colocados;
- Medidas de divulgação ampla da localização e funcionamento dos Centros de Emprego e inserção massiva dos jovens nos Centros de Emprego.

O Fórum decidiu, ainda, ser urgente estudar a possibilidade de uma Lei-Quadro da Formação Profissional.

Responder a *duas* preocupações construindo *uma* campanha

Matar dois coelhos com uma cajadada ou, usando uma linguagem mais «política», dar resposta a **duas** preocupações avançando com **uma** tarefa, é objectivo da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) ao promover, até Fevereiro de 1987, uma campanha de fundos que se intitula **«Viva a Música da Gente»**. Como nos salientou o camarada **Edgar Costa**, membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP, trata-se de uma campanha apontada, por um lado, ao reforço financeiro da organização e à melhoria da sua actividade, e por outro lado, à intervenção na resposta necessária ao fenómeno de colonização cultural que o imperialismo tenta impor no nosso país. Por isso, aí temos durante os próximos 8 meses uma campanha ligada à música. Da gente!

Tendo como objectivo a recolha de **5 mil contos**, a «Viva a Música da Gente», como refere o seu primeiro boletim informativo, será uma grande manifestação político-cultural, na qual os jovens comunistas portugueses se empenharão para defender e divulgar o património musical português e afirmar a nossa identidade cultural. Esta preocupação tem a força necessária para se transformar num apelo, com êxito, a todos os jovens das diferentes idades (ao fim e ao cabo o espírito de cada um também determina a sua idade), que sintam a necessidade de colaborar na resposta ao fenómeno de aculturação. E a música portuguesa será, certamente, uma boa resposta!

Viva a Música da Gente terá também o seu espaço na Cidade da Juventude da Festa do Avante! E será, pelo que nos contou Edgar Costa, um espaço bem animado com recitais, jogos, vídeo, exposição com instrumentos musicais tradicionais portugueses e uns grandes termómetros (isso mesmo) onde à medida que se largam as moedas a «temperatura» vai subindo. E quanto mais quente, melhor... ■

Múltiplas iniciativas

Salientando a diversidade de iniciativas que irão animar a campanha (concertos musicais, debates, exposições, recolha de contributos financeiros — por exemplo, através do cupão, de que vos falamos em separado), Edgar Costa explica-nos que, a nível regional, os instrumentos tradicionais portugueses e os diferentes géneros musicais vão merecer tratamento desenvolvido nos boletins dedicados à campanha e no próprio desenrolar das iniciativas. Dois exemplos, para já: em Lisboa foi escolhida a guitarra e o fado como símbolos da acção a desenvolver pelos jovens; no Algarve a escolha recaiu sobre o acordeão e o corridinho. Com imaginação e capacidade de trabalho, muitas e curiosas iniciativas irão aparecer brevemente!

E recorrendo de novo ao boletim primeiro já editado pela coordenadora, aqui fica mais uma achega:

«Uma campanha deste tipo presta-se à realização de múltiplas iniciativas de carácter musical ou outro por parte dos nossos colectivos e organizações. Para já, a sua efectivação vai depender da criatividade e da capacidade executiva dos camaradas e dos seus organismos, independentemente da eventual realização mais tarde de iniciativas a nível nacional. Um último pormenor a reter: por «música da gente» entende-se todo o tipo de criações musicais hoje realizadas por portugueses, sem distinção de géneros ou outro tipo de barreiras.» Caso do *rock*, por exemplo.

Funcionando com uma comissão coordenadora nacional (com um secretariado) e com comissões regionais, e definindo metas para cada organização regional, a «Viva a Música da Gente» vai proporcionar a edição, possivelmente logo após as férias, de uma revista sobre a temática dos instrumentos musicais, que contará com a colaboração de destacadas personalidades do nosso meio musical e uma colecção de criações plásticas sobre o mesmo tema e da responsabilidade de vários nomes da nossa mais jovem geração artística.

Três etapas

Como nos salienta Edgar Costa, os 8 meses de campanha compreendem três etapas distintas: uma primeira (em curso) até à Festa do Avante!; outra logo após a Festa; e finalmente uma derradeira etapa entre Dezembro/Janeiro e Fevereiro.

A primeira fase preocupa-se naturalmente com o **lançamento** da campanha. O esforço individual dos militantes e as iniciativas de rua são notas salientes dessa preocupação. Divulgar a campanha é palavra de ordem. Nas ruas, nos jardins, nos parques de campismo, centros de convívio da juventude. Por exemplo, em Lisboa, decorrerá já no próximo dia 18 um desfile na «baixa», acompanhado de uma banca na Rua Augusta.

O reforço da campanha, o esforço colectivo e a dinamização da componente cultural serão aspectos destacados da segunda etapa.

A última pedalada incluirá a realização de grandes iniciativas musicais.

Lançada neste período e pensando a JCP que agora é possível um acentuado esforço de divulgação, quando chegarmos ao período das aulas, a campanha decorrerá então com outra dinâmica, apostando-se claramente nesse período para uma intensa actividade em torno dos objectivos da «Viva a Música da Gente».

Uma última palavra sobre o trabalho de propaganda e informação: nem só do cartaz e do autocolante, e também do boletim informativo (cuja edição vai continuar), pode viver uma campanha com estas características. Está lançado o desafio para que outras iniciativas apareçam nas diferentes regiões do País. Já há quem pense nos desfiles de jovens tocando instrumentos musicais...

■ *JPO*

Edgar Costa falou ao Avante! sobre esta inédita campanha

O cupão...

Eu sou o cupão. E muito me orgulha ser o elemento fundamental de recolha de fundos.

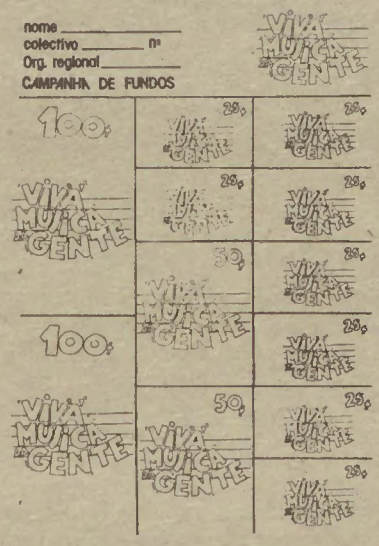
Não sou muito original mas, modéstia à parte, sou mais bonito que os meus similares.

Tenho a virtude de me destacar em pequenas fracções de 25, 50 e 100 escudos, mas prefiro que me comprem por inteiro (500 escudos).

Sou facilmente transportável e gostaria muito que me levassem a passar férias com vocês. Estou certo que toda a gente me vai querer – desde que vocês não me esqueçam no canto da mochila e me mostrem no perfil certo.

Tenho um número na testa para fácil identificação e controlo e também para permitir o acesso a um sorteio final (Fevereiro) por parte de quem me compra por inteiro e de quem me vende por inteiro ou em fracções.

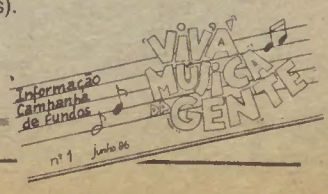
Vão ver que sou um bom companheiro e uma boa ajuda.



... e os prémios

Prevê-se a realização, em Fevereiro de 87, de um sorteio que deverá premiar, a partir dos números de três cupões, três camaradas ou amigos que tenham contribuído para a campanha com o quantitativo integral de um cupão – **500$00** – bem como os camaradas que os tenham vendido (por inteiro ou por fracções). Os prémios serão, e por esta ordem, do primeiro ao terceiro, **uma viagem a um país socialista** com a estadia incluída, **um cartão «Inter-rail»** e uma **viola acústica**. De notar ainda que a organização da JCP que melhor cumprir – ou a que mais ultrapassar! – a meta que lhe for atribuída, ganhará um prémio colectivo, que consistirá num **gravador de vídeo com TV** incluída.

De resto, números futuros deste boletim indicarão periodicamente quais os camaradas e as organizações que mais fazem pela «Viva a música da gente!», para tanto publicando um «top solista» (classificação individual) e um outro «top dos conjuntos» (classificação das organizações regionais).



Pontos Cardeais

Estímulos

O secretário de Estado do Turismo, Licínio Cunha, foi a Gouveia e fartou-se de dizer coisas profundas, apesar da altitude a que se encontrava. Uma delas referia-se à necessidade que há de, **«efectivamente, responder às motivações das correntes turísticas»**, o que, efectivamente, dá a medida da boa educação dos nossos governantes, efectivamente dispostos a dar resposta seja ao que for, até às motivações e às correntes.
Mas onde ele brilhou foi nos estímulos. Aquilo eram estímulos por todo o lado: uns já criados, outros a criar mas sempre «bastante estimulantes e bastante mais incentivadores», o que não deixa de ser suplementarmente estimulante, dada a intenção e a redundância. Permitimo-nos seleccionar uma das pérolas: o estímulo ao **turismo interno**. Para isso o senhor secretário de Estado tem uma resposta particularmente estimulante: «acções de turismo de habitação, turismo rural e agroturismo». Quanto ao **turismo de habitação**, achamo-lo de boa exequibilidade e até já muito bem encaminhado, dado andarmos quase todos de casa às costas neste tempo de eficácia cavacal; quanto ao **turismo rural** também estamos adiantados, com o pessoal a sair todo outra vez da terrinha em busca de trabalho ou simplesmente do pão; agora **agroturismo** é que não estamos a ver: será para passear as vacas?

Investigação

De repente os EUA começaram a ficar preocupados com a situação no Chile, exigindo à ditadura uma investigação «completa e conscienciosa» da morte do fotógrafo chileno, residente em Washington, Rodrigo Denegri, queimado vivo durante a greve geral da semana passada.
Consta que os fascistas de Pinochet, obedientes, já pediram à CIA os documentos que orientaram o financiamento e apoio norte-americano que instaurou o regime em 1973, para executarem a tal **investigação completa e conscienciosa.**

E o resto?

Ainda os americanos. Nas comemorações dos 100 anos da Estátua da Liberdade, que a RTP festejou numa transmissão em directo, como é natural, o vice-presidente George Bush botou discurso e enumerou algumas das maravilhas da América reaganiana: pastilha elástica, coca-cola, Rocky/Rambo, druguestores, café de plástico, chapéus de cóboi, automóveis do tamanho de comboios, pipocas e «ray», séries de televisão, calças de ganga, prédios com quilómetros e as maravilhas que se conhecem.
Que diabo! E então os «shuttle» militares, as bombas de neutrões, os raios laser e a guerra das estrelas? Não é isso o supra-sumo da América do Reagan? De resto na linha do bom gosto dos predicados atrás anunciados...

Jogar

Apesar de ter sido excluído o programa especial de desenvolvimento da agricultura portuguesa no novo acordo sobre um projecto de orçamento comunitário para o corrente ano, o secretário de Estado português do Orçamento, Rui Carp está contente e considerou este acordo «mais positivo do que o esperado» para Portugal. E confidenciou que «depois de uma fase de discussão que chegou a ser preocupante, tivemos que **jogar tudo** para virar a situação».
E o pessoal que pensava não haver mais nada a «jogar» para a CEE...

Dois painéis da Festa da Alegria. Sem comentários...

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

O Frank Agita Peras
é deveras
nome de coboi cómico. Porém
outro coboi maior
achou que para o que ele estava bem
era pra embaixador...
Ele diz tudo, quando
paleolítico
nos desvenda o segredo do seu bando
que dele fez embaixador político...

Frank tem grande mágoa
e ninguém o consola
do que vê em Cuba, Nicarágua,
Angola.
Para ele só é
digno de boa nota
um Chile à Pinochet
e uma África à Botha.
«Livre», pra ele, é toda a pátria humana
bem debaixo da pata americana...

Falas e ficas feio, feio, ó Frank,
olho de míssil, queixo de tanque
tão feio, Frank, francamente! À cara
sobe-lhe um ar de abutre na planície.
Ao pé da tua, a máscara do Frankenstein, é *miss*...

II

Pelo aumento das rendas vê-se bem
para que lado vão descendo os rios.
Traz vantagens a quem?
Aos senhorios...

Tiram a melhor terra a quem a tem
e tiram com processos ordinários
pra dar a terra a quem?
Aos agrários...

Querem agora redigir também
novas leis laborais, com desacato.
Dão a ganhar a quem?
Ao patronato...

Se o grupo cavacal constantemente
diz que governa bem
pergunta a gente:
E a favor de quem?

É fácil a resposta de saber
a quem os versos acabou de ler.

III

Há diferença não esquiva
de firmeza e de constância
entre ser **alternativa**
ou ser, somente, alternância.

Alternativa quem for
ao Cavaco, tem de ser
outra maneira melhor
de pensar e de fazer.

Alternância mostra agora
o brilho de «novos» dentes:
é de facto a mesma nora
com alcatruzes diferentes...

Que a lição da História viva
que ninguém seja enganado:
só o povo é alternativa
— tudo o mais é do passado...

Semana

Avante!

Ano 56 – Série VII
N.º 654
10 de Julho de 1986
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Festa da Alegria em Braga

Um regresso ainda mais forte

Álvaro Cunhal no distrito de Setúbal

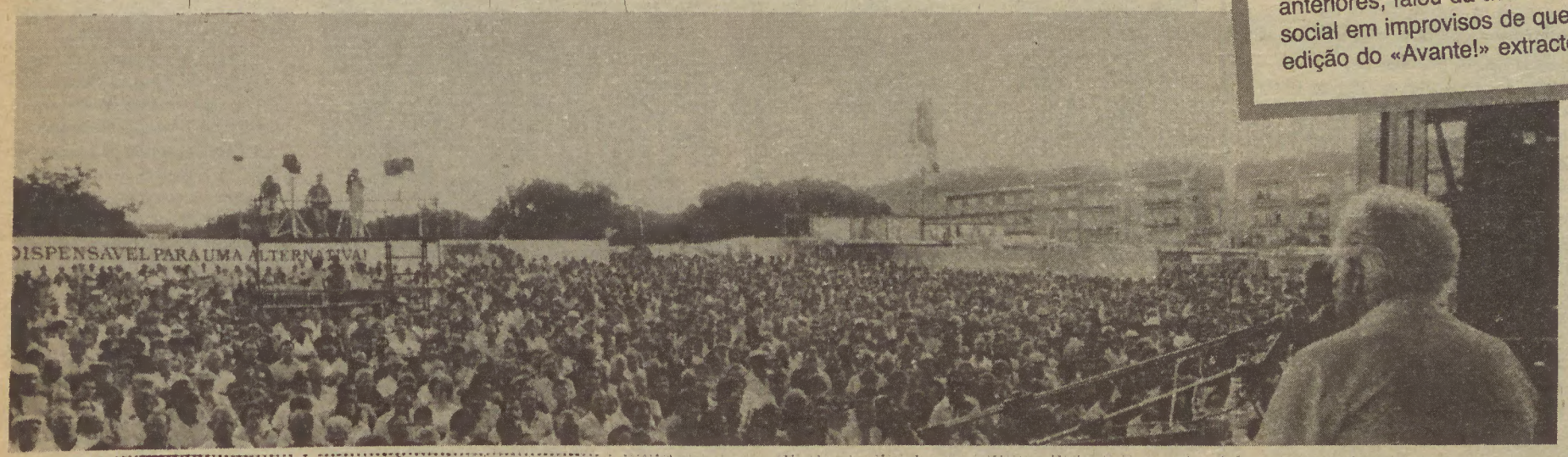
Alegria, juventude e combatividade nas festas de Verão do PCP

Questões centrais da vida política nacional foram abordadas no último fim-de-semana, nas intervenções do secretário-geral do PCP em Braga (sábado) e no distrito de Setúbal (domingo).

Álvaro Cunhal, saudado em todas as localidades, visitou na capital do Minho a 9.ª edição da Festa da Alegria, iniciativa que regressou ao Parque Municipal de Exposições, tendo depois discursado no comício da festa.

A Cooperativa Agrícola «Vitória do Sado» em Rio de Moinhos, no concelho de Alcácer do Sal, acolheu ao fim da manhã de domingo uma bela jornada de confraternização em que se associaram trabalhadores e população. O camarada Álvaro Cunhal iniciava aí a sua digressão pelo distrito de Setúbal, salientando o papel da Reforma Agrária na vida do País.

Grândola (Festa da Fraternidade), Pinhal Novo (Festa Amiga) e, finalmente, Laranjeiro (Festa da Amizade) foram depois etapas da digressão pelo distrito setubalense, nas quais o secretário-geral do PCP, à semelhança do que acontecera nas iniciativas anteriores, falou da actualidade política, económica e social em improvisos de que seleccionámos para esta edição do «Avante!» extractos significativos.



IAKOV LENTSMAN

A ORIGEM DO CRISTIANISMO

Esta obra é dedicada aos principais problemas respeitantes às raízes e às razões ideológicas da religião cristã, e à constituição da Igreja. Dá uma visão de conjunto da literatura cristã dos primeiros séculos; descreve as fases iniciais do processo histórico que levou à transformação do cristianismo em religião oficial do Império Romano.

Colecção Universitária
Editorial CAMINHO

À VENDA

a Talhe de FOICE

«Tempo de publicidade

Não nos bastava a Televisão. Não nos bastavam as teorizações dos «analistas» a dizer que a posição de esquerda, hoje em Portugal, é apoiar esta «maravilha» de ministros que nos caiu em sorte. Não bastava tudo isto.
O Governo Cavaco Silva, preocupado como está com a crescente contestação popular à sua política, anda profundamente atarefado em explicar-nos a sua «política de rendimentos». E vai daí, toca a gastar o **nosso dinheirinho** em anúncios publicitários de página inteira nos jornais de maior circulação que dizem (é o Cadilhe, o das Finanças que diz) qual «a política de rendimentos». Sim, como se nós não a conhecêssemos.
Diga-se desde logo que, para além de umas silhuetas anónimas, sem rosto, passivas (como Cavaco gostaria de ver todo o povo, dobrado à sua arrogância), o texto dos tais anúncios é um mimo. Não só pelo que aí se lê mas também pelas expressões de fino recorte literário que acompanham as ditas coisas como «continuar a empurrar para baixo a taxa de inflação», «se subir a inflação... assustar-se-à o investimento», revelam um ministro das Finanças com interesses literários acentuados. Depois de vermos um advogado ser nomeado seleccionador nacional de futebol, nada nos admira, nem mesmo um ministro das Finanças literato... Mas pronto, deve ser mais um elemento da competência dos ministros cavaqueiros.
Mas vejamos, então, qual «a política de rendimentos» deste Governo. Ficamos a saber que vivemos em «período de desinflação» e que «em 1988 **Portugal** vai ter um nível de inflação igual ao da CEE». Não sabemos o que quererá Cadilhe dizer com esta história da «desinflacção», mas se ele quer dizer que a inflação está a baixar e por obra da sua «política de rendimentos», então lamentamos assinalar uma falha na «competência» do sr. ministro, porque o abrandamento do ritmo de agravamento da inflação que se verifica não se deve à sua política de desenvolvimento (que não a tem) mas à conjuntura internacional favorável, devido à baixa do dólar e do preço do petróleo.
Quanto a dizer que em 1988 vamos ter um nível de inflação igual ao da CEE, para além de isto não ser motivo de grande contentamento, é ocultar que a taxa de inflação portuguesa é a mais elevada da Europa capitalista.
Mas o melhor vem já de seguida. Para continuarmos nesta coisa maravilhosa que é a «desinflação» — a taxa de inflação a baixar só porque o Cavaco diz que baixa («agora está mais baixa, depois será 9%, 8% e assim sucessivamente»...) o que é necessário, diz Cadilhe, é que «as negociações salariais» se façam «de harmonia com a inflação esperada». «Não parece razoável que os aumentos da massa salarial se processem como se todos os sectores estivessem em plena fase de prosperidade».
Ora, aqui está o busílis da questão. «A política de rendimentos» consiste precisamente nisto: os trabalhadores não podem ter rendimentos. Como disse Beleza sobre as taxas «moderadoras» na saúde, procura-se «moderar o acesso das pessoas aos serviços de saúde»; o problema para a ministra não é a doença, antes o facto de as pessoas se quererem curar.
Naturalmente que a questão é esta. A competência de Cavaco, a sua «política de rendimentos», dirige-se, em primeiro lugar, aos patrões, é para eles que são os «rendimentos». As negociatas escuras, como a fuga ao fisco do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, podem fazer-de na maior das impunidades. Aumentos salariais para os trabalhadores, isso é que não.
Escusa o sr. Cadilhe de preocupar-se tanto em dar a conhecer a «política de rendimentos» do seu Governo. Os trabalhadores, os reformados que, nas últimas semanas, receberam em casa os avisos de aumento das rendas de casa, alguns deles, mesmo, com aumentos acima da própria lei sabem, por experiência própria, qual é a tal «política de rendimentos».
Para terminar uma nota. «Os trabalhadores e as empresas estão a encarar esta política de rendimentos com a inteligência, a sabedoria, o interesse nacional que a situação de Portugal exige». Quer ele dizer que os trabalhadores estão a aceitar os aumentos ridículos que o Governo e as associações patronais pretendem impor? Pode dizer-se que a própria existência destes anúncios prova o contrário, que os trabalhadores não se deixam enganar!

■ CJ

PCP

Festa da Alegria em Braga

Um regresso ainda mais forte

«... Aqui estamos num regresso ainda mais forte, mais fraterno, mais alegre e confiante.»
No último fim-de-semana em Braga, o visitante da 9.ª Festa da Alegria teve certamente a oportunidde de confirmar aquelas palavras do camarada Armando Nogueira, membro do Comité Central e da Direcção Regional do Minho (DORM) do PCP, prcferidas no comício da festa, na quente tarde de sábado.
E confirmou-as porque era mesmo impossível não respirar naquele espaço de convívio democrático, sem dúvida o mais importante acontecimento político-cultural do Minho, a **força** e a combatividade dos militantes comunistas. Porque toda a gente se envolveu na **fraternidade** ali vivida, entre minhotos de todas as idades e gente que veio de outras regiões, para compartilhar e viver a festa. Porque a **alegria** é em todas as Festas da Alegria algo contagiante. E, finalmente, porque no domingo à noite, quem abandonava o Parque Municipal de Exposições, fazia-o com confiança redobrada.

Deixando as praias ou as apetitosas sombras dos campos para outra oportunidade, ou em frequentes casos conjugando os dois «programas» para o fim-de-semana, muita gente acorreu com entusiasmo a mais esta edição da Festa da Alegria, promovida pela DORM do PCP, e que teve, naturalmente, como ponto alto o comício de sábado com a intervenção do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, de que publicamos à parte brevíssimas passagens.

Juventude

Com bilhetes mais baratos para a juventude e entrada gratuita para menores de 12 anos, a Festa da Alegria proporcionou os mais diversificados motivos de interesse para os seus visitantes, com particular incidência na área cultural e musical, no convívio, no debate político, no encontro de jovens, que marcaram presença viva.

Temas de flagrante actualidade, como a luta pela Paz — esse bem precioso da humanidade que é necessário defender com determinação —, estiveram em foco no auditório, um espaço da festa concorrido, como sempre.

No sector juvenil da festa decorreu o apuramento regional para o Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!» (ver suplemento desta edição dedicado à Festa do Alto da Ajuda). O livro e o disco, a par da informática, tiveram o seu pavilhão próprio. O *vídeo* também foi presença saliente.

E que dizer dos pavilhões de todas as regiões do País, no continente, saudadas na intervenção de Armando Nogueira, que agradeceu aos camaradas da Organização Regional do Porto a sua presença solidária e numerosa, aos camaradas do Alentejo e Setúbal, **que nos trazem também a presença da nossa querida Reforma Agrária**, aos camaradas de Lisboa, do Algarve, da Beira Litoral e Interior, de Leiria de Trás-os-Montes, de Santarém. Todos eles se encontram num almoço de confraternização, no domingo da Festa, iniciativa em que a DORM teve oportunidade de ouvir a satisfação dos camaradas das diferentes regiões pela sua participação na grande festa popular de Braga.

O artesanato, a gastronomia (da reportagem «Avante!» houve quem comesse pela primeira vez cebola crua de vinagrete, servida no pavilhão de Cabeceiras de Basto), os bons vinhos, as lembranças, os brinquedos e acima de tudo um abraço vibrante estiveram nos três dias da festa,

que não dispensou a representação teatral («Sua Excelência» foi levada à cena pelo Teatro Independente Pronto), o fado, o folclore (que teve direito a festival), os Zés Pereiras (presença constante e ruidosa) e um naipe com artistas e grupos de reconhecido mérito, em especial no campo da música popular.

Música

Sérgio Godinho, Jorge Lomba, os «Wrong Rong» (rock), os grupos «Cantares da Terra» e o «Canto D'Aqui», e ainda o grupo de música cabo-verdiana «Sossabe» mereceram os aplausos da Festa. Infelizmente, o mesmo não aconteceu com **Fausto** e **Pinho Vargas**, o primeiro internado no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, nas vésperas da Festa da Alegria, com perfuração no duodeno, e o segundo hospitalizado no Porto com apendicite. Estes artistas acabaram por ser substituídos, à última hora, mas na mesma linha de rigorosa qualidade, pelo grupo «Milladoiro», um dos mais prestigiados da música popular de Espanha, e pelo Sexteto de *Jazz* de Lisboa, conjunto de reconhecido mérito naquela área musical.

Inserida numa realidade que obviamente passa pela luta dos trabalhadores do Minho e do Norte do país, a Festa da Alegria projectou essa realidade nas exposições, nos colóquios a que já aludimos, na intervenção de Álvaro Cunhal, nos painéis estrategicamente colocados no recinto e também na intervenção da DORM no comício. Aí, Armando Nogueira aliaria às realidades as tarefas que temos pela frente: «É preciso andar mais. Muitos milhares de trabalhadores da nossa região ainda se encontram influenciados pelas forças de direita, contra os seus próprios interesses e aspirações. O reforço da organização do Partido, o aumento do número dos seus militantes, o melhoramento do seu funcionamento e da sua ligação às massas trabalhadoras e ao Povo da região, constituem tarefas essenciais do nosso trabalho para o avanço e desenvolvimento da luta, para o progresso da nossa região, para a defesa do regime democrático e do 25 de Abril».

Envolvida por sucessivos foguetes, bem no tom de festa animada, a Festa da Alegria não esqueceu as artes plásticas (representadas na amostra individual de António Fernando, sobre os trágicos acontecimentos do 1.º de Maio de 82), nem o cavaquinho, que mereceu uma exposição repleta de interesse.

O desporto também fez parte da Festa da Alegria, com uma Corrida que encheu de côr e de movimento a cidade de Braga.

Duas palavras finais para uma iniciativa especial que decorreu logo após o comício, no sábado: aí se marcou para 26 de Setembro um jantar-convívio em Braga para constituição do clube dos amigos da Festa da Alegria. Pelo que conseguimos apurar, muita gente das diferentes regiões do país, comunistas e não comunistas, lá estarão. Para pensar e actuar a favor da 10.ª Festa da Alegria, que, como nos diria o camarada Henrique de Sousa, da DORM e do CC do Partido, **dará um grande salto em frente, com a ajuda e o carinho de todo o Partido.**

■ JPO

PCP

Braga: estamos aqui de pleno direito

(...)

Estamos hoje aqui de pleno direito. Estamos aqui no uso das liberdades que a Constituição da República confere a todos os cidadãos e a todas as forças políticas. E é bom lembrar o que pensavam e o que diziam aqueles que no ano passado nos privaram da utilização do Parque Municipal de Exposições para a realização da Festa da Alegria. Pensavam com essa decisão marginalizar o Partido Comunista! Depois, com os esforços feitos através de ameaças e de pressões para que não fosse utilizada a Praça do Município e para que não houvesse a manifestação que se realizou nas ruas da cidade de Braga, pensavam que começava a acentuar-se nesse momento um recuo do Partido Comunista, que o Partido Comunista estaria condenado a marginalizar-se, a desaparecer desta posição destacada que tem na vida social, política e cultural do Minho e da sua capital, a cidade de Braga.

Ao estarmos hoje aqui creio que é justo dizer-se que é uma grande vitória da liberdade, que é uma grande vitória da democracia portuguesa, e que é uma afirmação que os comunistas, longe de serem marginalizados, longe de estarem condenados a recuar, estão a avançar, estão a progredir, estão a lutar e é avançando para o futuro que nós hoje estamos aqui na Festa da Alegria.

Poderá perguntar-se porque não se confirmou a perspectiva daqueles que nos queriam vedar esse direito de utilizarmos o Parque Municipal, porque se confirmou a perspectiva dos comunistas e de outros democratas que connosco têm estado nas batalhas políticas do nosso país, dos que acreditámos na democracia, que acreditámos no seu futuro e por ela continuámos a lutar. De facto, vemos hoje a democracia consolidada. O facto de estarmos aqui hoje no Parque Municipal de Exposições é um indicativo que em 1985 e nos primeiros meses de 86 se produziram modificações positivas na vida política nacional. (...)

A unidade hoje

(...)

Uma vez mais confirmamos que estamos abertos, como sempre estivemos, através do diálogo e da nova forma de contactos que esta fase da vida nacional abriu entre os partidos democráticos, à consideração de todas as possibilidades para uma solução democrática que signifique uma política diferente da actual, verdadeiramente democrática, e um governo democrático para resolver os problemas nacionais no quadro da Constituição da República e das grandes transformações democráticas que se operaram com a Revolução de Abril e que constam da Constituição da República como elementos essenciais do regime em que vivemos.

Daqui, da Festa da Alegria, eu gostaria de fazer um apelo em nome do Partido Comunista Português a todos os democratas, socialistas, militantes do PRD, aos nossos amigos do MDP/CDE, aos nossos amigos do jovem partido «Os Verdes», aos democratas independentes que nos têm acompanhado na Aliança Povo Unido e a todos os outros que, mesmo tendo reservas ao nosso Partido, vêem a necessidade de uma alternativa à política actual: um apelo para o diálogo, para que possamos trocar ideias com a seriedade bastante para realmente convergirmos, para com a nossa acção e as nossas iniciativas conseguirmos um governo melhor que o Governo Cavaco Silva. E não estarmos à espera sempre do amanhã, sem conseguirmos encontrar um entendimento que nos permita, com a razão e a força suficientes, assegurar essa alternativa.

Estão aqui muitos camaradas e amigos que conheceram a luta no tempo do fascismo. Nessa altura também havia algumas tendências que adiavam sempre as soluções, que adiavam sempre o entendimento dos democratas. E até havia uma cantiga, de crítica, que dizia «amanhã, amanhã sempre o mesmo, é maldita a palavra tão vã». À pergunta ansiosa: «é para hoje?», a resposta era sempre: **amanhã**. Adiava-se sempre da parte de alguns sectores antifascistas o entendimento, a acção, a luta. Era o amanhã, amanhã, amanhã...

Não é amanhã, um amanhã longínquo que pode proporcionar que nos possamos entender, que os democratas procurem o entendimento e a acção comum para uma alternativa democrática. **É hoje** porque existem as condições institucionais bastantes para dar suporte a uma alternativa. Quero referir ou lembrar àqueles que neste momento não têm isso na sua memória que, neste momento, existem na Assembleia da República 140 deputados do PS, do PRD, do Partido Comunista, do MDP/CDE.

(...)

É muito importante a luta institucional, a acção na Assembleia da República mas aquilo que acaba por decidir da evolução na vida nacional é a luta do povo português tendo à sua frente a classe operária. É de facto na luta de massas, factor decisivo da evolução da situação nacional, que hoje em dia, na situação política que atravessamos, mais e mais se torna necessária a intervenção dos trabalhadores, dos democratas, das várias classes sociais interessadas em substituir a política de Cavaco Silva.

Álvaro Cunhal no distrito de Setúbal

Alegria, juventude e combatividade nas festas de Verão do PCP

Com uma breve visita às instalações da Cooperativa «Vitória do Sado», seguida de um almoço de confraternização que reuniu a quase totalidade dos seus trabalhadores e da população de **Rio de Moinhos**, concelho de Alcácer do Sal, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, iniciava no passado domingo, por terras do distrito de Setúbal, sempre acompanhado por Carlos Ramildes, membro suplente da Comissão Política, uma acção de esclarecimento que o levaria, nesse mesmo dia, a participar ainda em grandes comícios em **Grândola, Pinhal Novo** e **Laranjeiro**.

Testemunhos de confiança

Integrados em festas populares promovidas pelas organizações locais do PCP – festas que já se enraizaram nas populações, entrando definitivamente no calendário dos acontecimentos político-culturais das respectivas regiões – todos os comícios em que interveio Álvaro Cunhal registaram elevadas assistências (pese embora o sol abrasador a convidar a um belo dia de praia), respirando-se em todos eles, a par da natural alegria própria dos momentos de festa, um ambiente de combatividade e de confiança na superação das dificuldades da hora presente, designadamente na obtenção de uma política e de um governo democrático que viabilize uma alternativa que retome o rumo de desenvolvimento e progresso iniciado com o 25 de Abril.

Testemunho deste espírito e desta confiança deram-no desde logo os trabalhadores da «Vitória do Sado» ao afirmarem a sua disponibilidade – numa breve intervenção de saudação ao seu convidado – para prosseguir firmemente a luta em defesa da Reforma Agrária, dispondo-se a continuar a enfrentar toda a espécie de ilegalidades e de violência que tem caracterizado a acção dos governos de direita e que já lhes roubou as melhores terras, gados, maquinas e outros bens.

Uma força idêntica anima-os, aliás, a enfrentar as novas dificuldades que surgiram com a entrada do nosso país na CEE e que levou já, por exemplo, à cessação de um contrato de produção de tabaco com a Tabaqueira, sob a alegação de que agora a sua qualidade não estaria de acordo (recorde-se que antes era considerado um dos melhores) com as normas impostas por aquela Comunidade dos monopólios.

Juventude em força

Mas se o elevado número de presenças e a combatividade dos participantes foram uma constante nos comícios da **Festa da Fraternidade** (Grândola), **Festa Amiga** (Pinhal Novo) e **Festa da Amizade** (Laranjeiro, Almada), justo é também realçar, em todos eles, a presença de jovens em número muito apreciável, presença que não é alheia, no fim de contas, a esse ambiente alegre, jovem e combativo que acabou por ser a tónica dominante nestas jornadas de convívio, esclarecimento e intervenção política do PCP.

A este propósito, ainda uma referência especial para os jovens do Pinhal Novo, os quais com o seu trabalho generoso – segundo nos foi dito por camaradas do Partido – deram um contributo decisivo para o erguer e para o êxito da Festa.

Duas palavras também para a impressão que a nossa reportagem recolheu em todas as iniciativas: criatividade, beleza e bom gosto – aspectos indissoluvelmente associados a um trabalho colectivo abnegado –, postos em cada pormenor da implantação, sinais evidentes de muito brio e apuro na concepção e montagem das festas.

Por último, uma nota de realce para os programas cuidadosamente preparados, preenchendo as mais variadas áreas de intervenção cultural e desportiva, que as festas ofereceram aos seus visitantes, programas que realçavam uma preocupação de qualidade e de servir um amplo leque de gostos, a deixar antever assegurados êxitos nas edições 87 das Festas de Verão do PCP.

PCP

Intervenção de ÁLVARO CUNHAL

Portugueses e patriotas

(...)

É a nossa própria independência nacional que está já limitada pelos acordos que foram firmados pelo Governo com a CEE.

Esta história da integração na CEE exige desde já que aqueles que representam Portugal nas instâncias da CEE estejam ali para defender os interesses nacionais, portugueses, e não estejam aí para defender os interesses daqueles que, associados ao imperialismo estrangeiro, sacrificam a sua própria Pátria; é de exigir desde já que os representantes não sejam como aquele que está na Bélgica, a concluir acordos contrários aos interesses nacionais, mas sejam verdadeiros patriotas que vão à CEE para defender os interesses nacionais portugueses e não para os atraiçoar.

(...)

Quatro dilemas e quatro opções

«Neste momento o nosso povo, todos os democratas têm perante si a necessidade de uma escolha, têm necessidade de fazer uma opção de fundo. Ou seja, por outras palavras, têm diante de si alguns dilemas: têm de escolher uma coisa ou escolher outra — mas têm de decidir.

«E o primeiro dilema é relativo ao rumo a tomar na política nacional: prosseguir a política de direita ou realizar uma viragem democrática na política nacional. Esta não é só uma questão em que nós, comunistas, temos de reflectir. É uma questão em que têm de reflectir todos os democratas e que exige a decisão de todos os democratas.

«Têm na verdade que decidir se optam, se querem, o prosseguimento da política de direita dos últimos dez anos, ou se todos estão decididos, finalmente, a lutar ou a actuar para que em Portugal termine a política de direita e seja empreendida uma política democrática com governo democrático.

(...)

«O segundo dilema é relativo ao papel que representam as conquistas de Abril na resolução dos problemas nacionais. É prosseguir a destruição das conquistas democráticas ou consolidá-las e prosseguir essas conquistas.

No entender do Partido Comunista Português, a causa profunda e essencial da crise portuguesa não vem de fora, vem de dentro. Vem da política da direita. Vem da tentativa de destruir a organização económica criada pela Revolução.

(...)

É toda esta ofensiva a grande responsável e a principal responsável da crise profunda que o nosso país atravessa. E por isso nós dizemos que é tempo de todos os democratas — não do Partido Comunista que esse tem há muito a sua posição definida, mas do Partido Socialista, do PRD, de todos os outros democratas — de finalmente aprenderem a lição de que não é com a destruição das conquistas democráticas de Abril que se podem resolver os problemas nacionais.

«E por isso nós dizemos que para a recuperação económica, para o melhoramento das condições de vida dos portugueses, para fazermos o País sair da crise, para resolvermos os grandes problemas nacionais, é necessário pôr fim às ofensivas contra as nacionalizações, contra a Reforma Agrária, contra os direitos dos trabalhadores. É necessário retomar o caminho de Abril e só nessa base podem ser resolvidos os problemas nacionais, só nessa base pode ser posto fim às ofensivas da direita, só nessa base pode haver uma alternativa democrática ao Governo actual e à política actual.

«Uma terceira opção, camaradas e amigos, uma terceira escolha, uma terceira decisão que é necessário que todas as forças democráticas tomem no momento presente, respeita à independência e à soberania nacionais.

«O que é que convém ao nosso país? É continuar a entrega ao estrangeiro ou adoptar uma política realmente nacional e patriótica?

O que é que tem significado a política de direita ao longo destes dez anos? No plano económico tem significado a abdicação do aproveitamento dos nossos recursos e riquezas nacionais para benefício do nosso povo e da nossa pátria, tem significado a entrega ao capital estrangeiro de recursos nacionais importantes e indispensáveis.

Em todos os aspectos a questão da independência e da soberania nacional põe-se hoje com grande agudeza. As forças reaccionárias compreenderam que, existindo em Portugal as liberdades democráticas conquistadas com Abril, o nosso povo resiste, não se curva, o nosso povo não se verga e defende palmo a palmo as conquistas da Revolução. E porque compreenderam, compreenderam também que necessitam do apoio externo, que sem esse apoio à contra-revolução não conseguem dominar a Revolução de Abril e o regime democrático consagrado na Constituição da República. Por isso fazem concessões crescentes ao imperialismo estrangeiro, como também procuram atingir não apenas as grandes conquistas no plano socioeconómico, mas também as conquistas democráticas no plano político, ou seja as liberdades e direitos dos cidadãos, ou seja, a democracia política nos seus aspectos essenciais.

«E é por isso que temos agora em discussão uma lei da "segurança interna", que temos de novo serviços de informação (e eu quero, aqui, lembrar, camaradas, que a primeira polícia política do regime fascista, chamava-se «Polícia de Informações»)! Agora já temos a funcionar «serviços de informação» e nas declarações que fazem através dos jornais dirigem ameaças aos comunistas. Mas estes senhores estão enganados, já a fazerem ameaças de vigiarem os comunistas. Eu quero aqui dizer respondendo àquilo que foi publicado num jornal semanário que estão enganados esses senhores se pensam que estão no 24 de Abril, porque estamos a viver num regime democrático conquistado pelos militares revolucionários do MFA e pelo nosso povo combatente que se levantou, acompanhou os militares. O futuro não pertence, no nosso país, aos fascistas, o futuro do nosso país será do nosso povo, será da democracia portuguesa.

«O quarto dilema, camaradas e amigos, uma quarta opção, uma quarta escolha que se põe a todos os democratas é relativo às alianças das forças políticas. E aqui só há dois caminhos também! Ou repetirem alguns partidos democráticos as coligações e as alianças com a direita (e sabemos bem que a direita só por si não teria tido força para desencadear as ofensivas que desencadeou se não tivesse havido as alianças e as coligações com o Partido Socialista) ou, como nós defendemos, a convergência e unidade dos democratas.

«Vemos com agrado que no seio do Partido Socialista, como do novo partido democrático que se formou em 1985, o PRD, muitos se manifestam no sentido de aproveitar esta grande experiência, que as alianças com a direita não servem, que os partidos democráticos não devem aliar-se aos partidos da direita. Mas é necessário que essas ideias se transformem em actos e para se transformarem em actos é necessário que todos compreendam uma outra grande experiência destes dez anos e que uma outra opção têm de fazer. Porque não há possibilidade de um partido democrático opor-se sozinho à contra-revolução e à direita. Porque nenhum partido democrático está em condições de governar sozinho.

«Não pensem alguns que a alternância PS-PSD seria outra coisa que a repetição de partidos no governo com políticas muito próximas e sem grandes diferenciações.

É necessário que compreendam essa outra grande experiência: sem os trabalhadores e sem o PCP não é possível fazer frente à reacção, não é possível derrotá-la, não é possível um governo democrático com uma política democrática.

(...)

«O essencial no plano político hoje é trabalharmos para a unidade dos democratas porque há condições institucionais para fazer frente à direita e para se substituir este Governo por um governo que finalmente corrija o rumo dos últimos dez anos e retome o caminho de Abril, da solução dos problemas nacionais.

Mas para isso, camaradas e amigos —, é o último ponto a que me refiro — **é absolutamente indispensável a força do nosso Partido.** E não basta a força que temos. É necessário o reforço do nosso Partido e que não pensem alguns que o caminho está mais facilitado porque houve a rotura da coligação PS/PSD. O nosso Partido, o PCP — e isto não é vaidade, mas a pura verdade — é na realidade a força essencial e a força indispensável para uma alternativa. Sem a força do Partido Comunista Português, a tendência será para voltar a haver coligações e alianças dos outros partidos democráticos com a direita. Será só a força do Partido Comunista Português, a luta dos trabalhadores, a luta das massas populares, que impedirá novas coligações e novas coligações com a direita e que levará finalmente à reflexão os outros partidos democráticos para compreenderem que a hora é de convergência e de unidade democráticas.

A Polónia socialista

«(...) Todos assistimos aqui em Portugal à grande campanha em 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985 contra a Polónia socialista, onde se desenvolveu um processo contra-revolucionário.

«Vimos em cartazes, em afirmações, em interpelações na Assembleia da República todo o veneno, todo o ódio contra a vitória da revolução socialista na Polónia. A alegria que sentiam quando viam que as forças contra-revolucionárias estavam em desenvolvimento, a propaganda que faziam do desenvolvimento dessas forças contra-revolucionárias.

«O que se pode perguntar é porque é que agora, quando se realiza mais um congresso do Partido Operário Unificado Polaco — e Congresso esse onde se apresenta todo o testemunho de que a contra-revolução foi vencida na Polónia, onde se apresenta todo um programa e um plano de desenvolvimento da Polónia socialista no quadro do desenvolvimento democrático, do desenvolvimento económico e de uma política de paz — assistimos a um silenciamento quase total deste grande acontecimento.

«Julgo ser justo, uma vez que se fala em Paz, uma vez que à entrada desta festa está o símbolo da Paz, aqui referir como primeiro testemunho desse Congresso do Partido Operário Unificado Polaco, afirmar que a Polónia socialista venceu a contra-revolução e está dando novos passos na condução da sociedade socialista.

(...)

Todo o povo com a Reforma Agrária

Apesar de terem de defrontar, anos e anos, ofensivas de sucessivos governos, os trabalhadores mostraram ser capazes de desenvolver a agricultura como nunca os agrários foram capazes de o fazer.

Onde havia terras abandonadas, onde havia miséria, com a Reforma Agrária desenvolveu-se a agricultura, criaram-se postos de trabalho, conseguiram-se maiores rendimentos nas produções agrícolas, aumentou o número de cabeças de gado e, como podemos ver aqui, na Cooperativa Cravos Vermelhos, constituiu-se um parque de máquinas que facilita o trabalho nos campos e que permite tirar maiores rendimentos da terra.

Foi uma grande conquista que é necessário defender e que continuaremos a defender porque, com o 25 de Abril, conquistou-se a liberdade, conquistou-se a possibilidade de falarmos sem sermos presos, dos trabalhadores protestarem e defenderem os seus direitos sem serem levados pela PIDE para as prisões, sem serem torturados, condenados e quantas vezes assassinados.

Conquistou-se a liberdade, mas conquistou-se qualquer coisa mais. Foram os trabalhadores, não os governos, que com a sua iniciativa, nas terras do Alentejo, nas terras do distrito de Setúbal, ocuparam as terras pelas suas mãos; com a sua iniciativa, com o seu trabalho, desbravaram terras, cultivaram, constituíram as suas cooperativas. É uma grande vitória de Abril e podemos dizer, como muitas vezes se tem dito, a mais bela das conquistas da Revolução.

Por isso continuaremos a luta, muitas vezes inspirados pelo exemplo que dão os trabalhadores da Reforma Agrária e das Cooperativas como a vossa, confiantes de que os inimigos da Reforma Agrária acabarão por ser derrotados e que, apesar das dificuldades, das ofensivas, das reservas, dos roubos de terras, dos roubos de máquinas, dos roubos de colheitas, apesar de todas essas ofensivas, continuaremos com os pés firmes na terra, a defender o 25 de Abril e a Reforma Agrária, de forma que as terras roubadas sejam recuperadas e a Reforma Agrária retome o seu curso andando para diante, para o desenvolvimento da produção agrícola e do bem-estar dos portugueses.

Por isso, aqui estamos e vemos que não se trata apenas de trabalhadores da cooperativa, mas todo o povo, todo o povo aqui da vossa localidade que está com a Reforma Agrária, como sucede em toda a parte onde se trabalha, onde se produz, onde os trabalhadores já não têm patrões a explorá-los e trabalham eles próprios com a sua iniciativa, a sua inteligência, para si, para os seus, para as suas famílias e para o bem do nosso país.

Continuaremos naturalmente esta batalha e o que se pode perguntar é se sim ou não há forças no nosso país para defender a Reforma Agrária, assim como as outras grandes conquistas de Abril. No nosso entender, do Partido a que pertenço, o Partido Comunista Português, sim, há forças para defender a Reforma Agrária, como há forças para defender as outras conquistas de Abril.

Lembremos, camaradas e amigos, que nos últimos dez anos sucessivos governos — foi o do PS, foi o do PS com o CDS, foi o do PSD com o CDS, foi o do PS com o PSD, todos estes governos, todos eles desencadearam ofensivas contra a Reforma Agrária. Roubaram terras, gados e instalações, colheitas, enviaram a GNR contra os trabalhadores. Pensaram que iam liquidar a Reforma Agrária com essa grande ofensiva, a partir dos próprios governos.

E o que é que nós vemos? É que apesar de todas essas ofensivas, ainda existem 350 Unidades Colectivas e Cooperativas, os trabalhadores continuam a lavrar as terras e a cultivar nas Cooperativas que resistem, e continuamos, certamente, com a confiança em que a reacção será derrotada e retomaremos o avanço da Reforma Agrária.

(...)

PCP

Portalegre: grave situação social

Repressão, «trabalho escravo» dívidas, falências, desemprego

— um «livro negro» com muito para contar no distrito

O Saias, agrário de Avis, é um dos que impõe ao pessoal o trabalho ao fim-de-semana e aos dias feriados, além de despedimentos a meio da semana.

Na Estalagem «Progresso», em Campo Maior, propriedade do conhecido Rui Azinhais Nabeiro, há trabalhadores obrigados a assinarem recibos de importâncias devidas e que não lhes foram pagas.

Na «F. Fino», além do trabalho à peça e na residência (prática que também é seguida pela «Celtex»), introduziram-se prémios de produção e assiduidade, naturalmente para espalhar a divisão entre trabalhadores.

Se acrescentarmos a estes exemplos, a informação de que no distrito os salários em atraso continuam a atingir cerca de 2 mil trabalhadores, a quem o patronato deve mais de 200 mil contos (à Previdência a dívida já ultrapassa o meio milhão de contos), ficaremos com uma ideia do ambiente que se vive, a nível laboral, no distrito de Portalegre. Reunida recentemente, a Comissão Distrital do Partido analisou esses e outros problemas sociais, concluindo que «só a luta dos trabalhadores» consegue na verdade impedir que «a situação não seja hoje ainda pior».

O desemprego atinge actualmente 12 mil trabalhadores no distrito. Desses, apenas um terço constam dos dados oficiais. Mas, entretanto, figurar nesses dados não significa que a situação seja justa ou disso se aproxime. Segundo a Distrital do PCP, muitos dos trabalhadores apenas recebem 3 mil escudos mensais de subsídio «e destes muitos há que não recebem quaisquer subsídios».

Entre contratados a prazo e o **trabalho escravo** ou o **aluguer de mão-de-obra**, o trabalho precário alastra no distrito, atingindo cerca de 6 mil trabalhadores. Já falámos dos salários em atraso e da repressão patronal. A Comissão Distrital do Partido, reunida em Montargil, foi mais longe na análise dos problemas com reflexo na vida das populações:

«A política de destruição do aparelho produtivo seguida pelo actual Governo tem tido grandes repercussões no nosso distrito.

«As falências e os encerramentos sucedem-se como são os casos da "Tecnofabril", da "Viloreq", da "Caia", "Hortil" e "Progal", dos "Telheiros de Portalegre"e outras, e mesmo algumas que receberam chorudos subsídios como a "Celtex", preparam-se para abrir falência e aumentar o desemprego» (ver nesta página).

Agricultura e Saúde

Refere a Distrital do Partido, noutra passagem das suas conclusões:

«A situação da **agricultura** no nosso distrito é catastrófica. Contra a Reforma Agrária não só continua a ilegalidade e o arbítrio governamentais através dos processos de penhoras, como continuam a recusar o acerto de contas reclamado pelas UCP's, o estrangulamento económico e o não cumprimento dos acórdãos do STA. Como se tal não bastasse, prepara o Governo PPD/Cavaco uma falsa Lei de Política Agrícola que mais não visa que a destruição total desta importante componente económica e a reconstituição dos antigos latifúndios.»

Os pequenos e médios agricultores são também vítimas desta política.

O aumento dos factores de produção, a ausência do estabelecimento de preços à produção, a falta de perspectivas para o escoamento dos produtos, a imposição de quotas e novas condições para a produção (casos do leite, do pimento, etc.) como resultado da entrada na CEE, o desmantelamento das unidades industriais existentes no distrito no ramo da transformação dos produtos da lavoura, como é o caso da "Caia" e as manobras demagógicas que transformaram a instalação do matadouro regional em meras negociatas e manobras político-partidárias, com total desprezo dos interesses dos pequenos e médios produtores – são factores de estrangulamento das pequenas e médias explorações agrícolas e agro-pecuárias.

«Na área da saúde a situação no distrito é cada vez mais grave.

«O Governo PPD/Cavaco Silva agrava ainda mais as condições de prestação dos serviços de Saúde no distrito como são exemplo as degradantes condições de funcionamento de inúmeros centros de saúde e serviços de urgência e a forma escandalosa de desclassificar o Hospital Distrital de Elvas, com a consequente perca de valências, de que resultam a diminuição das condições de apoio à população a quem servem.

«A tentativa de reprivatizar a medicina e a segurança social e de prosseguir uma deliberada manobra política de destruição das estruturas existentes no distrito», são questões abordadas pela Comissão Distrital do Partido.

Juventude e Mulheres

«A juventude, alvo privilegiado da demagogia governamental, que tudo promete e não dá, é ela também vítima desta política. São exemplos flagrantes as casas que não temos, as escolas que não servem, o emprego que não existe» – refere a Distrital do PCP, que acrescenta:

«Os diversos programas para a Juventude (OLT's, OTJ's e outros) mais não são do que formas de criar falsas expectativas e de promover o esbatimento da vontade de lutar pelas suas mais sentidas aspirações».

E prossegue.

«As mulheres do distrito, face à política governamental, são as primeiras a sofrerem a discriminação, a repressão patronal e o despedimento.

«Outras camadas da nossa população vêem degradar-se dia após dia as suas condições de subsistência, caso dos reformados.

«A Lei das Rendas, grande farsa do Governo PSD, nada vem resolver, pelo contrário: em muito agravará a situação de numerosas famílias no distrito, calculando-se que irá receber subsídio de renda uma diminuta percentagem dos que dele necessitavam».

Concelho de Marvão
Assim é difícil viver

A visita do deputado do PCP Luís Roque ao concelho de Marvão permitiu a constatação directa da gravidade dos problemas existentes naquele concelho do distrito de Portalegre.

Na **Celtex**, por exemplo, o patronato prepara-se para encerrar a empresa declando situação de falência, com 14 mil contos de salários em atraso, não obstante ter recebido 36 mil contos a fundo perdido, em princípio para a viabilização económica da empresa.

Na **Candelas e Santos**, empresa de construção civil, cerca de 50 trabalhadores estão com os salários em atraso.

O comunicado da Comissão Distrital do Partido relatando os resultados da visita denuncia ainda a existência de um Centro de Saúde com 6 extensões, mas que opera apenas com 2 médicos o que é «manifestamente insuficiente para as necessidades reais do concelho».

É igualmente motivo de preocupação a situação dos pequenos e médios agricultores, já que o governo de Cavaco Silva desenvolve uma política de asfixia económica, não garantindo atempadamente aos produtores, os preços à produção, assim como a garantia de escoamento da mesma.

Perante as consequências da acção negativa do patronato apoiado na política dos últimos governos e que Cavaco Silva prossegue, a Comissão Distrital de Portalegre do PCP «alerta todo o povo do concelho de Marvão para a urgente necessidade de se unir e lutar pela defesa das suas mais sentidas e justas reivindicações, na defesa do regime democrático, pelo direito ao trabalho, ao pão, e à paz social».

Porto

Conclusões da DORP

O reforço da organização, a dinamização da vida interna e da participação dos militantes em toda a vida partidária, e o desenvolvimento da intervenção política nas diferentes frentes e sectores de actividade, decorrem favoravelmente e em geral de acordo com os planos de trabalho elaborados para o ano em curso, segundo afirma um comunicado da Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP relativo à reunião plenária realizada no passado dia 25 de Junho.

A par das questões de partido, a DORP procedeu à análise da situação política nacional onde considerou que frente à política de desastre movida nos últimos dez anos pelos sucessivos governos de direita e prosseguida actualmente pelo governo minoritário de Cavaco Silva, a tarefa que hoje se coloca ao povo português e a todas as forças democráticas e patrióticas é substituir o governo PSD de Cavaco Silva por um governo democrático que ponha fim à desastrosa política de direita, opere uma viragem democrática, faça o País sair da crise e resolva os problemas nacionais no quadro da liberdade e da independência nacional. A DORP lembra a folgada maioria que os partidos democráticos dispõem na Assembleia da República.

No âmbito dos diversos problemas e aspectos da situação política e social do distrito, a DORP conclui que continuam a ser dados passos positivos no desenvolvimento do diálogo e da acção comum das forças democráticas no distrito. De destacar a tomada de posição conjunta dos organismos dirigentes, a nível distrital, do PCP, PS, PRD, MDP/CDE, «Os Verdes», UDP e PSR, contra a tentativa governamental de privatização do Jornal de Notícias. A DORP reafirma a sua oposição à privatização deste jornal e alerta contra planos de entrega deste órgão de informação ao grande capital, sob o disfarce da sua aquisição por profissionais da comunicação social.

Sobre as recentes tentativas de impedir a liberdade de afixação de propaganda, com expressão na aprovação da postura de autoria do presidente da Câmara do Porto que pretende obrigar as entidades que colam os cartazes a descolá-los no prazo de trinta dias, e na decisão do presidente da Câmara de Gaia de mandar brigadas municipais arrancar cartazes da CGTP-IN e do PCP, a DORP condena com firmeza estes comportamentos antidemocráticos e denuncia o carácter ilegal e inconstitucional destas acções. Sublinha ainda no comunicado que, independentemente do procedimento que entenda adoptar contra os responsáveis por esta violação dos mais elementares direitos democráticos, é decidida e inabalável a disposição dos comunistas em exercerem, sem qualquer restrição, as liberdades de expressão e de propaganda consagradas na constituição. O documento apela a todos os democratas, às organizações populares e aos trabalhadores, no sentido de actuarem de forma idêntica.

Na evolução da situação social e da luta dos trabalhadores do Porto, ao mesmo tempo que apresenta traços de contínuo agravamento, ressalta — segundo a DORP — o facto de terem sido dados passos recentemente na acção de massas, designadamente na luta contra o «pacote laboral», na mobilização dos desempregados e na defesa do sector público e nacionalizado. Face ao descontentamento generalizado que se verifica contra o aumento brutal das rendas de casa, a DORP considerou existirem condições e adoptou medidas no sentido de contribuir para o reforço da luta da população do Porto neste plano.

Tarefas

De referir ainda que a reunião plenária procedeu ao balanço e traçou as perspectivas das tarefas para os próximos meses, nomeadamente o prossegumento da campanha de entrega dos novos cartões do Partido para o período de 86/87, que decorre desde o mês de Março e que se prolonga até Dezembro; a campanha extraordinária de fundos **Férias 86**, que se prolongará até ao mês de Agosto; as múltiplas e diversas iniciativas previstas para o período de Julho a meados de Setembro, entre elas as festas da Unidade em S. Pedro da Cova e em S. Vítor, a Festa do Sol em Gaia, a festa da Vila das Aves, as assembleias de diversas organizações, plenários e reuniões de militantes, acções de propaganda previstas para o Verão, etc.

Na sua reunião plenária, a DORP previu ainda medidas que visam a participação do OR do Porto na Festa do «Avante!» e a organização das habituais excursões que levam à festa nacional do Partido muitos milhares de militantes, trabalhadores e democratas do distrito do Porto.

Lisboa

Assembleia dos bancários

Realizou-se recentemente, na Voz do Operário, a 5.ª Assembleia (Extraordinária) da Organização dos Bancários de Lisboa, na qual participou o camarada **José Casanova**, da Comissão Política do Comité Central.

Em debate estiveram os meios e as formas de intervenção dos comunistas para o reforço da influência do Partido naquele sector. A ofensiva da direita contra a Banca nacionalizada e a acção da UGT foram, naturalmente, aspectos em análise pelos participantes na Assembleia.

Prosseguir a discussão nas organizações do Partido e continuar a Assembleia em data breve e oportuna, foram decisões tomadas. Entretanto, foram aprovadas algunas direcções prioritárias para a luta onde se destaca o reforço do Partido, a defesa da banca nacionalizada e dos postos de trabalho e a defesa dos direitos dos bancários.

Assembleia da República

Sinal de maturidade e vitalidade democrática

A discussão de uma proposta de lei da Assembleia Regional dos Açores sobre o Estatuto Político-Administrativo daquela Região Autónoma – proposta que fora apresentada na Assembleia da República na passada semana após a deslocação a Lisboa de uma delegação constituída por representantes de todos os grupos parlamentares açorianos – ocupou praticamente o trabalho parlamentar da manhã da última terça-feira.

No decorrer do debate – período durante o qual foi apresentado um parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias que recolhera a aprovação unânime dos seus membros – interveio em nome do Grupo Parlamentar do PCP o deputado José Magalhães, o qual começaria por salientar o «vasto consenso» obtido entre todos os partidos representados naquela Assembleia Regional, na aprovação dos pontos fulcrais da referida proposta, interpretando-o como «um sinal de maturidade política e de vitalidade democrática» e um «bom sinal dos tempos».

Autonomia cresceu

Depois de referir que a autonomia **«conseguiu crescer e enraizar-se»** e que é hoje um património nacional e regional de que legitimamente se podem orgulhar **«todos os que se esforçaram por a construir»**, o deputado comunista lembrou que vão longe os tempos **«em que se esbofeteavam ministros de Portugal»**, citando como exemplo a arruaça a que haviam sido sujeitos há uns anos atrás centenas de democratas entre os quais se encontravam o presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

Recordando o empenho do seu partido no aperfeiçoamento do Estatuto da Região Autónoma dos Açores, José Magalhães chamou a atenção, todavia, para o facto de não ser **«este o momento de fazer o que só pode ser feito noutro quadro»**, ou seja, ao facto de não se poder antecipar **«aquilo que só poderá ter lugar, nos termos constitucionais, a partir de 1987»**.

Foi nesse sentido, segundo explicou, que o PCP apresentou o seu próprio projecto de revisão estatutária com o qual tinha em vista quatro objectivos fulcrais, a saber: democratizar o sistema eleitoral (recorde-se que hoje 25 por cento dos eleitores elegem mais de 50 por cento dos deputados); combater a governamentalização do sistema autonómico; aperfeiçoar o quadro legal **«aplicável à definição e execução da política económica e financeira regional»**; e, por último, garantir a autonomia do poder local na região, **«articulando-o com as instituições regionais, por forma a permitir o pleno exercício das suas competências constitucionais, sem ingerências nem discriminações»**.

Triplamente inconstitucional

Depois de fundamentar a sua afirmação de que o regime aplicado na elaboração do orçamento regional nas Regiões Autónomas é triplamente inconstitucional, aquele jurista chamou a atenção dos deputados presentes no hemiciclo para as lições a tirar da experiência autonómica, sublinhando a propósito que a **«realização dos projectos autonómicos está a mostrar que é possível uma estrutura descentralizada do Estado, uma separação vertical de poderes, a somar à tradicional e necessária separação horizontal de poderes»**.

Considerando a aprovação do estatuto um **«acto necessário»** mas insuficiente – «não é certamente a chave do desenvolvimento da Região, nem a poção mágica capaz de resolver os graves problemas da sua economia», as palavras são suas –, José Magalhães frisou a necessidade de cumprir outras tarefas, nomeadamente a garantia da autonomia financeira, a moralização da gestão das finanças regionais e uma adequada perspectivação das consequências da adesão à CEE para as Regiões Autónomas.

À hora do fecho desta edição a proposta de lei ainda não estava votada, estando contudo prevista para ontem a sua aprovação.

Relativamente à preparação do debate do orçamento suplementar que se prevê seja concluído ainda hoje, quinta-feira, o Governo ainda não tinha enviado até ao fim da manhã de terça-feira às comissões especializadas e à Comissão de Economia, Finanças e Plano todos os elementos necessários justificativos das propostas do Governo, pelo que a sessão da tarde, naquele dia, não se realizou.

Contra a incúria do Governo urge alterar a floresta

Com a aprovação na generalidade de um projecto de lei apresentado pelo Partido Socialista sobre ordenamento florestal — projecto que agora vai baixar à Comissão por 120 dias para discussão na especialidade com vista ao seu aperfeiçoamento — ficou demonstrada na Assembleia da República, na passada segunda-feira, a necessidade de proceder a uma profunda alteração na nossa floresta, alteração tanto mais urgente e necessária quanto é sabido que o Governo tem pautado a sua actuação nesta matéria, como aliás em muitas outras, ora pela inércia e puro desleixo, ora por uma política de submissão a interesses impostos do exterior, nomeadamente das multinacionais de celulose.

Conforme acentuou João Abrantes, deputado que em nome do PCP interveio sobre esta matéria, **«é urgente a definição das zonas de aptidão agrícola e florestal e uma vez estas delimitadas o correcto ordenamento florestal do território, com o devido cuidado na escolha de espécies adequadas em cada uma das zonas determinadas»**.

Recordando que a necessidade de implementar tais medidas se deve fundamentalmente à delapidação a que se assiste do nosso património, à crescente submissão aos interesses das multinacionais, à invasão de terrenos agrícolas em prejuízo dos agricultores e à agressão às populações, o orador afirmou depois que nas zonas delimitadas há que efectuar uma correcta instalação em condições técnicas tais que permitam uma exploração rentável e que garantam a extracção do produto, medidas estas que, segundo disse, devem ser acompanhadas por uma adequada rentabilização dos **«povoamentos sublotados e de aos poucos corrigir a sua má instalação»**.

«Conjugando estas intervenções com um programa de extensão florestal que introduza novas técnicas de produção, desenvolva a investigação científica, estimule as formas correctas de exploração e fomente o associativismo — concluiu João Abrantes — **é possível evitar a delapidação da nossa floresta e a descapitalização do produtor florestal»**.

Depois de aludir à importância da floresta na fixação das populações e às suas vantagens em termos de conservação do solo e da água pela **«regularização do regime hídrico e da erosão»** ou ainda o seu impacto no ambiente, pesca, caça, turismo, etc., o deputado comunista deteve-se a analisar a actuação do Governo de Cavaco neste domínio, salientando que toda a acção governativa foi no sentido de proceder à concentração da terra, refazer os latifúndios, favorecer os absentistas e exploradores em prejuízo dos pequenos e médios agricultores.

Quanto ao projecto de lei apresentado pelo PS — aprovado com os votos contra do PSD e do CDS e os votos favoráveis dos restantes partidos com assento parlamentar — João Abrantes considerou-o uma **«base de trabalho para iniciar uma alteração na nossa floresta»**, a partir da qual, para além dos contributos já dados ao longo da discussão, o Grupo Parlamentar do PCP se propõe ajudar a aperfeiçoar na discussão na especialidade.

No período antes da ordem do dia interveio ainda António Mota, do PCP, sobre as recentes decisões do Instituto de Participações do Estado relativamente ao Complexo do Cachão, decisões que, de acordo com as palavras do orador, confirmam as intenções do Governo de desmantelar e liquidar aquela empresa pública — um pólo de desenvolvimento fundamental para Trás-os-Montes — com a entrega dos sectores rentáveis ao capital privado.

Uma «transparência» de 15 mil contos

A Assembleia da República criou mais cinco cidades (Fafe, Seia, Albufeira, Mangualde e Maia), dez vilas (Tramagal, Senhora da Hora, Joane, Ribeirão, Darque, Aveiras de Cima, Póvoa de Santo Adrião, Valbom, Castelo da Maia e Águas Santas) e ainda cinco freguesias (Lapa dos Dinheiros, Moreira, Sanguinheira, Borralha e Touriga).

A decisão foi por unanimidade com excepção de um caso em que o PSD se absteve. Sobre este assunto se pronunciou o deputado comunista João Abrantes que disse:

O culminar deste processo, o terceiro da história recente da Assembleia da República, após a aprovação da Lei n.º 11/82 que instituiu o regime de criação e extinção das autarquias locais e de designação e determinação da categoria das povoações, reflecte o trabalho positivo de todos os partidos no seio da Comissão de Administração Interna e Poder Local, trabalho em que o PCP contribuiu de forma empenhada.

Daqui o regozijo do Grupo Parlamentar do PCP na satisfação dos anseios e sentimentos das populações, preocupações que em alguns casos transitam já de sessões legislativas anteriores e foram retomadas e que significam, acima de tudo, uma aproximação da Assembleia da República às aspirações do povo que a elegeu.

Entretanto no mesmo dia em que se deu esta votação, na passada quinta-feira, no período de antes da ordem do dia, o deputado Carlos Carvalhas respondeu à nota oficiosa do Governo que no dia anterior, por intermédio da televisão oficial, procurou desmentir um tempo de antena do PCP.

Disse Carlos Carvalhas:

O Governo fez difundir ontem pelos meios de comunicação social uma nota oficiosa em que procura contestar factos tornados públicos pelo PCP relativos «a alegada fraude fiscal» relatada pela imprensa e em que surgem envolvidos designadamente os actuais secretário de Estado para os Assuntos Fiscais e o governador do Banco de Portugal.

Quanto aos factos o Governo nada disse. Ora o que era essencial era que o Governo dissesse se sim ou não são verdadeiros os documentos tornados públicos e que servem de suporte ao relato dos factos.

Como demonstram os documentos, reproduzidos em fac-símile pela imprensa (e que mais uma vez foram distribuídos aos representantes dos órgãos de informação) **bem como os relatos feitos por esta, o facto é este:**

Em 18 de Novembro de 1981, os senhores em questão compraram com mais três cavalheiros um prédio de 40 mil contos, dando desde logo quitação, por documento escrito, 15 mil contos recebidos de imediato, ficando os outros 25 mil contos para serem pagos em letras.

Um mês depois, em 16 de Dezembro, os mesmos senhores fizeram a escritura de compra do prédio, declarando então perante o notário que tinham feito a compra por 26 mil contos, 25 mil em letras e mil contos — menos 15 mil — recebidos de imediato.

É essa mesma a declaração (de 26 mil e não dos 40 mil efectivamente pagos) que os mesmos senhores fazem nas Finanças quando lá se dirigem para pagar a sisa, que era efectivamente devida pela operação.

Os factos mantêm-se de pé. Será por isso importante ir até ao fim no esclarecimento desta estranha forma de relacionamento com a Administração Fiscal.

Na nota oficiosa isto é, nesta nota de má consciência, o Governo confirmou que questionado na Assembleia da República sobre isto e outros factos que não se podem considerar transparentes, fugiu às questões e deu respostas genéricas. Sabia, como confessa na nota oficiosa, que a TV não os iria referir. Agora que eles chegaram à opinião pública através da TV vê-se obrigado a responder.

A terminar, o deputado Carlos Carvalhas acrescentou:

Este procedimento confirma que o Governo não está preocupado com a «transparência» mas sim com a sua autopropaganda, com a imagem que tem procurado difundir manipulando meios de comunicação social do sector público. Sente-se incomodado quando factos «claros-escuros» chegam à opinião pública. É um Governo à altura da nota oficiosa que ontem produziu.

Esta intervenção do deputado comunista originou um protesto do deputado social-democrata Amândio de Azevedo que, contudo, para além da cassete do anticomunismo não conseguiu explicar a diferença de verbas entre o contrato-promessa de compra e venda e o que foi declarado ao fisco.

Direito de réplica da oposição

A Assembleia da República aprovou por maioria (com a abstenção do PSD) um projecto de lei do PCP que prevê a garantia do direito de réplica política dos partidos da oposição na televisão.

Jorge Lemos, deputado do Grupo Parlamentar comunista, que defendeu o projecto de lei, salientou que a iniciativa do PCP visa tão só tornar claros os exactos contornos do regime em vigor contribuindo, por esse modo, para que, mais facilmente, se possam ultrapassar eventuais dificuldades quanto à sua aplicação e acrescentou:

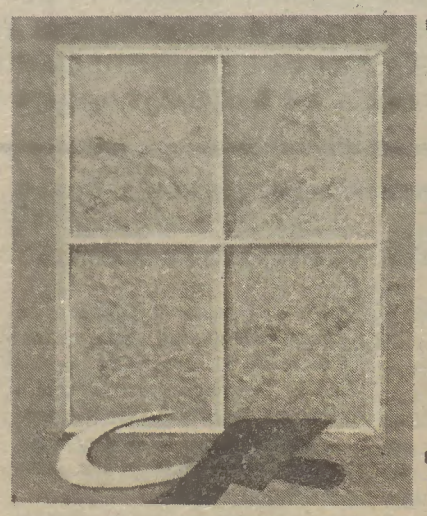
O Projecto do PCP não distingue, como determina a Constituição, entre o direito de antena dos partidos de oposição enquanto tal e os tempos de emissão a título de resposta, cuja concretização só terá fundamento face a declarações políticas do Governo em concreto. Estabelecem-se critérios para o rateio de tempos, deixando, contudo, uma larga margem de liberdade para a sua utilização separada, conjunta, simultânea, cumulada, por acordo entre os interessados.

Terra

Já no próximo fim-de-semana, em Évora

X Conferência evidenciará papel indispensável da Reforma Agrária

• Mais de 1700 delegados



10ª Conferência Reforma Agrária
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO PORTUGAL DE ABRIL
Évora — 12 e 13 de Julho de 1986

Com a sessão de abertura marcada para as 9.30 horas, iniciam-se já no próximo sábado, prolongando-se até ao fim da manhã de domingo, os trabalhos da **10.ª Conferência da Reforma Agrária**, acontecimento que uma vez mais decorrerá nos Pavilhões do Rossio de S. Brás, em Évora, desta feita subordinado ao lema **«Trabalho e Desenvolvimento no Portugal de Abril»**.

Funcionando em plenário ao longo de cinco sessões, a 10.ª Conferência culmina um amplo e intenso trabalho preparatório durante o qual se realizaram mais de 200 reuniões e plenários em que participaram cerca de cinco mil trabalhadores agrícolas, agricultores e técnicos.

No decorrer desta fase preparatória — período em que se procedeu à eleição dos 1700 delegados e à discussão do anteprojecto de teses — foram igualmente efectuados 243 inquéritos a UCPs/Cooperativas que representam 83,3 por cento das terras na posse dos trabalhadores, inquéritos a partir dos quais está a ser elaborado o balanço a apresentar à Conferência, o qual constituiu sem dúvida o mais rigoroso levantamento de dados e documentação relativo à Reforma Agrária.

Concentração capitalista

Durante a Conferência estarão em debate **quatro grandes temas** o primeiro dos quais incidirá fundamentalmente sobre a evolução da estrutura fundiária ao longo dos últimos doze anos em resultado da política de concentração capitalista e ainda sobre o carácter da ofensiva, designadamente as acções repressivas, as ilegalidades e a corrupção que têm caracterizado a acção dos governos de direita.

Ainda neste primeiro tema — que se espera venha a ser dos mais discutidos devido à situação a que se chegou, de acordo com as palavras de António Murteira, engenheiro técnico agrário que juntamente com Francisco Luís e Neves Borges, ambos operários agrícolas, participou recentemente num encontro com jornalistas para dar a conhecer pormenores da Conferência —, os delegados irão analisar detalhadamente os resultados e potencialidades das UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária, os efeitos da política agrícola governamental desde 1976, a extensão da crise em que a agricultura se encontra, o desrespeito e o confronto de sucessivos governos (nomeadamente do actual) com outros órgãos de soberania e ainda a definição das medidas, diligências e formas de luta a adoptar com vista a conseguir uma política moderna e democrática que aproveite as riquezas nacionais.

Vaga de ataques

Para além destes aspectos, importa ainda referir como grande questão a abordar neste tema os perigos que pairam sobre a Reforma Agrária no momento actual, designadamente a «nova vaga de ataques» que o Governo de Cavaco prepara (consubstanciada em mais de cem processos) e ainda o pacote legislativo apresentado pelo PSD à Assembleia da República o qual contém, entre outros, um projecto de alteração à Lei Barreto (Lei 77/77), outro projecto de lei de desnacionalização de parte considerável dos perímetros de rega, uma nova lei do arrendamento rural e um projecto de lei sobre o arrendamento.

As consequências da adesão do nosso País à CEE, particularmente no domínio agrícola, merecerão também a atenção dos delegados durante o debate a efectuar sobre o primeiro tema da ordem de trabalhos a que se seguirão, num **segundo tema**, as questões relativas à produção nomeadamente a discussão de uma proposta que tem em vista ajustar «a estrutura produtiva das UCPs-/Cooperativas à actual situação».

Questão central

No **terceiro tema** que será posto à consideração dos delegados serão apreciados os «estragos causados à vida e organização interna das UCPs/Cooperativas» por dez anos de contínua ofensiva (cerco financeiro, inexistência de uma política de formação profissional e de apoio técnico e investimentos), cabendo por último, ao **quarto tema**, analisar a situação dos assalariados agrícolas do sector privado e perspectivas actuais e futuras para estes trabalhadores.

Segundo António Murteira, a alternativa a este Governo — «questão política central que se vive no País» — não deixará também de merecer a atenção dos participantes nesta 10.ª Conferência, sendo de esperar uma tomada de posição clara sobre esta matéria.

No domingo, após o encerramento dos trabalhos — a que assistirão para além dos delegados cerca de 750 convidados entre representantes de órgãos de soberania, autarquias, movimento sindical, associações de agricultores e personalidades da vida política e cultural —, realizar-se-á um comício de solidariedade seguido de desfile pelas ruas de Évora.

Dois espectáculos, um, no sábado à noite, no Templo de Diana, com Fernando Tordo, o Grupo Coral Ceifeiros de Cuba e o Grupo de Música Popular Serra Nova e outro no domingo constituído por um desfile de grupos corais entre o Teatro Garcia de Resende e o Rossio de S. Brás, assinalarão ainda momentos altos desta 10.ª Conferência da Reforma Agrária.

Adesão à CEE suscita crescentes apreensões na lavoura

«Uma política de submissão aos interesses estrangeiros e de prejuízo da agricultura e dos agricultores portugueses», eis como a direcção da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) interpreta a acção do Governo Cavaco Silva no domínio da política agrícola.

A afirmação, proferida no decorrer de uma conferência de imprensa recentemente realizada no Porto para dar conta da forma como decorreu a Jornada Nacional de esclarecimento e reclamação realizada entre 22 e 29 do mês passado por iniciativa daquela organização da lavoura, permite avaliar com suficiente clareza qual a opinião que os homens do campo têm da política que tem norteado o Ministério da Agricultura ao longo dos últimos dez anos.

Insegurança e preocupação

Com efeito, não faltam razões para tal descontentamento e para as crescentes manifestações de insegurança e de preocupação que crescem entre os agricultores de todo o País. Basta pensar, por exemplo, como foi salientado, na importação desnecessária de toneladas e toneladas de produtos agrícolas e pecuários que estão já a ser efectuadas a pretexto da integração de Portugal na CEE, como sejam 34 mil pipas de vinho, toneladas de fruta de Espanha e de França e ainda gado bovino e suíno.

A juntar a este facto, encontram-se ainda, a atestar as orientações do Governo de Cavaco em matéria agrícola, o encerramento dos matadouros ou os tão propalados fundos da Comunidade (os tais que serviram de pretexto para uma monumental campanha de propaganda mas que ainda ninguém viu), ao mesmo tempo que estão, entretanto, a ser já aplicadas normas comunitárias altamente lesivas dos interesses dos pequenos e médios agricultores portugueses.

A este propósito os dirigentes da CNA referiram as normas de qualidade impostas para os vinhos e para as frutas, as quais, a irem por diante, conduzirão, por exemplo, ao desaparecimento no nosso País do característico vinho verde (um dos principais alvos daquelas normas) e à classificação de terceira qualidade de cerca de sessenta por cento da fruta portuguesa o que a remeterá para último lugar no mercado europeu.

Aldrabice e roubo

Quanto aos vinhos, aquela organização representativa dos agricultores portugueses considerou que se deveriam encontrar as formas de garantir a comercialização do bom vinho nacional em vez de se tentar coagir os nossos produtores a seguirem as normas europeias.

Considerando globalmente positiva e uma «vitória parcial» esta jornada nacional da agricultura — recorde-se que, por exemplo, dela resultou para já a suspensão da proposta de alteração da lei dos baldios —, os dirigentes da CNA criticaram ainda o encerramento dos matadouros municipais e a existência de guias de transporte de gado, considerando estas «uma aldrabice, um roubo e um gancho de alguns veterinários».

Ainda quanto aos subsídios da CEE, os agricultores presentes na conferência insistiram em considerar o processo de «muito nebuloso», chamando a atenção para o facto da sua atribuição indiciar estarem a ser descaradamente favorecidos «os grandes empresários da lavoura», em detrimento dos pequenos e médios agricultores.

Reformados exigem aumento das pensões

• Mais de 800 participantes em Montemor

A integração imediata de todos os trabalhadores agrícolas no Regime Geral da Segurança Social, com direitos e deveres iguais aos outros trabalhadores, constituiu uma das principais reivindicações aprovadas no decorrer do **I Encontro de Reformados Agrícolas do Sul** recentemente realizado em Montemor-o-Novo, por iniciativa da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul.

Decorrendo sob o lema **«Por melhores pensões de reforma, por uma vida mais feliz»**, os trabalhos deste Encontro realizaram-se no Teatro Curvo Semedo com a participação de 805 reformados agrícolas, eleitos em reuniões de freguesia, tendo ainda participado na qualidade de convidados, cerca de seis dezenas de representantes de estruturas sindicais, autarquias e partidos políticos.

Após um interessante debate durante o qual se produziram perto de trinta intervenções, os participantes concluiram pela necessidade de lutar pelo aumento imediato das pensões de reforma para os reformados agrícolas na base de 65 por cento do salário mínimo nacional, bem como pelo aumento das pensões de invalidez por forma a que estas sejam idênticas às pensões de reforma do sector.

Para além da revogação da lei das rendas de casa — uma das exigências que mais se fez sentir no decorrer do Encontro — os participantes decidiram apelar à constituição de comissões de reformados agrícolas junto dos Sindicatos e solicitar audiências aos grupos parlamentares para apresentação das conclusões do Encontro.

Trabalhadores

Greve nacional na Banca

Dos 9,5 aos 14 por cento oferecidos pelo Governo desde a Função Pública à banca nacionalizada, à RN e STCP (Porto), os protestos dos trabalhadores avolumam-se e desembocam na greve. Os sindicatos da banca exigem 18 por cento de aumentos salariais. Após três meses de negociações, as gerências não passaram dos 13 ■ Salários em atraso, destruição de postos de trabalho, encerramentos e falências obrigam trabalhadores e sindicatos a desencadear acções e novas formas de luta em vários pontos do País ■ Destaquem-se os conflitos na Tabopan (Vila Pouca de Aguiar), Celtex (Marvão), Tecnofabril (Crato), Corticeira Ibéria (Alhos Vedros) e num sem número de empresas com salários em atraso, sobretudo na região de Setúbal e Leiria ■ Na banca, trata-se da primeira paralisação nos últimos nove anos, com âmbito nacional.

DESEMPREGADOS Formada a 1.ª comissão no Porto

Todas as iniciativas contra o desemprego são de apoiar. Seja qual for o seu âmbito e o alcance que venham a atingir, a ocasião exige o recurso sistemático a formas de organização que permitam desenvolver a luta neste campo e conferir-lhe na prática o grau de relevo que o V Congresso da CGTP recentemente lhe atribuiu. Assim aconteceu no Porto onde a nível do distrito são para cima de 90 mil os desempregados e apenas 15 por cento desse total recebe, de forma insuficiente e temporária, subsídios ou seguros de desemprego. Surgiu por isso no Porto a primeira **comissão de desempregados** numa reunião com duzentos trabalhadores nessas condições.

Analisada a situação distrital que é uma das mais graves em todo o País, os participantes na reunião desfilaram na cidade e entregaram uma resolução no Governo Civil.

«Não é reduzindo por sistema os postos de trabalho sempre que surgem dificuldades», nem encerrando empresas viáveis, nem abusando dos contratos a prazo, nem desbaratando o sector público e nacionalizado, nem liberalizando os despedimentos que se resolve o problema do desemprego em Portugal — consideraram os participantes na reunião.

Uma **«nova política democrática de desenvolvimento, que tenha como objectivo central o problema do emprego»** foi uma das reivindicações aprovadas na reunião do Porto. Ao mesmo tempo devem aproveitar-se ao máximo os recursos do País, pagar o subsídio a todos os desempregaos e aumentar o período da sua atribuição.

Forte destaque mereceu também na resolução aprovada a necessidade de elaborar um plano sério de **formação profissional**, com a indispensável participação do movimento sindical unitário — o único que pode mobilizar forças capazes de apoiar as alternativas necessárias à limitação do emprego onde não se possa evitar.

Comentário

Conforme se sabe, nenhum movimento social se caracteriza pela neutralidade. Ser neutral perante o desemprego pouco mais adiantaria do que ser completamente indiferente. E com indiferentes nem a indiferença se move.

Nenhum trabalhador, por mais seguro que se sinta no seu emprego, deve proceder face ao desemprego como se daí lavasse as mãos.

Num momento destes em que não há palavras nem estatísticas para medir a profundidade da cova onde este Governo está a enterrar o direito ao trabalho, ser solidário significa mesmo algo mais do que participar num acto sindical, intervir numa acção de massas, apoiar o movimento em defesa da unidade. Na acepção mais ampla do termo, é preciso uma acção cívica *nacional.*

Ser solidário é um risco. Quando falamos de luta dos sindicatos, das organizações representativas dos trabalhadores, de formas de luta em empresas, pensamos às vezes que tudo foi dito: que o risco é evidente, incerto o êxito, as razões justas, parar é morrer. Mas quando se trata do desemprego — melhor dizendo, dos desempregados — tudo isso se avoluma. A solidariedade exige então um grau de consciência ainda maior. Talvez nenhum posto de trabalho seja hoje suficientemente seguro para aguentar esse risco, para aguentar a incerteza do êxito, a justeza das razões.

Interessa-lhe esta saudável ocupação tecnológica? Então...

Quem pode hoje mudar (dizemos mudar) de emprego sem pôr em perigo a própria subsistência?

Há leis, vivemos em democracia, não estamos sós e tudo o mais. De acordo. Por alguma razão apoiamos os movimentos colectivos e neles participamos. Mas onde estão as alternativas? Se não lutarmos por elas donde virão?

Ser solidário com os desempregados não é arriscar o posto de trabalho, como sentar-se atrás de um volante não é ir direito à morte.

Mas não se pode comparar... Embora fosse justo exigir de uma secretaria qualquer a verba apropriada para uma campanha cívica *contra o desemprego — uma campanha oficial com direito a espaços em tudo o que é órgão de comunicação (social ou não) como por exemplo essas campanhas do tipo «quando tudo parecia correr bem»; «se guiar não beba»; «Pare, escute, olhe»...* Diga sim à vida, o desemprego mata, *tudo assim escarrapachado e a toda a hora para a gente não se esquecer.*

(O domador de espinhas que figura no desenho não é a brincar. Com o desemprego não se brinca, deviam saber os «neutrais».)

REGIÕES

ÉVORA (Juízes sociais)

Entre efectivos e suplentes foram eleitos candidatos a juízes sociais 54 associados do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora. A direcção do STADE refere que toda a documentação relativa a cada candidato se encontra conforme com a legislação em vigor e vai ser entregue dentro dos prazos legais. Os juízes candidatam-se às seguintes instituições distritais: tribunais do trabalho de Évora, Montemor-o-Novo e Redondo; comarcas de Arraiolos, Estremoz, Vila Viçosa, Reguengos de Monsaraz e Portel. Segundo a direcção sindical, uma assembleia geral descentralizada em Mora, Montemor-o-Novo e Évora decidiu e votou aquelas candidaturas que abrangem todos os tribunais de trabalho e comarcas do distrito alentejano. Participaram na AGD «centenas de trabalhadores agrícolas» que votaram por unanimidade a lista das candidaturas, afirma a direcção do STADE.

PORTO (Têxteis)

O Ministério do Trabalho deve intervir agora, não se limitando ao processo de conciliação, para que os patrões do têxtil, vestuário, malhas, lanifícios e peles procedam legalmente dando início às negociações de revisão dos respectivos contratos colectivos de trabalho. A federação sindical unitária que abrange aqueles sectores e tem sede no Porto concluiu há quinze dias uma campanha pública de informação sobre o comportamento do patronato que «não apresenta qualquer argumento sólido» para evitar as negociações. Como já aqui foi referido, os sectores em questão «nunca viveram uma tão boa situação produtiva». No entender da Federação têxtil as encomendas não faltam, aumentando os lucros e as exportações.

BRAGANÇA (Mineiros)

As minas de Arcozelo, em Bragança, as maiores produtoras de estanho no nosso país, foram temporariamente encerradas pelos patrões numa acção de *lock-out* proibida pelas leis portuguesas. O Sindicato dos Mineiros do Norte interveio imediatamente junto do Ministério do Trabalho e outras entidades para que a legalidade seja reposta na empresa que emprega mais de 200 trabalhadores. O *lock-out* proibido pela Constituição foi declarado no passado dia 1. A direcção do Sindicato e a Federação do sector (FSMMMP) afirmam que já há «alguns meses que o patronato procura, através de métodos chantagistas, retirar direitos aos trabalhadores», incluindo os que estão consagrados no contrato colectivo de trabalho vertical (CCTV) e os referentes ao horário de trabalho.

Reforçar os sindicatos nos locais de trabalho

Os sindicatos devem lidar cada vez mais intimamente com as comissões de trabalhadores. Desde que estas foram criadas logo depois do 25 de Abril, experiências muito diversas têm enriquecido a sua actividade. Com resultados normalmente positivos contam-se entre essas experiências os ***Encontros Nacionais****, como a foto documenta relativamente à* ***RN*** *em 1979.*

Refira-se que entre os núcleos de base sindical que coordenam as lutas em locais de trabalho se destacam com frequência as três iniciais dos órgãos ou organizações representativas dos trabalhadores (ORT's). Por norma estas ORT's incluem delegados sindicais, comissões de trabalhadores (CT's), comissões sindicais e intersindicais onde as há de acordo com a Lei Sindical.

Além desses elementos e organizações, funcionam também nas empresas e outros locais de trabalho assembleias gerais e plenários.

Relacionadas com estas duas últimas formas de organização sindical, o relatório de actividades da CGTP-IN aprovado no V Congresso (29 a 31 de Maio) faz as seguintes considerações:

«As assembleias gerais de sócios dos sindicatos, que no passado foram órgãos de grande vitalidade e de participação massiva, concentrada, dos trabalhadores na vida dos seus sindicatos em condições diferentes das actuais, não têm hoje essas características. Transformaram-se em órgãos que funcionam, cada vez mais, apenas para a eleição por voto directo e secreto dos corpos gerentes, dos órgãos regionais e para a alteração de estatutos.»

Sublinhamos a seguir, ainda de acordo com o texto do relatório de 1983-85 aprovado pelo V Congresso, que ***«a participação dos trabalhadores na discussão dos seus problemas e na vida do sindicato deslocou-se da assembleia geral tradicional para as empresas, descentralizando-se através da realização de plenários de trabalhadores que, quando formalizados como tal, funcionam como assembleia geral descentralizada»****.*

Prossegue o relatório: ***«Esta evolução parece justa; corresponde à necessidade de implantação, reforço e funcionamento do sindicato no local de trabalho, sendo essencial para o desenvolvimento da acção sindical de massas»****.*

Para a CGTP essa evolução «torna imperiosa a luta pelo exercício do direito de reunião e contra os obstáculos postos à realização dos plenários no local de trabalho».

Poder Local

Denúncia da APU de Braga
Mas que explicações são estas?!...

Um documento da APU de Braga afirma que esta «não vai, conforme declarou quando aceitou participar na comissão da AM para a sindicância, apreciar e discutir quer os casos concretos constantes do relatório da inspecção à Câmara Municipal, nem o próprio relatório em si. Tanto uns como o outro foram já objecto de diversas e sucessivas tomadas de posição da Aliança Povo Unido que, desde 1983 e durante muito tempo isoladamente, vem agitando publicamente o assunto (...). Hoje, cabe tomar posição sobre um único aspecto: **saber se sim ou não, as explicações que a Câmara Municipal finalmente se prontificou a prestar, são suficientes e de molde a alterar ou corrigir as posições assumidas** que, no nosso caso, foram sempre de, inequivocamente, reclamar a sindicância à gestão e serviços da Câmara Municipal de Braga e respectivos Serviços Municipalizados».

Para tal tomada de posição, a APU de Braga faz um breve levantamento das «explicações» da Câmara.

Assim, «no que respeita à gestão de pessoal, a Câmara pretendeu justificar todas as ilegalidades detectadas (que assumiu), com o fundamento de falta de preparação dos serviços para dar resposta imediata às alterações legislativas do sector».

Isto, para a APU, não colhe. E não colhe porque tais ilegalidades «serviram para se utilizarem critérios ilegítimos na contratação de pessoal, na medida em que a competência foi, pelo menos muitas vezes, postergada a favor de opções pessoais se não partidárias». Afirma-se, por outro lado, que hoje já não se verificam as mesmas ilegalidades, pretendendo com isso dizer-se que foram corrigidos os métodos utilizados. **Pura demagogia** – diz a APU: «a alteração radical do sistema de contratação permite a mesma linha de conduta pela utilização ilegítima de alguns dos seus mecanismos». E adverte a Aliança Povo Unido: «Estaremos atentos à utilização, por exemplo, do sistema de entrevistas, quando estas visem não a contratação dos mais aptos, mas sirvam para justificar decisões pré-determinadas.»

Depois, a política de solos – um dos grandes «buracos» (senão, mesmo, o mais célebre) da gestão PS da CM de Braga. Aí, e quanto aos casos analisados, a APU é igualmente peremptória: «**Continua a verificar-se a inexistência de qualquer explicação para ilegalidades cometidas**, nomeadamente, aprovação de projectos contra o parecer dos técnicos, como disso são exemplo os processos referentes à construção de um prédio na Rua Nova da Estação, Centro Comercial Ocai e posto de abastecimento Shell. Igualmente não foi apresentada qualquer justificação para o facto de o prédio construído no Largo da Senhora-a-Branca, em desrespeito do próprio auto de ambargo, ainda não ter sido demolido como os próprios técnicos da Câmara continuam a reclamar.»

Após citar mais alguns exemplos do «liberalismo urbanístico» da gestão PS insuficientemente explicados, a APU sublinha:

«No entanto, a conclusão mais grave que resulta destes processos, e que se mantém integralmente de pé após os trabalhos da comissão (reforçada aliás com a confirmação do concerto de que o PGU podia e devia ser alterada em qualquer altura e por qualquer motivo), é de que se, para alguns, os obstáculos colocados são de molde a fazê-los desistir dos processos, para outros – aqueles que se sabem movimentar nos meandros da burocracia camarária – esses obstáculos (sejam simples requisitos inicialmente exigidos, ou mesmo impedimento à própria construção) são sempre passíveis de alteração.»

Em conclusão: «os requisitos essenciais da especulação imobiliária são dados de bandeja aos próprios especuladores».

Por outro lado, há explicações que nada explicam. Como exemplo a APU de Braga recorda o «erro de secretaria» invocado no caso da Quinta dos Congregados. Aí, «a autorização para a construção de 348 fogos, número que é exactamente a metade entre o número de fogos requeridos (364) e o número de fogos concedidos (278), aponta muito mais para um acordo de bastidores do que para um possível erro de escrita».

E conclui a APU:

«Não nos referimos por último a casos como o "dos Granginhos" ou do denominado "caso Sporting de Braga" pois são de momento objecto de procedimento judicial. Chamamos somente a atenção para o facto de **a APU os ter denunciado quando era possível e fácil encontrar solução para os mesmos**.

Se a cegueira, teimosia ou os mais obscuros motivos de alguns levou a Câmara para uma situação que pode tornar-se perigosa, a esses será exigido apresentar a solução do problema, tanto mais que a responsabilidade civil pelas deliberações ilegalmente tomadas também, em última análise, lhes compete.»

Em resumo: «**A APU continua a considerar que existem motivos mais que suficientes para que se mantenha o pedido de sindicância aos serviços e gestão da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados.**»

***Braga** é uma cidade monumental, rica de história e linda de se ver. Entretanto há anos que as «histórias» de uma gestão camarária corrupta lhe vão abrindo feridas e comprometendo o futuro. As «explicações» que o executivo de Mesquita Machado finalmente foi forçado a dar não explicam nada e deixam tudo em aberto. Ou fechado...*

PPD em Barcelos
Cantar de galo para manter poleiro

Promessas leva-as o vento... E em Barcelos o vento teve muito que carregar: o desenvolvimento das freguesias e do Turismo, o apoio às colectividades culturais, associações desportivas e juventude, desenvolvimento da construção de habitação social, implantação de novas escolas e por aí fora... Tudo prometido pelo PPD às populações do concelho nas últimas eleições autárquicas e **nada concretizado**. A denúncia é da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP.

O caso, se não fosse tão grave, daria para rir, tais os contornos que assumiu. Imagine-se que o PPD/PSD, em Dezembro de 1985 clamava no seu programa eleitoral e em inflamados comícios de propaganda que iria «**fazer progredir as nossas aldeias e modernizar a nossa cidade**» apresentou poucos meses depois (concretamente em 5 de Abril de 1986) na Assembleia Municipal — com todo o peso da sua posição maioritária no órgão — a pretensão de entregar as chaves da Câmara ao Ministério respectivo, declarando a Câmara em situação económica difícil! É o que se chama cantar de galo para manter o poleiro...

Para o PCP esta manobra pretendia, pura e simplesmente, permitir ao PPD/PSD fugir ao prometido, na campanha eleitoral, à população de Barcelos. E prossegue:

«Pelas mãos do PPD/PSD, Barcelos é um concelho condenado à estagnação por muitos mais anos. O progresso que prometeu traduziu-se em retrocesso (exemplo disso é o encerramento da escola na freguesia da Várzea por a Câmara não pagar a renda há mais de 7 meses), a modernização que prometeu traduziu-se em estagnação.

Por este conjunto de razões a Comissão Concelhia de Barcelos do Partido Comunista Português afirma que: a situação financeira apresentada em relatório pelo PPD na Assembleia Municipal é um falso argumento encontrado para justificar a sua incompetência para gerir os destinos da nossa terra. Senão vejamos:

— Será que o PPD, partido que sempre esteve em maioria na Câmara e Assembleia Municipal, em Dezembro/85 não conhecia a situação financeira da Câmara?

— Porque enganou o PPD/PSD a população de Barcelos, na campanha eleitoral, com falsas promessas?

— Porque não responde o PPD/PSD ao requerimento que a APU apresentou à dois meses sobre a situação financeira do município?

— Porque declara o PPD/PSD levianamente a Câmara Municipal em situação de ruptura financeira?»

Mas há soluções para o desenvolvimento do concelho de Barcelos, e o PCP aponta-as:

1.º O estabelecimento de um programa de desenvolvimento que contemple o investimento necessário e não o supérfluo e ao mesmo tempo o accionamento de mecanismos que permitem o acordo com uma instituição financeira que diminua os juros da dívida acumulada.

2.º Satisfação das carências e necessidades. Mais imediatas, como o caso das águas inquinadas nas escolas, entre outras.

3.º Aproveitamento do parque de máquinas municipal e do pessoal disponível para executar por administração directa as obras de pequeno porte mais imediatas.

4.º Exigência de uma Lei de Finanças Locais que sirva o Poder Local e não uma lei que ponha a Câmara Municipal na dependência do poder central, bem como uma política de dotações para os transportes escolares que não acumule ao mês um buraco de cerca de 2 mil contos.

5.º Reestruturações globais nos serviços adquiridos que aumentem a eficácia e tenham menos custos.

Vila Real de Santo António
O escândalo dá sinal

Manuel da Conceição Rosa é vereador da coligação PS/PSD na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, no Algarve, e a 2.ª figura na hierarquia do executivo. Uma grave irregularidade transformou-o em «figura de primeira» numa gestão onde o autoritarismo, a incompetência e a falta de transparência são apenas as pontas de uma meada por desfiar. Os vereadores da APU denunciaram o escândalo e exigiram que se cumpra a lei, começando-se, para já, com a suspensão do mandato do referido senhor.

Supensão para quê?

Segundo os vereadores da APU, Manuel da Conceição Rosa cometeu uma irregularidade grave que, de acordo com a Lei 25/85, de 12 de Agosto, implica a perda do mandato do vereador em causa: permitiu – e mais que permitir, ratificou – a venda de mobiliário à Câmara por parte de uma empresa de que é sócio. Os vereadores da APU apresentaram uma certidão passada pela Conservatória do Registo Comercial, na qual consta o nome deste vereador PSD como sócio da «Ortenco – Centro Técnico de Contabilidade Mecanizada, Lda.», a empresa que vendeu o mobiliário à Câmara, e uma proposta para a perda de mandato da pessoa em questão.

De sublinhar que o vereador Manuel Rosa já tem «antecedentes»: durante o mandato da Câmara PS, abusou ilegitimamente dos dinheiros públicos, utilizando verbas do PRID para reparar a sua própria moradia, escândalo que teve, então, grandes repercussões em Vila Real de Santo António e apressou o afundamento da administração PS.

Mas os problemas da nova gestão camarária de Vila Real de Santo António não começam e acabam nas trafulhices de um vereador, como tem vindo a ser abundantemente denunciado pelos representantes da APU no executivo. A incompetência, a arbitrariedade e a falta de transparência da coligação PS/PSD à frente do município pombalino são uma banalidade, já, passados que são uns escassos seis meses sobre a sua tomada de posse. Sem prejuízo de posteriores abordagens, citamos apenas mais um exemplo recente: a questão dos documentos «para armazém».

Apesar da Polícia Judiciária estar ainda a investigar o desaparecimento de documentos da conta de gerência de 1985, destinados ao Tribunal de Contas, o presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Farinha Murta, mandou transferir centenas de pastas com milhares de documentos para os armazéns camarários, embora estes ainda não tivessem passado a arquivo morto. Tudo feito sem as mínimas precauções quanto ao transporte.

Na reunião quinzenal da Câmara, o vereador da APU, António Martins, levantou a questão. O presidente respondeu, primeiro, de forma superficial e tentando que o problema não ficasse registado em acta, por «desnecessário». António Martins não consentiu, impondo que as suas perguntas fossem consideradas parte integrante da sessão e, por conseguinte, registadas na acta, como de direito. Perante isto o presidente afirmou que só responderia **quando e se quisesse** e que oportunamente «veria» se dava ou não a resposta.

Por este andar, muita coisa vai acontecer no município de Vila Real de Santo António – e nada boas para o belo concelho à beira Guadiana...

Nacional

Numa iniciativa sem paralelo

Mais de 40 espectáculos teatrais no distrito de Évora

«Espaço CGTP da Cultura», assim se denomina a iniciativa que entre os próximos dias 17 e 27 de Julho levará ao distrito de Évora 18 grupos de teatro de amadores seleccionados entre os 87 grupos de todo o País que desde Fevereiro participam no **V Festival Sindical de Teatro de Amadores**.

Considerada a maior manifestação do género que se faz em terras portuguesas, esta iniciativa da Central unitária dos trabalhadores portugueses levará a nove concelhos do distrito de Évora mais de 40 espectáculos teatrais, representações que durante o referido período serão acompanhadas de diversas outras actividades e acções de carácter formativo, cultural e desportivo.

Contando com o apoio da Associação dos Municípios de Évora — ajuda que assume as mais diversas formas, do alojamento à divulgação, passando pelos transportes — estas actividades paralelas pretendem contribuir não apenas para o aperfeiçoamento do trabalho dos grupos participantes como ainda para um intercâmbio de experiências e um debate livre de ideias.

No decorrer do encontro com os jornalistas onde foram dados a conhecer pormenores desta realização, José Luís Judas, da Comissão Executiva do Conselho Nacional de CGTP, considerou ser esta uma acção cultural de grande vulto pese embora a **«difícil situação em que vivem os trabalhadores»**, sendo ainda, ao mesmo tempo, **«uma forma de luta pela democratização da cultura»** tanto mais que, segundo disse, **«o atraso cultural dos trabalhadores é um factor de retardamento na sua consciência social e política»**.

Falta de apoios

Alertando para os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos para silenciar esta iniciativa que mobiliza grupos amadores de empresas, sindicatos e colectividades que em muitos casos constituem o único foco cultural existente no seu sector ou região, aquele dirigente da Inter — na ocasião acompanhado por Manuel Lopes, da Executiva da Central Sindical, colaboradores do Departamento de Tempos Livres, representantes da Associação dos Municípios de Évora, Carlos Porto e Romeu Correia, respectivamente crítico e autor de teatro — sublinhou ainda o elevado custo que comporta uma iniciativa deste género, (sete mil contos, números redondos) chamando ainda a atenção para o facto de apenas terem contado com um apoio de 400 contos da Gulbenkian, não tendo até ao momento surgido qualquer outro tipo de apoio, nomeadamente da Secretaria de Estado da Cultura e do FAOJ apesar de em devido tempo tal patrocínio lhes ter sido solicitado.

V FestiVal
Sindical do Teatro de Amadores
DA CGTP-IN

Na sua 5.ª edição, este Festival de Teatro de Amadores promovido pela CGTP registou até ao momento 517 inscrições de grupos teatrais, tendo este ano, no âmbito dos 87 grupos participantes, mobilizado cerca de 1200 actores amadores dos quais 70 por cento são jovens.

Paralelamente ao Festival — a decorrer sem nenhum condicionamento de ordem estética ou de outra natureza — a organização promotora promove ainda um prémio literário para o melhor original português de teatro, ao qual concorreram este ano dez autores e peças que serão apreciados por um júri qualificado designado pela Sociedade Portuguesa de Autores, Associação de Críticos de Teatro e CGTP-IN.

Revista «Economia-EC»

10 anos de publicação ininterrupta

Não é vulgar, no nosso país, uma revista especializada em assuntos económicos sair regularmente ao longo de 10 anos. Aconteceu isso precisamente com a revista «Economia — EC», dedicada a questões económicas e sociais que, com a saída do seu número 60, perfaz exactamente uma década de publicação contínua e regular.

Encontram-se, portanto, de parabéns, os seus responsáveis por essa efeméride. Justificava-se, também, ouvirmos sobre o significado do acontecimento alguém ligado a esta publicação especializada numa área em que a teoria e a prática se entrelaçam no dia-a-dia. Procurámos o seu director, o camarada Carlos Carvalhas, e solicitámos-lhe um depoimento a propósito. Aqui o reproduzimos:

«Foi importante para nós atingirmos os 10 anos de existência. Estamos satisfeitos por atingirmos o 60.º número. Melhor dizendo, estamos moderadamente satisfeitos. Se muito se fez apesar de todas as dificuldades, sentimos que mais poderíamos ter feito. E poderíamos ter feito melhor. Pensamos, e não só nós, que é possível melhorar substancialmente a revista.

«Por sinal, fizemos, no início do 10 aniversário, pequenas modificações formais, na dimensão da revista, no seu cabeçalho, no aspecto gráfico em suma; mas também inovámos alguma coisa no estilo de trabalho.

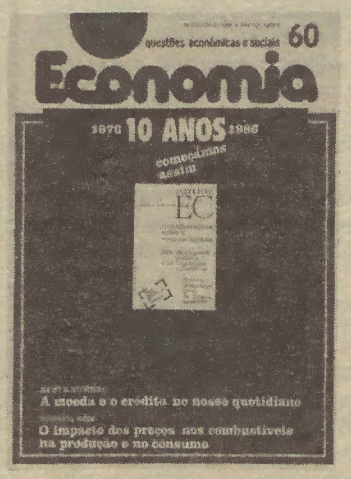
«Queremos naturalmente ir mais longe: alargar o campo de colaboradores, procurar melhorar a qualidade dos trabalhos publicados e a variedade dos temas abordados. Outra linha de acção da revista, que revestirá simultaneamente aspectos de promoção, é a realização de seminários e debates promovidos e organizados por nós. Este ano já fizemos dois e colaborámos num terceiro (sobre o preço dos combustíveis, a indústria da petroquímica e o Poder Local e a CEE); e provavelmente não ficaremos por aqui... Julgamos ser uma forma muito útil de interessar mais pessoas pela revista, pela discussão, pelo estudo dos problemas centrais da nossa economia.

«Como costumamos dizer, esta é a maneira de levar para além do espaço das páginas de leitura a investigação que aí é publicada, é prolongar as páginas por outro meio. E é também enriquecer a «Economia — EC» com os trabalhos efectuados para tais tipos de iniciativas públicas.

«Estamos, obviamente, comprometidos com a luta do nosso povo pela construção de uma democracia social e política. Defendemos e continuamos a defender os ideais do 25 de Abril, as transformações socioeconómicas alcançadas; denunciámos e continuaremos a denunciar os ataques da direita às nacionalizações, à Reforma Agrária, aos direitos dos trabalhadores; provamos como será possível sair da crise com os trabalhadores e com a consolidação das novas estruturas produtivas criadas em Portugal com a destruição dos monopólios e latifúndios. Digamos que dessa linha de orientação não abdicaremos nunca pois é isso que faz com que a «Economia — EC» seja o que é e beneficie de um lugar único no panorama de publicações semelhantes e na batalha ideológica que no campo da economia se trava ardorosamente, quer entre nós, quer a nível internacional.»

O número 60

Além do editorial que se debruça sobre esta «década de publicação ininterrupta», o número do décimo aniversário da revista «Economia — EC» reproduz um documento de grande importância, que é constituído — nada mais, nada menos — pelas intervenções apresentadas no debate realizado em Abril sobre «o impacto dos preços dos combustíveis na produção e no consumo».



Este número conta ainda com as colaborações de A. Golikov — que aborda «os crimes das multinacionais nos países em vias de desenvolvimento» — e de Carlos Pimenta, que no seu artigo procura dar um contributo para uma reflexão teórica sobre «a moeda e o crédito no nosso quotidiano».

Motivo constante de interesse na revista «Economia — EC» é o ponto da situação que regularmente é feito.

Neste número, em particular evidência estão o sector da química inorgânica de base, os adubos, o sector automóvel e a indústria naval.

PCP

Nota da SIP

Reacção nervosa do Ministério das Finanças

1. A nota do ministro das Finanças ontem divulgada — a propósito de situações referidas no tempo de antena do PCP emitido no último dia 30 de Junho — constitui uma reacção nervosa, insegura e nada esclarecedora sobre os factos relatados e que envolvem, entre outros, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e o actual governador do Banco de Portugal.

É sintomático que a nota do ministro das Finanças não rebata nem desminta os factos mas, ao contrário, produza afirmações e «doutrinas» para os justificar.

2. Na verdade, e em síntese, o tempo de antena do PCP — citando e baseando-se em documentação publicada desde há dois meses pela imprensa diária — sustentou os seguintes factos:

a) que um grupo de cinco cidadãos portugueses (entre os quais os actuais secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e o governador do Banco de Portugal) adquiriram, em 1981, um prédio pelo preço de 40 mil contos (conforme é patente no contrato de promessa de compra e venda);*b*) que no acto de efectivação da escritura de compra e venda, o valor declarado da transação foi de apenas 26 mil contos, omitindo o valor real da aquisição e falsificando, indiscutivelmente, as declarações nos termos de declaração de sisa;

c) que foi com base nesta falsa declaração do valor da compra que foi calculado o valor da sisa (2 mil e 600 contos) a pagar pelos compradores;

d) que um dos participantes da sociedade — o empresário Virgílio da Costa Silva — tinha e tem elevadas dívidas à Banca Nacionalizada, classificadas na rubrica de «crédito mal parado».

A pergunta que se deixa ao ministro das Finanças — já que entendeu envolver-se nesta questão — é se acaso põe em dúvida a autenticidade dos documentos apresentados e dos factos nele contidos.

3. É igualmente sintomático que no seu afã de patrono das razões dos cinco cidadãos envolvidos nesta operação nada transparente o ministro das Finanças além de nebulosas «explicações», ignore completamente a falta de verdade da declaração referente à quantia inscrita no termo da declaração da sisa e não se refira ao cumprimento fiscal do acto isolado de comércio.

4. É evidente em todo este processo, tanto do ponto de vista político como ético, a falta de transparência tanto da parte da sociedade envolvida no negócio em questão como da parte do ministro que pretendeu, — invocando o seu cargo e funções — dar cobertura e justificar um comportamento indiscutivelmente reprovável.

5. Os factos divulgados pelo tempo de antena do PCP continuam de pé e não são minimamente postos em causa pelas nebulosas afirmações da nota oficiosa emitida pelo ministro das Finanças. Nota que, aliás, confirma que a autoproclamada «transparência» e «honestidade de processos» do comportamento político do Governo Cavaco Silva, está muito longe de corresponder à realidade.

6. O PCP vai requerer à RTP nos termos da Lei da Televisão, o exercício de direito de resposta à referida nota oficiosa do ministro das Finanças.

3.7.86

A SIP do PCP

***Prestar contas do trabalho desenvolvido,** definir orientações para o futuro e eleger a nova Comissão Concelhia (19 elementos), contam-se entre os principais objectivos, concretizados, da 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Mora, do PCP, realizada no último domingo. A intervenção de encerramento coube a Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Partido*

Internacional

África do Sul

Conferência da ONU pela independência da Namíbia

Há dois anos o ANC lançou um apelo ao povo de África do Sul para que o país se tornasse ingovernável pelo regime de «apartheid». Hoje, apesar do estado de emergência, apesar da mais brutal repressão (2 mil mortos em 22 meses, mais de 5 mil presos desde a instauração do estado de emergência em 12 de Junho), apesar do imenso ghetto de Crossroads incendiado, do assassinato preferencial de jovens e crianças, a situação política do país atingiu tal estádio, que mesmo grupos de capitalistas alertam Pretória, temerosos das consequências.

É um exemplo simples, na complexidade e vastidão do confronto entre o regime e o movimento popular, mas um exemplo significativo: um grupo de homens de negócios sul-africanos enviou uma carta a Botha exigindo a libertação de Mandela e a legalização do ANC. A razão de ser da carta fala por si: o grupo de homens de negócios considera que a África do Sul enfrentará uma crise sem precedentes «se o ANC não participar nas negociações sobre o futuro do país».

Nestes dois anos, quase não passou um dia sem que se não registasse uma acção armada do «Umkhonto we Sizwe (a ponta de lança da nação, braço armado do ANC). Nos ghettos (townships) a população organizou-se em comités populares que gerem as comunidades, recebem os alugueres das habitações, administram a justiça, garantem a ordem e a limpeza — constituindo de facto embriões do poder popular (não é por acaso que Pretória recorre actualmente a negros criminosos de direito comum para a prática de crimes e distúrbios — assim pode difundir a falsa ideia de confrontos entre negros e evita as consequências da justiça popular às tropas e polícia brancos).

Um outro factor, interligado, contribui ainda para que o país se torne de facto, de forma crescente, ingovernável (sem escamotearmos as potencialidades ligadas às imensas riquezas naturais, à envergadura do aparelho repressivo e militar, à cumplicidade, ao apoio vital do mundo capitalista) a situação económica do país. O rand (moeda nacional) perdeu 50% do seu valor em dois anos. Vai-se tornando cada vez mais difícil a renegociação da dívida. O desemprego começa a atingir também brancos.

Neste quadro as lutas de trabalhadores assumem particular relevância.

No início deste ano foi constituído o Congresso dos Sindicatos da África do Sul. Actualmente as lutas dos trabalhadores sucedem-se. Pelas suas exigências próprias. E neste momento em particular pela libertação dos muitos milhares de sindicalistas presos.

Os dois mil mineiros das quatro minas de diamentes de Kimberley estão em greve de protesto contra a prisão de dirigentes do Sindicato de mineiros, recusando-se a descer às minas até à sua libertação.

A mesma exigência levou à greve os trabalhadores de quatro minas de ouro de uma companhia mineira sul-africana.

Entretanto o Congresso dos Sindicatos da África do Sul anunciou, para o próximo dia 14, uma jornada de luta contra o estado de emergência.

Contrastando com o realismo político de grupos de capitalistas que temem perder tudo num processo revolucionário de que o desfecho será sem sombra de dúvidas o fim do «apartheid», a última cimeira da CEE — pela particular responsabilidade dos governos da Grã-Bretanha, RFA e Portugal — alinhou de facto com a causa perdida do «apartheid» ao recusar na prática a concretização (e mesmo a perspectiva) da aplicação de sanções globais contra o regime de Pretória.

Os resultados — e o carácter irrealista de tal criminosa cumplicidade — estão à vista. Todos os dirigentes do povo sul-africano e das principais organizações anti-«apartheid» anunciaram não estar dispostos «a perder tempo» com o emissário da CEE, o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Geoffrey Howe. Mais — parece mesmo que o tal «estudo» ou «relatório» que iria servir de base a uma decisão protelada de três meses, nem vai chegar a alinhar quaisquer informações. Tudo parece indicar que o emissário da CEE nem se chega a deslocar à África do Sul, por falta de interlocutores. Seria ridículo se não fosse também dramático. Pois cada dia que passa se salda em mais vidas humanas, num mais pesado preço pela inevitável libertação do povo da África do Sul.

***Crianças da África do Sul**. O fim do «apartheid» é a garantia do seu futuro*

A perspectiva é a continuação da luta

No palácio de Hofburg, em Viena, decorre uma Conferência Internacional sobre a imediata concessão da independência à Namíbia. A Conferência foi convocada por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, e nela participam delegações de mais de 100 Estados, movimentos de libertação e organizações internacionais.

O Movimento português contra o apartheid está também presente, na sua qualidade de organização não-governamental e a convite do Conselho das Nações Unidas sobre a Namíbia e do secretário geral da Conferência.

Na sequência da resolução da Assembleia Geral, tomada nos finais do ano passado, a Conferência discute as acções a empreender pela comunidade internacional para a aplicação das resoluções da ONU sobre a independência da Namíbia, ocupada ilegalmente pela África do Sul, designadamente a resolução 435 do Conselho de Segurança. Também aqui a questão das sanções ao regime racista do apartheid está uma vez mais no centro dos debates, como forma de pressão, ao alcance do comunidade internacional, sobre Pretória. Para que a ingerência real, contra o povo da África do Sul, que é a canalização de mercadorias e capitais para um país que de outra forma não teria folêgo económico para suportar o desgaste de uma grandiosa luta popular — seja finalmente suspensa.

Na sua intervenção na sessão de abertura, o secretário-geral da ONU exigiu a concessão imediata da independência à Namíbia, com base no respectivo plano da ONU, no interesse da paz e da segurança, tanto na África Austral como em todo o planeta.

Para o povo da Namíbia, o ano de 1986 é um ano símbolo.

Foi em Julho de 1966 que a Assembleia Geral da ONU determinou o fim do mandato sul-africano que havia sido estabelecido quando da saída dos colonizadores alemães derrotados em 1918. Em 26 de Agosto do mesmo ano era criado o Exército de libertação do povo da Namíbia, como resposta ao desrespeito de parte de Pretória da decisão das Nações Unidas. Em 1978, a ONU adopta a resolução 435 sobre a independência da Namíbia.

Nos últimos dias de 1985, o Comité Central da SWAPO mandatou o seu presidente, Sam Nujoma, para dirigir uma «mensagem à nação» namibiana.

A mensagem proclama 1986 «Ano da mobilização geral e da acção decisiva pela vitória final».

Está também nas mãos de todos nós que finalmente o povo da Namíbia — o último país colonizado de África — alcance finalmente a sua independência.

Filipinas, o golpe frustrado

Uma tentativa de golpe, encabeçada por Arturo Tolentino, que foi candidato à vice-presidência na lista do ex-ditador Marcos, nas eleições de Fevereiro, esboroou-se por falta de apoio.

A tentativa golpista surge quando são referidas divergências entre a presidente Aquino e o ministro da Defesa, relativamente à atitude a assumir face ao significativo movimento guerrilheiro ligado ao Partido Comunista das Filipinas.

Importa relembrar que a realidade política actual das Filipinas está ligada a um esforço de antecipação, por parte dos Estados Unidos, à possibilidade de vitória de um verdadeiro movimento anti-ditatorial. O que não significa automaticamente uma dependência directa do governo de Aquino da Casa Branca.

A ingerência dos Estados Unidos está entretanto presente em tudo. Na terrível herança económica deixada pelo governo do ditador Marcos, durante anos dependente de Washington. Nas contradições de um poder que não é fruto directo da vontade popular (daí também manter-se a luta armada dos comunistas e as divergências quanto ao tipo de relacionamento a estabelecer).

E talvez particularmente no domínio do capital monopolista e na presença das bases militares norte-americanas.

Eleições no Japão

No passado domingo realizaram-se no Japão eleições para o Parlamento. O Partido Liberal Democrático (PLD), do actual primeiro-ministro Nakasone, partido no poder desde a segunda guerra mundial, obteve maioria de votos — 300 dos 512 lugares da câmara baixa do Parlamento.

As eleições foram antecipadas pelo primeiro-ministro por considerar tratar-se de um momento propício à confirmação da maioria absoluta do PLD e ainda para reforçar a sua própria posição no Partido.

De referir que todos os partidos perderam votos para o PLD (sociais-democratas, socialistas, neo-liberais e centristas) — menos o Partido Comunista do Japão que manteve os deputados (26) de que já dispunha anteriormente no Parlamento.

Greve pela Paz no Líbano

Com o objectivo de criar condições para «o fim da guerra civil, o início do diálogo entre as facções beligerantes», realizou-se dia 3 uma greve geral no Líbano, convocada pelo Sindicato Geral do Trabalho.

A greve foi seguida tanto nas comunidades muçulmana como cristã, e foi cumprida pelos sectores privado e público de Beirute, Sul e Norte do Líbano, numa bela manifestação de unidade dos trabalhadores pelo seu interesse comum — a paz — que o imperialismo tem intentado (e conseguido) sistematicamente sabotar.

Não é uma luta confessional que se trava no Líbano (ainda que as diferenças confessionais sejam utilizadas). É uma batalha de classe, é uma batalha anti-imperialista. Esta greve é um testemunho dessa verdade e da sua crescente afirmação na consciência dos trabalhadores.

Nicarágua denuncia apoio reforçado aos «contra»

O Conselho de Segurança da ONU debateu, a pedido da Nicarágua, a decisão dos EUA de conceder 100 milhões de dólares aos grupos de contra-revolucionários que operam contra o povo da Nicarágua — os «contra».

Na sua intervenção na abertura dos debates, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, Miguel D'Escoto denunciou a prática de terrorismo de Estado por parte dos Estados Unidos e a ingerência nos assuntos internos dos países da América Central, salientando que a concessão dos 100 milhões de dólares aos «contra», «não passa da parte visível do iceberg».

Foi ainda salientado o veredito do Tribunal Internacional de Haia que reconheceu os Estados Unidos culpados de violação das normas de direito internacional.

Belgas não querem submarinos nucleares

As autoridades belgas proibiram a entrada no porto de Zeebruegge do submarino nuclear norte-americano «Finbak» com armas nucleares a bordo.

A divulgação da notícia sobre planos no sentido de uma «visita» de cinco dias do submarino nuclear, desencadeou por todo o país um amplo movimento de protesto.

Em carta oficial à embaixa dos Estados Unidos na Bélgica, as autoridades municipais da cidade informaram que a sua recusa se baseia igualmente na decisão anterior de proclamar esta cidade portuária como zona livre de armas nucleares.

Um exemplo — limitado embora — da importância prática da luta pela paz. Um significativo e flagrante contraste com a posição do governo português — de total submissão aos interesses do imperialismo — quando das passagens de submarinos nucleares norte-americanos pelo porto de Lisboa.

Internacional

O Chile é um vulcão

«Os sofrimentos do povo, a fome e a miséria de que padecem milhões de chilenos, a sede de justiça e o ódio contra a tirania, converteram o país num vulcão». São palavras do secretário-geral do PC do Chile, que a realidade de luta de hoje amplamente confirma.
A concretização, dias 2 e 3, das 48 horas de greve geral, foi apreciada pelos comunistas chilenos como «a maior mobilização dos últimos 13 anos». O que traduz de forma sintética a sua amplitude e importância.
Outros elementos há ainda a destacar neste grandioso movimento de massas.

Pinochet, a caminho do fim

Antes do mais o seu carácter unitário e popular. A greve geral foi convocada pela «Assembleia Cívica», organização unitária à escala nacional que agrupa bem mais de 2 centenas de organizações sociais e sindicais, associações estudantis, científicas e culturais, sociedades de pequenos comerciantes e empresários, proprietários de camiões (talvez os mesmos que no trágico ano de 73 abriram caminho à sagrenta ditadura fascista no seu país). Sem ilusões – aliás sem sentido – quanto a posicionamentos comuns quanto ao presente e às perspectivas de futuro, todos os principais partidos da oposição chilena apoiaram a greve. O concenso quanto à necessidade de derrubar o ditador Pinochet parece neste momento reunir todos os sectores não-fascistas. Não por acaso se trabalha activamente na embaixada norte-americana para conseguir uma alternativa cómoda para o imperialismo, apostando naturalmente numa divisão do movimento antifascista.

O movimento grevístico foi precedido e acompanhado de acções de propaganda: inscrições nas paredes de Santiago, milhares de panfletos espalhados nas ruas de apelo à paralisação e a dinamização de acções contra a ditadura.

Realizaram-se simultaneamente cortes de electricidade, ataques a organizações paramilitares e mesmo a um quartel. Nem sempre se pode saber da autoria destas diversas acções. Mas é importante ter em conta que os comunistas chilenos defendem a realização de acções armadas e de sabotagem que possam contribuir e confluir no grande movimento de massas contra a ditadura.

Fascismo sem máscaras

Nadia Silva, 13 anos, morta a tiro na rua. Diz-se que ia comprar pão. Rodrigo Rojas Denegri, 22 anos, queimado vivo e abandonado posteriormente numa auto-estrada pelos militares que assim o torturaram, sucumbiu no hospital às terríveis queimaduras. Os nomes das vítimas da repressão mais brutal vão-se alinhando numa soma de que estamos longe de saber ainda o número de percelas. Mais mortos a somar aos muitos que caíram, quando as tropas de Pinochet assumiram o poder, depois de assassinarem em La Moneda o presidente eleito Allende.

Tal como então, os bairros operários são cercados. De madrugada soldados e polícias varrem as casas dos trabalhadores, prendem, enchem os mesmos estádios onde em 73 tantos morreram.

Só que neste momento se vive um movimento inverso.

Não é o fascismo que está na ofensiva. Não é Pinochet que detém a iniciativa. São os trabalhadores, são as múltiplas organizações populares, uma vasta unidade política.

O fascismo entrou numa fase final.

Afirma-se em documento do PC do Chile: «Para se pôr fim à tirania em 1986 há que enfrentá-la com decisão e coragem, dispostos a empregar todas as formas de luta que conduzam a tal objectivo. A firmeza revolucionária e as acções combativas elevam a moral das massas, levam a incerteza, a confusão e até o pânico ao campo do inimigo e tornam mais próximas a derrota da ditadura e a vitória da democracia (...) As últimas fases da luta contra o fascismo vão ser duras e podem ser mais difíceis de todos os pontos de vista. O tirano está disposto a tudo. Pode aplicar o terrorismo de Estado de uma forma ainda mais selvática do que a que se conhece».

Parece ser esta a evolução que se está a materializar. Nas 48 horas de greve geral foram 8 os mortos. Contam-se às centenas, os presos. Mas Nadia e Rodrigo, como os muitos outros que nestes anos morreram na batalha contra o fascismo e às mãos dos seus esbirros, não terão morrido em vão.

O modelo Friedam

O «Basta!» que o povo chileno hoje afirma nas ruas, a vontade colectiva de que finalmente se ponha fim à barbárie e à acção terrorista do regime imposto ao país por mão das multinacionais e da CIA, tem bases muito concretas. E prende-se a uma realidade objectiva – no plano económico o país atingiu o total descalabro. É este o saldo da experiência, posta em prática, das teses da escola monetarista de Friedam, a Escola de Chicago. Que, nos seus traços gerais, o FMI tenta impôr aos países que lhe caiem nas malhas.

Treze anos depois do golpe contra-revolucionário, e fruto da aplicação das regras do Fundo Monetário Internacional, temos mais de 30% da população activa no desemprego, uma redução drástica do valor real dos salários (salários reais e reformas diminuíram de 40% em relação a um ano considerado normal – 1970), as despesas sociais por habitante diminuíram, entre 1974 e 1982, de cerca de 20%. A dívida externa, que em 1973 era inferior a 4 mil milhões de dólares, é hoje de 23 mil milhões. Durante o regime fascista o país perdeu cerca de 40 mil milhões de dólares apenas pela crescente diferença entre os preços dos produtos que vende e o preço dos produtos que compra aos Estados Unidos e a outros países capitalistas industrializados.

Pagar a dívida externa (como?...) e financiar o aparelho repressivo, são preocupações centrais do governo de Pinochet. A saúde, a educação, a habitação, o próprio investimento para a actividade produtiva, estão no fundo da escala de prioridades.

Na prática, isto quer dizer que se atingiu uma situação insustentável.

A chave da vitória

A grande acção de massas que foi a greve geral não é, de forma alguma, um acto isolado. Insere-se num significativo processo de luta. E tem a sua sequência prevista. Em breve será estabelecido o plano de mobilização deste mês de Julho.

Para trás ficam múltiplas e importantes acções.

Centenas de milhares, e por vezes milhões de pessoas têm vindo a participar, desde Maio de 1983, múltiplas jornadas de protesto, e nas acções que se desenvolvem nesta jornada: as barricadas que se levantam nas povoações, os cortes de energia eléctrica ao londo de toda a rede que cobre o país, as batidas de caçarolas em dias e horas determinados, as paralisações, as ocupações de liceus e Universidades, os confrontos de rua com a polícia.

As grandes jornadas de protesto de Setembro de 85 surgem como um marco significativo nesta batalha contra o fascismo.

Em Maio deste ano de 86, inicia-se um processo praticamente ininterrupto de lutas: as grandes manifestações do primeiro de Maio, as manifestações em todo o Chile em 20 de Maio, a greve geral de professores e estudantes a 29 de Maio.

O grande movimento antifascista está em marcha.

Para os comunistas chilenos, como é afirmado em Manifesto ao povo do Chile, «a chave da vitória está na mobilização unida do povo em todos os cantos da pátria, no desenvolvimento da autodefesa das massas, na acção comum de marxistas e cristãos e na concertação da luta de todas as forças opositoras».

Juventude solidária com povo do Chile

Sob o lema «1986: fora Pinochet, democracia agora!», realizou-se em Florença, Itália, nos dias 26, 27 e 28 de Junho, uma Conferência Internacional Juvenil e Estudantil de Solidariedade com o Povo Chileno, em que a Juventude Comunista Portuguesa esteve representada.

A iniciativa foi promovida por todas as organizações políticas juvenis italianas, pela Comuna de Florença e pela Mesa de Concertação Juvenil Chilena, constituída pelas 12 organizações políticas juvenis chilenas.

No documento final, apontam-se como linhas de acção de solidariedade: mobilizar a opinião pública mundial no sentido da redução das relações diplomáticas com a ditadura chilena; mobilizar a juventude para exigir o boicote de comércio de armas; pressionar a ONU no sentido de que seja exigida a cessação das graves violações de direitos humanos; pressionar governos e organismos internacionais para que recusem a participação em actos que contem com a participação de representantes do fascismo chileno; pressionar o Parlamento Europeu e organismos internacionais para o isolamento económico, político e financeiro do regime de Pinochet; fazer do dia 11 de Setembro de 1986 (13.º aniversário do golpe fascista de Pinochet) uma jornada internacional de solidariedade com o povo do Chile, contra o fascismo.

Avante!

«A política fascista do Governo de Salazar levou o país à miséria! A fome alastra do Norte ao Sul de Portugal, fazendo-se sentir especialmente na província. De todos os lados erguem-se protestos contra a falta de géneros alimentícios e o injusto racionamento que está a ser feito pelas autoridades locais.

«A imprensa diária, apesar de algemada pela feroz censura fascista, tem publicado ultimamente, notícias dos correspondentes na província, manifestando o descontentamento do povo por este estado de coisas. Assim, os correspondentes em Penela da Beira, Murtosa, Pinhel, Vila Pouca de Aguiar, Seixas, Oliveira de Frades, Favaios, Castelo de Paiva, Frende (Bouro), Mesão Frio, Viana do Castelo, Sernache do Bonjardim e Lixa queixam-se da falta de géneros alimentícios de primeira necessidade e insurgem-se contra o modo como está a ser realizado o racionamento.

(...)

«Em Seixas, a distribuição do bacalhau foi feita deste modo: "para uns um quilo por pessoa, para outros 160 gramas e ainda menos"; de Pinhel, dizem: "os géneros atribuídos a este concelho são em quantidade tão irrisória que a porção distribuída a cada pessoa para um mês não chega para uma refeição" (...)

«É sobre os ombros dos trabalhadores portugueses que recaem e continuarão a recair, num aumento progressivo, as dificuldades da guerra, criadas e sustentadas pela política fascista do lacaio Salazar».

(«A Fome Alastra no País!» – «Avante!», VI Série, n.º 12, Julho de 1942)

Avante!

«Depois de praticarem os mais monstruosos crimes contra o povo da Coreia, depois de desencadearem ali a guerra bacteriológica e tóxica, depois dos sangrentos acontecimentos na ilha de prisioneiros de Kojedo de que resultou a morte de milhares de prisioneiros coreanos e chineses, os monstros norte-americanos bombardearam centrais eléctricas da Coreia do Norte particularmente as do rio **Yalu**, que contrariamente ao que eles afirmam, não constituíam objectivos militares.

(...)

«Os criminosos dirigentes norte-americanos, começando por Acheson, negam o emprego da arma bacteriológica mas os factos põem a nu a falsidade dessas afirmações.

(...)

«Assim, por exemplo o cabo Martin Lester Brown (...) declarou que as tropas norte-americanas empregam obuses carregados de bactérias e foram passados filmes para instruir as tropas na utilização destes obuses.»

(«A Acção Conjunta dos Povos Porá Termo à Guerra Bacteriológica» – «Avante!», VI Série, n.º 169, Julho de 1952)

AVANTE!

«O governo de Salazar faz pesar as consequências da crise vinícola sobre os ombros dos pequenos e médios proprietários. Em vez de proteger os produtores de vinho, concedendo-lhes crédito a juros baixos e defendendo-os dos especuladores da CUF (que encarecem o preço do sulfato, do enxofre, e dos adubos), o governo de Salazar colocou a vinicultura sob a alçada dos grandes armazenistas, permitindo que estes comprem por baixo preço o vinho que permanece sem mercado.

(...)

«Tal foi o caso passado em Valado de Frades (Alcobaça), onde 70 vinicultores se juntaram em frente da Junta com um documento assinado por todos os vinicultores da freguesia para protestar contra o corte que lhes queriam fazer nas vinhas.»

(«A Luta dos Vinicultores contra o Arranque das Vinhas» – «Avante!», VI Série, n.º 202, Julho de 1955)

Construir a Festa

A festa!

ALTO DA AJUDA • 5, 6, E 7 SETEMBRO

Avante!
Director
António Dias Lourenço
SUPLEMENTO N.º 2
10 de Julho de 1986
Não pode ser vendido separadamente

DESPORTO

Futebol de Salão

CANTAR a JUVENTUDE

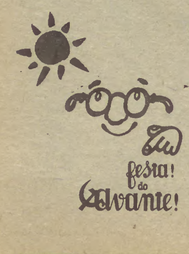
FESTIVAL DA CANÇÃO JUVENIL

FESTA DO AVANTE 86

O regulamento da Objectiva 86

Propriedade do Partido Comunista Português • Dir/Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX • Tels. 76 97 22 – 76 97 25 • Composição e impressão — Heska Portuguesa • Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa

Dissemo-lo a semana passada e, pelos vistos, com toda a razão: «deve haver por aí muitos fotógrafos já com a água na boca». Referíamo-nos, tal como agora, à exposição «Objectiva 86».
Demos notícia, no número anterior, de que uma vez mais a Festa do «Avante!» promovia um grande encontro entre fotógrafos nacionais e estrangeiros e um público que normalmente não vê na fotografia uma manifestação artística.
Imediatamente, amigos nossos começaram a abordar-nos à procura de mais informações. Gente que não conhecíamos telefonou-nos a saber mais coisas.
Daí que tenhamos chegado à conclusão de que o melhor que tínhamos a fazer era publicarmos neste número o regulamento da «Objectiva 86 Exposição Internacional de Arte Fotográfica».
É o que fazemos, certos de que será uma achega para todos quantos estão desde já a consultar os seus arquivos à procura da melhor imagem, do melhor fotograma, sempre tendo em conta que a exposição, este ano, versará essencialmente sobre a Paz e o trabalho, o trabalhador e o 1.º de Maio.



1. A Festa do Avante organiza em LISBOA **"OBJECTIVA 86"** Exposição Internacional de Arte Fotográfica, em pavilhão próprio no âmbito da Festa, no Alto da Ajuda, nos dias 5, 6 e 7 de Setembro de 1986.

2. **"OBJECTIVA 86"** propõe-se reunir obras que testemunhem a vitalidade e qualidade da arte fotográfica em Portugal e no Estrangeiro; reforçar o encontro entre dezenas de artistas e um público que lhes não é habitual — as muitas centenas de milhar de pessoas que visitam a Festa do "Avante"; e o encontro entre essas pessoas e os caminhos percorridos por uma arte fotográfica nacional e internacional ainda pouco conhecida e divulgada. **"OBJECTIVA 86"**, dedicará principalmente a sua exposição aos temas do **100.º centenário do 1.º de Maio** e a **Paz**. Assim as obras a serem enviadas deverão ter em conta o trabalho/trabalhadores/ 1.º de Maio (em Portugal e no estrangeiro), obras sobre a PAZ e temas à escolha do autor.

3. Para além dos artistas convidados pela Organização de **"OBJECTIVA 86"**, ela será aberta, nos termos deste regulamento, a todos os que nela queiram participar.

4. Os participantes poderão enviar um máximo de 5 provas, a preto e branco ou côr, no formato mínimo de 18 X 24 e máximo de 50 X 60 cm.

5. As obras podem ser entregues montadas em cartolina consistente (ou outro material consistente de espessura semelhante) com passepartout que não pode exceder as dimensões 70 X 80 cm.

6. A selecção dos trabalhos e a estrutura da exposição são da responsabilidade da organização de **"OBJECTIVA 86"**.

7. Os participantes deverão preencher uma ficha de inscrição que se encontra à sua disposição nos seguintes locais: Av.ª António Serpa, 26, 2.º esq.º — Tel. 73 09 73 — Lisboa; Av.ª da Liberdade, 170, tel. 53 21 61 — Lisboa; Av.ª da Boavista, 931 — Tel. 69 79 48 — Porto; Rua da Sofia, 73-1.º — Tel. 26677 — Coimbra; Rua Aviz, 97 — Tel. 26367/26502 — Évora; Av.ª 5 de Outubro, 47-6.º esq.º — Tel. 26923 — Setúbal, e ainda em todas as sedes distritais do PCP.

8. Durante a exposição será publicado um catálogo que incluirá a reprodução de um trabalho de cada participante. Para este efeito cada autor deverá fazer acompanhar as provas para exposição de provas dos mesmos negativos, em formato 13 X 18, esmaltadas e devidamente identificadas com todos os elementos que, em cada caso, o autor deseje que figurem no catálogo. A cada concorrente será oferecido um catálogo durante a exposição.

9. Os trabalhos para a exposição, acompanhados dos duplicados para catálogo e da ficha de inscrição, devem ser entregues **até 2 de Agosto** nas moradas indicadas de Porto, Coimbra e Évora. Em Lisboa a entrega deverá ser feita na Av.ª António Serpa, 26-2.º esq.º.

10. Os participantes, se o desejarem, poderão declarar o valor da obra para efeito de venda eventual. A organização não promoverá a venda das obras expostas mas porá possíveis compradores em contacto com os artistas.

11. O levantamento das obras deverá ser feito na Av.ª António Serpa, 26-2.º esq.º, Lisboa, pelo próprio ou por pessoa por ele credenciada, até ao dia 15 de Outubro de 1986, data a partir da qual a organização da Festa não se responsabilizará por quaisquer danos que eventualmente se venham a verificar.

Comissão Patrocinadora:

Bruno das Neves, Carlos Gil, Costa Martins, Eduardo Gageiro, José Carlos Pratas, Luis F. Oliveira, Luis M. Vasconcelos, Manuel das Neves, Rui Cunha, Rui Mário Gonçalves, Vitor Manaças, Vitor Palla.

Torneio de SALÃO de FUTEBOL

Ao longo das diversas edições da Festa do «Avante!», o desporto conquistou, por mérito próprio, um lugar de destaque na sua programação.
Elemento importante da cultura de um povo, a actividade desportiva – nas suas mais variadas componentes, desde o popular ao de alta competição, do português ao internacional – vai, uma vez mais, estar presente na Festa.
Assim, já se realizam, um pouco por todo o lado, os torneios de futebol de salão com vista ao apuramento das equipas que disputarão a final no polidesportivo da Festa do «Avante!».

Em Lisboa, a primeira fase deste torneio completou-se no passado fim-de-semana, tendo sido apuradas quatro equipas para a fase que decidirá o vencedor.
Na série A, ao vencer por 8-5 a **Editorial Caminho**, a **Juventude Vermelha** qualificou-se para a 2.ª fase, o mesmo acontecendo na série B aos **Onze Unidos** que venceram por 13-2 o **Grupo Desportivo da Parel**.
Na série C, o vencedor foi a equipa **Nem Bons Nem Maus que derrotou os Telechutos** por 3-1 e, na série D, a equipa apurada foi a dos **Inlefantes**, que na última jornada levou de vencida os **Ases Futebol Clube** por 10-1.
As equipas apuradas disputarão já no próximo domingo a 1.ª jornada da 2.ª fase do Torneio de Futebol de Salão da Organização Local de Lisboa.
Neste próximo domingo, o Ateneu da Madre de Deus será palco dos jogos que porão frente a frente a **Juventude Vermelha** e os **Onze Unidos** e os **Nem Bons Nem Maus** e os **Inlefantes**.
Pelo caminho ficaram as equipas da Editorial Caminho, o Grupo Desportivo da CDL, os Leais Amigos, o Grupo Desportivo da Parel, a Tipografia Peres, Os Desportistas, Os Telechutos, o Grupo Desportivo do Metropolitano, Bons Amigos, Ases Futebol Clube, Santo António de Lisboa e Amigos do Bairro Alto.
Um torneio que, quer pelo número de equipas participantes, quer pelo franco convívio que proporcionou, é desde já um êxito.

Futebol feminino

Segundo fomos informados pela organização, estão já abertas as inscrições para o Torneio de Futebol de Salão Feminino da Organização Local de Lisboa.
O torneio realizar-se-á nos fins-de-semana de 19/20 e de 26/27 no pavilhão do Ateneu da Madre de Deus e as inscrições, que custam apenas 750 escudos por equipa, estão abertas até às 24 horas do próximo dia 14, uma vez que o sorteio das séries se realiza pelas 21 horas de dia 15 no Centro de Trabalho do Beato, na Calçada Dom Gastão, n.º 15, 1.º esq.
No final do torneio, que decorrerá por eliminatórias, as duas primeiras equipas receberão taças, havendo medalhas para todas as concorrentes. Além disso, a equipa vencedora está presente na Festa do «Avante!».
Entretanto, e enquanto decorre o Torneio de Futebol de Salão de Santarém, a equipa da **Zimbrotécnica** foi a vencedora do torneio do concelho de Sesimbra, indo agora disputar o torneio distrital de Setúbal.

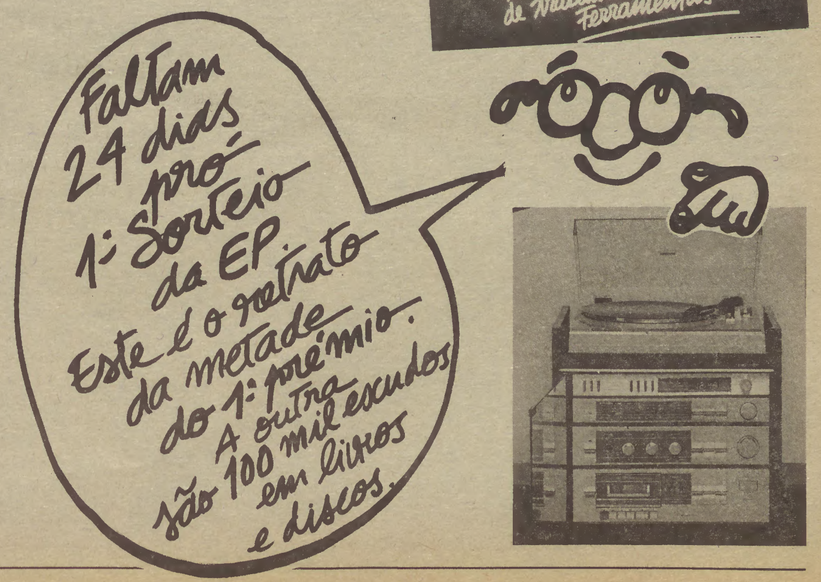
A festa! que fazemos

A Festa já tem cartaz, e por isso ele foi capa do suplemento da semana passada. E por isso, também, já o vamos vendo um pouco por toda a parte.
E se o cartaz da Festa começa a preencher paredes por aí fora, isso só quer dizer que já se trabalha. Já se constrói a imensa cidade que durante três dias anima Portugal.
Como todos quantos ano após ano trabalham no terreno gostam de dizer, fazer a Festa é uma festa. Se é uma festa, então porque é que não tem cartaz?, perguntará alguém mais desatento.
Tem cartaz, tem! É este. Simples como a mensagem que transmite: «vamos construir a 11.ª Festa do "Avante!", participa nas jornadas de trabalho e traz ferramentas». Vamos a isto?

Se na semana passada dissemos que os trabalhos de reparação da rede primária estavam quase concluídos, podemo-vos afirmar agora que já tudo acabou neste capítulo, pelo que a partir de agora a Festa começa a adquirir o seu aspecto definitivo, com estruturas de tubo a elevarem-se em direcção ao sol que, apesar de tornar mais penoso o trabalho, não o dificulta.
Já começamos a ver a Festa. Sentimo-la crescer, assim como se contribuíssemos para os primeiros passos de uma criança. Como se a ajudássemos a crescer, a adquirir uma personalidade própria.
Emprestando-lhe muito do nosso esforço. Com amor, que é assim que vemos o trabalho de implantação da Festa do «Avante!».
Mas uma criança torna-se difícil de criar se não tivermos condições para o fazer. É mau para a criança, é mau para quem a ajuda a crescer.
Como não podia deixar de ser, nada disso se passa ali no Casalinho da Ajuda onde, para que a nossa Festa possa atingir a maioridade em condições saudáveis e harmoniosas, o bem-estar de todos quantos a constroem foi tido em conta e encarado como tarefa prioritária.
Só a partir do momento em que os serviços de apoio foram remodelados. Só a partir do momento em que os sanitários, o bar e o restaurante passaram a ter capacidade para suportar as muitas centenas de camaradas e amigos que por lá passarão em jornadas de fim de dia ou de fim-de-semana, é que se avançou para a construção do recinto da Festa propriamente dito.
Pelo que agora o trabalho se faz com uma ainda maior vontade. Pelo que gora há cada vez mais trabalho a fazer. Pelo que agora são necessários cada vez mais braços.

Assim, e se no passado fim-de-semana muitas dezenas de pessoas deram muitas centenas de horas de trabalho no Casalinho da Ajuda, cada vez mais, as jornadas de trabalho têm de adquirir uma cada vez maior amplitude.

Assim, cada vez mais são necessárias as jornadas de fim-de-dia. Jornadas em que é conveniente as pessoas chegarem organizadas. Em que é importante avisar com antecedência a direcção da Festa, para que haja sempre trabalho a distribuir.
Assim, agora — mais do que nunca – necessitamos de montadores de tubo e de pedreiros. O que não quer dizer que um bancário, um estofador ou um operador de informática não sejam necessários para que tudo continue no bom ritmo com que tem corrido até aqui.
Porque quanto mais cedo começarmos; quanto mais cedo avançarmos, melhor e mais bonita será a nossa Festa.



Festival da Canção Juvenil

Música jovem numa festa do futuro

O grupo «Chent», vencedor do Festival de Braga

• Sábado — Amadora
Apuramento interconcelhio
Recreios Desportivos

• Dia 19 — Setúbal
Apuramento distrital
Largo do Sapalinho
— Lisboa

Apuramento Concelhio
Academia de Santo Amaro

• Dia 9 — Santarém
Apuramento distrital
Chamusca

A música é um fenómeno jovem, por excelência. Mão por ter obrigatoriamente de se dirigir aos mais novos, mas porque cria beleza; porque é uma actividade onde a crítica, a intervenção e a comunicação se conjugam numa escala de sons e tons: numa vontade de futuro.

Por isso mesmo, a música ocupa um tão importante espaço na nossa Festa. Porque ela é a Festa de Abril, da democracia, dos trabalhadores, do Portugal que queremos do **futuro**, aquele que já hoje construímos na nossa luta diária.

Daí que sendo a música um fenómeno jovem – porque criativo –, e constituindo a Festa a súmula desta grande alegria que é a nossa luta, a música juvenil tenha este ano uma importância redobrada.

Como sabem, por inicitiva do PCP e da JCP, realiza-se a 5, 6, e 7 de Setembro, no Alto da Ajuda, a final do Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!».

O facto de haver uma final quer dizer, antes do mais, que, um pouco por esse país fora, muitos outros festivais preparatórios se têm vindo a realizar.

O objectivo desta multiplicidade de pequenos(?) festivais é encontrarem-se aqueles jovens que, em conjunto ou a solo, participarão naquela que será a grande festa da música juvenil.

De entre estes – já na Festa – serão escolhidos os vencedores.

E já com todas estas fases ultrapassadas, aqueles que vencerem o Festival actuarão no Palco 25 de Abril da Festa do «Avante!». Ao fim e ao cabo, mais um prémio para o conjunto e o solista que chegarem ao fim. A oportunidade de apresentarem o seu trabalho naquele que já hoje é uma «catedral» de música ao vivo em Portugal.

Por esse país fora

Mas vamos recuar no tempo. Vamos até princípios de Julho. Recuemos até ao dia dez. Até ao dia em que o leitor compra mais um exemplar do «Avante!». Recuemos no tempo para vos darmos conta do que agora se está a passar em termos de Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!».

E já muito se passa. Em Braga, em Lisboa, no Porto, em Santarém, em Setúbal... enfim, um pouco por esse país fora.

Aproveitando festas do Partido – como a da Alegria ou «O Porto em Festa» – ou ainda realizando espectáculos exclusivamente dedicados ao Festival – como em Setúbal ou na Amadora – os diversos espectáculos de apuramento vão-se sucedendo a um ritmo crescente.

Por isso, a um ritmo crescente, também, vão surgindo os nomes daqueles que na Festa participarão na final deste Festival.

Na **Festa da Alegria**, em **Braga**, o conjunto «Chent» foi apurado com a sua interpretação do tema «Mãe Solteira». O solista Jó, com a sua canção «Despedida», ganhou também o direito de a 5, 6 e 7 participar como artista na Festa do «Avante!».

Mas, como dissemos, muitas novidades há agora a dar e os apuramentos sucedem-se. Assim, no sábado, no antigo Cine-Plaza da **Amadora** (actual Recreios Desportivos) será a vez do apuramento interconcelhio da Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra. O festival tem a hora do seu começo marcada para as 21 horas.

Depois, dia 19 é dia grande neste movimento, com a realização de dois apuramentos. Em **Setúbal**, no largo do Sapalinho, para os jovens do distrito e em Alcântara, na Academia de Santo Amaro, para os jovens do concelho de **Lisboa**:

Já em Agosto, no dia 9, na Chamusca, também os jovens do distrito de **Santarém** porão à prova o seu talento, num espectáculo que ainda nos reservará algumas surpresas. E aqui há uma chamada de atenção que importa frisar: é que as inscrições para o festival de Santarém terminam apenas no próximo dia 28, pelo que se estiverem interessados, ainda vão a tempo de concorrer.

Iniciativa e confiança

Pelo que se pode constatar, tendo em vista o que acima dissemos, este Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!» demonstra acima de tudo a capacidade de iniciativa e a confiança que o PCP demonstra na vitalidade criadora do nosso povo e, consequente, da sua juventude.

O arranjo de uma iniciativa da envergadura deste Festival poder-nos-á demonstrar, daqui a uns anos, que uma vez mais – e numa altura em que existe um bom leque de artistas portugueses – a Festa assume um papel revitalizador do contexto musical português.

O tempo o dirá. O que podemos afirmar desde já é a importância imediata desta iniciativa, quer pelo enriquecimento da Festa, quer ainda pelo arrojo na aposta em novos valores.